



**PUC**  
**RIO**

**JOÃO BATISTA REZENDE**

**DA SERVIDÃO E DA LIBERDADE NO TRABALHO**

**TESE DE DOUTORADO**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**Rio de Janeiro, 06 de março de 1996.**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO**

**Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil  
<http://www.puc-rio.br>**

N.Chamada: 150 / R467 / TESE UC

Título: Da servidão e da liberdade no trabalho /



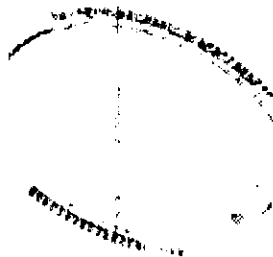
0 0 9 4 8 5 1

Ex: 1-CENTRAL

1904

JOÃO BATISTA REZENDE

**DA SERVIDÃO E DA LIBERDADE NO TRABALHO**



Tese apresentada ao Departamento de Psicologia  
da PUC-Rio como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profa. Monique R.A. Augras

Departamento de Psicologia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Janeiro de 1996

UC 66 220 - 4



150  
R467  
TESE UC

## AGRADECIMENTOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - o apoio através de seu programa de pós-graduação em convênio com a CAPES.

À PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA - RJ -, que me permitiu realizar esta pesquisa.

À L'UNIVERSITÉ PARIS-VII, por ter facilitado essa pesquisa através do Laboratoire des Sciences Humaines.

Em memória da colega Jussara e da professora Circe.

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o problema do trabalho. Procurou-se mostrar a formação do "sentido moderno" de trabalho, contrapondo-o com outras épocas e outras culturas (trabalho livre, trabalho escravo, trabalho para si, trabalho para outro, etc...).

Essa pesquisa buscou localizar o movimento dos "gestos de trabalho" em torno da questão da "liberdade" e da "servidão", a partir de aspectos diferentes (tempo, recompensa, disciplina), como de campos de saberes diversos (psicologia, economia, antropologia, filosofia).

ABSTRACT

This research takes care of the question about labour. It attempted to show the formation of the labour's "modern sense", opposing it to other eras and to other cultures (free labour, slave labour, labour for-oneself, labour for-other, etc.)

It tried to localize the movement of the "labour's gesture" about the question of "liberty and of "servitude", from the different aspects (time, recompense, discipline) as much as the fields of different knowledges (psychology, economy, anthropology, philosophy).

## **PALAVRAS CHAVE**

- **TRABALHO**
- **SUBJETIVIDADE**
- **SERVIDÃO E LIBERDADE**



## ÍNDICE

**Introdução**

- Apresentação do problema p. 1
- Delimitações p. 10
- Ritmos do *trabalho* p. 13
- Modos de *subjetividade* p. 16

**1- O gesto e o trabalho**

- Emergência de um saber sobre o trabalho p. 20
- Do combate à ociosidade e da produção das riquezas p. 36
- Metamorfoses na experiência do trabalho p. 40
- No ritmo do industrialismo p. 42
- Sobre o modo de produção das sociedades primitivas p. 44

**2- Trabalho e técnica**

- A máquina e o organismo p. 51
- Normalização técnica p. 55
- Degradação e dignidade do trabalho p. 58
- Redimensionamento do trabalho p. 60
- Trabalho: reconhecimento e disciplina p. 64
- Limites do paradigma econômico do trabalho p. 67
- No domínio do regime econômico p. 71
- O mercado como regra p. 77
- Da glorificação e da decadência do trabalho p. 83
- Da manufatura à indústria p. 85
- O tempo e o trabalho: relações antigas e modernas p. 88

**3- Da servidão e da liberdade**

- Do tempo do artesão ao tempo do operário p. 98
- No regime industrial p. 102
- Trabalho compulsório e trabalho voluntário p. 107
- Escravidões e linhas de fuga p. 113
- A fábula hegeliana: trabalho e consciência p. 123
- Trabalho, liberdade e consciência p. 128
- O vivo e a máquina p. 132
- O trabalho e os objetos p. 134
- A condição do trabalho escravo p. 140

**Conclusão** p. 143

**Bibliografia** p. 150

## INTRODUÇÃO

### Apresentação do Problema

Esta pesquisa versa sobre o tema do *Trabalho*. Mas seria preciso iniciar dizendo que este termo deveria ser apresentado recoberto de todos os tipos de insígnias que pudessem indicar a presença de um "termo problemático". E por isto entende-se a existência de um termo cuja evidência não é clara e nem distinta.

Este estudo pretende apresentar uma série de questões que dizem respeito ao modo pelo qual o tema do trabalho tem sido abordado. Constata-se a existência de uma série de estudos consagrados a este assunto, elaborados a partir de campos de saberes e experiências diversas. Problemas que giram em torno do trabalho e que interessam tanto à psicologia, como à antropologia e à economia.

De um lado tratar-se-á portanto de analisar certas questões que se delineiam em volta de um saber acerca de trabalho. Demarcar os limites de separação e as zonas de contato que se estabelecem na constituição de quadros de referência teórica e modelos conceituais será a tarefa inicial.

Esforçaremos em mostrar os modos de funcionamento dos operadores conceituais que sustentam as teorias que tecem a trama que envolve o conceito de trabalho.

Neste aspecto seria impossível não considerar as pesquisas realizadas pela Escola de Paris<sup>1</sup>, principalmente as de J-P. Vernant<sup>2</sup>, no que diz respeito a emergência do conceito de trabalho no campo da Psicologia Histórica. Do mesmo modo que seria difícil não ouvir as recomendações de M. Finley<sup>3</sup> no que se refere à incapacidade do instrumental da Economia Política para dar conta do problema do trabalho nas sociedades não capitalistas<sup>4</sup>. Como também seria interessante retomar as indagações feitas por pensadores como Etienne de La Boétie<sup>5</sup> e

---

<sup>1</sup> - Cf. Daraki-Mallet, M.; (1977). Há hoje uma *escola de Paris* de estudos antigos, sobretudo gregos, que tem como principais expoentes Jean Pierre Vernant e Pierre Vidal Naquet. E que faz figura de "subversiva" aos olhos dos conservadores.

<sup>2</sup> - J-P Vernant (1956) analisa a ausência da palavra trabalho no universo da pólis grega; inexistência de um termo não devido a uma incapacidade mental para a invenção de termos, mas pela impossibilidade de sua existência. Ou seja, os gregos do século VI a.C. não inventaram a palavra trabalho porque simplesmente o trabalho não existia, logo não se encontra no pensamento grego desta época essa "função psicológica unificada" tão comum ao pensamento moderno.

<sup>3</sup> Cf. Moses Finley (1977). Onde se demonstra que termos-conceitos como os de "força de trabalho", "mercado de trabalho", "classes de trabalho", de nada serviriam para compreender o que se passou com os gregos do tempo da Pólis.

<sup>4</sup> - Pode parecer contraditório o autor falar em "economia dos antigos" quando suas pesquisas mostram que os gregos e romanos "não possuíam qualquer conceito de economia". Mas aí reside toda a originalidade destes estudos. Da mesma maneira que Vernant, Finley também subverte certas concepções cristalizadas

<sup>5</sup> - O texto solitário deste autor é o conhecido *Discurso da Servidão Voluntária*, com "várias versões e traduções diferentes e polêmicas". Como nos informa Laymert Garcia dos Santos, no prefácio da Ed. brasileira, "O manuscrito original confiado por La Boétie a Montaigne parece irremediavelmente perdido... a transmissão do texto realizou-se por quatro vias diferentes". Entretanto os problemas levantados por este autor, apesar das peripécias que sua obra atravessou, pode suscitar

que permanecem atuais nas investigações de Pierre Clastres<sup>6</sup> como de Marshall Sahlins<sup>7</sup>, no que concerne aos mecanismos de funcionamento das economias ditas de subsistência, e ao desmantelamento dos princípios etnocêntricos presentes nas análises etnológicas clássicas<sup>8</sup>.

E por outro lado, a nossa pesquisa será dedicada à análise de certos problemas que se referem à experiência com o trabalho. A iniciação e o adestramento de um corpo na realização de gestos e movimentos em torno de uma obra. Formação de uma subjetividade, elaboração de um modo de reconhecimento. Trata-se então de estabelecer os contornos que percorrem uma operação coordenada na formação de uma

---

belos textos: *Amizade, Recusa do Servir* (Marilena Chauí); *Liberdade, Mau Encontro, Inominável* (Pierre Clastres); *O Nome de Um* (Claude Lefort), que acompanham o texto de La Boétie na edição brasileira (1982).

<sup>6</sup> - "...as sociedades arcaicas não vivem, mas sobrevivem, e a sua existência é um combate interminável contra a fome, pois elas são incapazes de produzir excedentes, por carência tecnológica e, além disso cultural. Nada de mais tenaz que essa visão da sociedade primitiva, e ao mesmo tempo nada de mais falso... Indicamos somente que um bom número dessas sociedades arcaicas com economia de subsistência, na América do Sul por exemplo, produzia uma quantidade de excedente alimentar muitas vezes equivalente à massa necessária ao consumo anual da comunidade... Isso, evidentemente, não significa que as sociedades arcaicas não sejam arcaicas; trata simplesmente de enfatizar a vaidade "científica" do conceito de economia de subsistência que traduz muito mais as atitudes e hábitos dos observadores ocidentais em face das sociedades primitivas que a realidade econômica sobre a qual repousam essas culturas... Parece-nos mesmo que nesse sentido é o proletariado europeu do século XIX, iletrado e subalimentado, que se deveria qualificar de arcaico". P. Clastres (1978).

<sup>7</sup> - Marshall Sahlins (1972) chama sociedade da abundância o que a Etnologia clássica nomeia por sociedade da carência.

<sup>8</sup> - "O etnocentrismo não é portanto um entrave superficial à reflexão e as suas implicações têm mais consequências do que se poderia crer... O evolucionismo, velho compadre do etnocentrismo, não está longe" (P. Clastres 1978). Levaremos em nossa caixa de ferramentas estes instrumentos preciosos que nos ajudarão a evitar uma série de "falsos-problemas", quando se tratar de analisar sociedades antigas, sociedades arcaicas ou mesmo grupos desviantes.

experiência com o trabalho. Neste caso não há como não se referir aos estudos de Lewis Mumford<sup>9</sup> acerca do *trabalho e a alegria do ato de produzir*; do mesmo modo que não se pode desconsiderar as pesquisas de Christophe Dejours<sup>10</sup> sobre as relações entre certos tipos de *trabalho e a degradação mental*; como também não se deve esquecer as anotações de Karl Marx<sup>11</sup> sobre o processo de *trabalho e a alienação do homem*.

<sup>9</sup> - Encontra-se ao longo da obra deste autor uma série de reflexões acerca dos afetos nos processos de produção. Por exemplo: ao segmentar o processo de trabalho, outrora unificado, numa série de operações fracionárias, como na célebre ilustração de Adam Smith sobre o fabrico de alfinetes, pode-se aumentar o rendimento, mas à custa de se retirar toda a alegria, interesse e responsabilidade pessoal do trabalhador no processo. L. Mumford (1952). Ou ainda quando analisa a atividade artesanal: Mas, por mais laboriosos que fossem os processos mais antigos do artesanato, duas coisas, ao longo da maior parte da história, serviram para compensar todo o processo do desenvolvimento técnico. Uma delas era o fato de as operações estarem sob o controle direto do artesão. Não tinha grandes pressas, obedecia aos ritmos do corpo, descansando quando se sentia fatigado, refletindo e planejando à medida que o trabalho prosseguia e prolongando as partes que mais lhe interessavam, pelo que, ainda que o trabalho avançasse lentamente, o tempo nele utilizado era autenticamente *tempo vivido* [...] a recompensa do trabalho era intrínseca à própria atividade, e o efeito da arte era apenas para aumentar e intensificar estes processos orgânicos naturais - não para servir de mera compensação ou evasão. L. Mumford (1950).

<sup>10</sup> -Cf. C. Dejours (1993). Como também Edith Seligmann-Silva (1994).

<sup>11</sup> O problema do trabalho perpassa quase toda a obra de Marx. Inúmeros são os textos, livros, teses sobre a "questão do trabalho em Marx". Nossa investigação do trabalho passará por certos fragmentos de textos de Marx sobre o trabalho, em busca de comentários acerca do "trabalho propriamente dito" (Um tipo de atividade que tem consciência de sua finalidade", e do "trabalho alienado" (ausência da "consciência-de-si" desconhecimento de "sua história"). Neste caso, nos interessaremos especialmente pela noção de *processo de trabalho* que inclui dois outros elementos além da *atividade pessoal* do homem, ou *trabalho propriamente dito*, que são o *objeto* sobre o qual o trabalho age, e o *meio* pelo qual ele age". Estes elementos separadamente não tem "vida própria": Não há trabalho que não seja com alguma coisa e de alguma maneira. É de se notar que Marx evoca explicitamente neste ponto a filiação biológica (o homem transforma as coisas exteriores em órgãos de sua própria atividade, órgãos que ele acrescenta aos seus de forma a alongar, "apesar da Bíblia", sua natureza natural). Sobre este problema, são relevantes as pesquisas de Y. Schwartz (1988), como também a apresentação feita por Georges Canguilhem para edição francesa.

Temos então pela frente duas tarefas: de um lado esquadriñar um certo sentido da palavra-trabalho, e por outro, escavar um pouco matéria da experiência-trabalho.

Inicialmente constata-se a influência do problema da *evolução das fases* na constituição de um saber sobre a história do trabalho. Nota-se a presença de um pensamento que considera o trabalho enquanto inserido num *processo evolutivo*. Este modo de pensar o trabalho a partir de um encadeamento de *fases* tem como pressuposto básico a vinculação do trabalho a uma ferramenta. Dependendo da ferramenta utilizada se constitui uma *fase* do trabalho. A pedra, a madeira, o ferro, o animal, a água, o vento, são elementos que se sozinhos não definem um estágio da humanidade, em seu conjunto, servem para indicar a *atitude mental* de uma época. Como também a vinculação das atividades produtivas a um modelo econômico: conforme o tipo de economia definindo um estilo de sociedade se estabelece uma forma de trabalho: escravismo, servilismo, mercantilismo, capitalismo, trabalho por obrigação, por dádiva, por contrato, por liberdade.

A partir do estabelecimento desse processo evolutivo habituou-se a reconhecer a existência de três momentos da "história econômica": a economia doméstica fechada, a economia urbana e a economia nacional. Estes três *modelos* econômicos corresponderiam às três grandes divisões da história: Antigüidade, Idade Média e Mundo Moderno; que por sua vez

realizaram três modalidades de trabalho: a do escravo, a do vassalo e a do operário. Como já foi demonstrado, "a partir dos anos 30 , quando a periodização de Engels tornou-se dogma oficial, todas as sociedades antigas , incluindo o antigo oriente médio, foram classificadas simplesmente como sociedades escravocratas, e como modo de produção escravista. Então fórmulas prontas tomaram lugar na pesquisa, e questões como as diversas formas de relações servis foram, por vezes, resolvidas com o auxílio de fórmulas esquemáticas, empregadas sem a necessária análise concreta de todos os fenômenos de uma realidade histórica multifacetada"<sup>12</sup> .

Seria importante retomar essas trilhas ainda recentes por onde esse pensamento habituou-se a percorrer. Se por um lado nenhum dos economistas do século XIX escreveu sobre a escravidão antiga, nada que se aproximasse, em escala, do ensaio de Reitemeier ou mesmo da *Histoire* de Wallon, por outro, a grande novidade era o conceito de estágios, ou períodos na história das sociedades, definidos ou determinados pelo modo como a economia - propriedade , produção, distribuição - se organizava.<sup>13</sup> É inevitável, como foi constatado, que uma tal conceituação da história enfatize,

---

<sup>12</sup> Cf. Herbert Marcuse (1968 pp.21-60). Seria preciso marcar a diferença estabelecida por Marx, a partir do conceito de "modo de produção asiático", diferenciando-o do modo de "produção feudal", a partir da ausência da propriedade privada nas sociedades asiáticas. Cf. Perry Anderson (1985).

<sup>13</sup> - Como bem notou M. Finley (1980 pp. 13-68).

mais do que antes, a escravidão no contexto da sociedade antiga e que lhe atribua um papel mais complexo.<sup>14</sup>

Os trabalhos desenvolvidos por M. Austin, P. Lévêque e P. Vidal-Naquet, entre outros, são essenciais para quebrar essa "concepção colegial" que temos sobre as sociedades antigas. Por exemplo, a tese clássica acerca da antiguidade grega nos diz que essa sociedade não conseguiu sair desse estado de estagnação econômica<sup>15</sup> que por muitos séculos a dominou; que foi incapaz de fundar um verdadeiro saber técnico. Inteligente em muitos outros setores (artes, filosofia, etc.), teria sido, no que diz respeito à técnica, impotente para ultrapassar esse período de fraqueza econômica. No entanto, o que foi demonstrado por estes autores, é algo bem diferente: os gregos realizaram seus projetos técnicos, exerceram o pensamento técnico, só que naquele momento, a técnica não podia ainda se ligar a um tipo de economia que estabelece o lucro e a acumulação como suas metas principais. Antes de ser uma impotência para operar um verdadeiro conhecimento técnico, o que se nota é a ausência desse problema, a afirmação de uma

---

<sup>14</sup> - Um exemplo dessa forma de apropriação é o modo como Wilhelm Roscher, num ensaio publicado em 1849, construiu um modelo sobre a generalização de David Hume, segundo a qual "a principal diferença entre a economia doméstica dos antigos e aquela dos modernos consiste na prática da escravidão", um modelo muito além do que Hume poderia conceber. Cf. Fogel, R.W. e Engerman, S.L. (1974).

<sup>15</sup> - "Esta estagnação só poderia ser explicada pelo jogo dos obstáculos externos. Mas, na realidade, na prática corrente dos ofícios, nem mesmo no nível de sua expressão teórica e de sua sistematização racional, o pensamento técnico da Antiguidade se apresenta sob este aspecto"; Cf. J-P. Vernant (1957).



cosmologia fechada, que não compreendia a idéia de infinito, logo, uma conjuração da *usura*<sup>16</sup> - forma de enriquecimento infundável - que de certo modo tornou-se o paradigma do *sistema capitalista*. Como já foi dito, a usura é um dos problemas do século XIII: "Nessa data a Cristandade, no auge da vigorosa expansão que empreendia desde o Ano Mil, gloriosa, já se vê em perigo. O impulso e a difusão da economia monetária ameaça os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o **capitalismo**, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, quotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do *lucro lícito* que é preciso distinguir da *usura ilícita*".<sup>17</sup>

Muitas são as críticas endereçadas a este modo de analisar as diferenças e as especificidades dos modos de ocupação existentes tanto no passado como no presente. J-P Vernant e M. Finley mostram uma visão mais realista da sociedade grega antiga. O que eles dizem é que ao se apresentarem o mundo antigo através dos operadores conceituais elaborados a partir dos problemas específicos da sociedade contemporânea, este modo de pensar em nada contribuiu para o

---

<sup>16</sup> - Sobre o tema da Usura, Cf. Jacques Le Goff (1995 pp. 9-15).

<sup>17</sup> - Cf. Le Goff, J. (1995 p. 10).

esclarecimento de certos problemas próprios da antigüidade. Do mesmo modo que J. Le Goff<sup>15</sup> apontará certos aspectos dos procedimentos produtivos próprios da Idade Média (a lentidão dos dispositivos técnicos e a recusa das inovações).<sup>19</sup>

Surge então uma questão: como um mesmo termo, *trabalho*, pode recobrir universos tão diferentes e distintos? Que tipo de síntese terá que se operar para a formação dessa unidade chamada *trabalho*?

Quando se toma o trabalho através do esquema das fases, onde o seu sentido é dado pelo tipo de sociedade em que ele está inserido, a clareza e a evidência é imediata. Pretendemos abordar o trabalho não pelos paradigmas da técnica, prevalência do princípio da ferramenta, nem pelos paradigmas da economia, predomínio do princípio da troca, mas sim enquanto um (acontecimento.) E desse modo, tanto a espécie de ferramenta quanto o tipo de economia não serão tomados enquanto condição de possibilidade para a definição do *estatuto do trabalho*, e sim, como aspectos constituidores de uma *trama do trabalho*.

<sup>15</sup> - Cf. Le Goff, J. (1982). E também o livro de Jules Michelet (1992) que mostra de forma singular o "desmoronamento do Mundo Medieval".

<sup>19</sup> - Sobre este problema existe as belas páginas literárias de Alphonse Daudet (1966), onde se encontra narrada um fragmento da história dos moinhos - a água e o vento (ritmos naturais) e o vapor (ritmo acelerado). Resistências em abandonar o moinho de pedra que permitia a exalação do cheiro de trigo. Linhas de fuga e retomadas de formas afetivas de produção. " - A nossa terra, prezado senhor, nem sempre foi um lugar morto e sem história como é hoje. Dantes havia um intenso comércio de moagem... Em todo o território da aldeia as colinas estavam repletas de moinhos de vento... Esses moinhos constituíam a alegria e a riqueza de nossa terra... - Pobre de mim - gemia êle, - agora só me resta morrer... O moinho está desonrado". (pp. 10 e 11)

## Delimitações

Não é tarefa fácil abordar um tema como este, pois como já foi dito, além de possuir aspectos múltiplos é "velho como o mundo". Nesta perspectiva, falar do homem é falar de sua existência laboriosa.

Inicialmente poder-se-ia perguntar quais as práticas, dentre as várias existentes, que poderiam indicar a existência de um "mundo do trabalho".

Em seguida, colocar de um lado as formas corretas, ou seja, aquelas que indicariam a presença de uma prática laboriosa positiva, e de outro, as formas desviantes, ou seja aquelas que negam a existência do ser mesmo do trabalho.

Quem ou o quê poderia fazer esta filtragem, depurando os tipos de ocupação? Mediante que pressupostos? Trabalho produtivo x trabalho improdutivo; (para a economia de mercado). Trabalho saudável x trabalho doentio; (para a psicologia industrial). Trabalho justo x trabalho explorado; (para a sociologia política).

É claro que para se chegar a estas denominações gerais uma certa síntese já terá que ter operado. Do contrário como poderíamos entender que diante de uma variedade enorme de formas de ocupação, como dos vários aspectos que se pode

abordá-las, poder-se-ia chegar a uma *forma dura e cristalizada* que a tudo poderia englobar?

Encontra-se espalhado ao longo da história, e da nossa própria história certamente, uma série de registros: verbais, escritos, presenciados, documentados.

Diante de uma diversificação fantástica de formas de ocupação - como por exemplo: trabalho livre, trabalho escravo, escravidão por captura de guerra, trabalho livre com hora marcada, trabalho livre mediado pelo dinheiro, trabalho por gratidão, trabalho por encomenda, trabalho para mercado, trabalho para si, trabalho para *outrem*... trabalho por mérito, trabalho por dádiva... -, surgiria uma forma simples e reduzida, onde as arestas seriam apagadas, e o conceito se formaria.

É preciso encontrar algo que perpassasse todas essas divisões sem se reduzir a nenhuma especificamente. Que algo seria este que não o conceito de trabalho, que consegue se sustentar mesmo onde o que se encontra é justamente a sua negação? Um exemplo claro deste acontecimento se nota quando o trabalho perpassa até o vagabundo que representa o *ideal do anti-trabalho*<sup>20</sup>. Mas neste momento é preciso dizer que o conceito de trabalho é

---

<sup>20</sup> - Como mostrou G. Canguilhem, Gaston Bachelard, que se interessou muito pelos valores sob sua forma cosmológica ou popular, e pela valorização segundo os eixos da imaginação, percebeu muito bem que todo valor tem que ser obtido em oposição a um anti-valor. É Bachelard que escreve: *A vontade de limpar exige um adversário à altura* (La terre et les rêveries du repos). Cf. G. Canguilhem (1966).

dependente do seu antídoto, se um falta, o outro fica sem sentido.

Seria necessário, talvez, reconstituir algumas cenas deste momento onde se opera uma síntese tão esperada: "o vagabundo é pobre e criminoso, logo doente": "Síntese equívoca do pobre, do miserável de um lado e do vadio, do criminoso e do outro, o vagabundo oscila entre estes dois pólos ao longo da história"<sup>21</sup>. Estamos no momento do chamado "nascimento do mundo do trabalho"<sup>22</sup>.

Diante deste quadro em que é representado o ser do vagabundo, pouco importando que ele ainda seja uma espécie de pobre, categoria que permite algumas oscilações, do religioso ao político, passando pelo científico, o que se nota, de um modo geral, é a consagração ao *mundo do trabalho*. Pouco importa se o sentido primordial é salvação, utilidade ou adaptação; o que realmente conta é a presença de um tipo de atividade que revele verdadeiramente uma *forma humana* (normal).<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> - Cf. Jean-Claude Beaune (1983).

<sup>22</sup> - Sobre este acontecimento, são importantes os problemas levantados por F. Nietzsche (1977), acerca do surgimento de uma "moral mercantil" própria do "mundo do trabalho".

<sup>23</sup> - "Que fale uma língua normal, que tenha um trabalho normal e que possua uma vida normal". Do ponto de vista da normalização, não há diferença entre o nascimento da gramática no século XVII, e a instituição do sistema métrico no século XVIII. "Começa-se pelas normas gramaticais, para acabar nas normas morfológicas dos homens e dos cavalos para fins de defesa nacional passando pelas normas industriais e higiênicas". Georges Canguilhem, (1966). Neste livro encontra-se referência não só acerca da origem do conceito de normal no campo das ciências matemáticas, como também de sua transposição para o espaço das Ciências Humanas, Ciências Técnicas e Ciências Médicas.

## Ritmos do trabalho

Toda "atividade laboriosa" implica um desgaste de energia: corpo em movimento, forças e ritmos. A diferença estabelecida entre um desgaste físico ou mental, ocupação manual ou intelectual, baseia-se no "tipo de energia despendida". ( Se na antigüidade a separação se dava entre o fazer e o usar, na atualidade, a divisão se estabelece entre planejar e executar, mas tanto em um caso como no outro encontra-se um corpo-em-ação, sempre produtor de formas materiais e estilos estéticos, de gestos e hábitos, de intensidades e forças, de repouso e movimento...)

As maneiras de avaliar, apreciar e mesmo recompensar uma atividade laboriosa, varia ao longo da história. O esforço de um escravo, seja no fundo de uma mina ou ao longo de um canavial, a dedicação de um artesão, seja fundindo o cobre ou moldando a argila, como a fadiga de um operário numa linha de montagem, são empreendimentos distintos, com finalidades e procedimentos em nada semelhantes.

Entretanto para além destas diferenças e especificidades resolveu-se denominar todas essas formas de ocupação por trabalho. Podemos hoje falar em trabalho escravo tanto no que diz respeito à escravidão dos antigos como na dos modernos. Do mesmo modo que chamamos de trabalho artesanal, tanto o ofício

de um escultor grego como o de um comerciante de uma feira *hippie*. Como também nomeamos como trabalho operário tanto uma empreitada no campo como uma jornada na indústria. Ousadia das palavras ou comodidade dos conceitos?

Acreditamos que esta maneira de analisar o problema das ocupações humanas e da realização das obras, reduzindo uma multiplicidade de formas laborais singulares a uma unidade abstrata e geral - trabalho - em muito contribuiu para que o problema da servidão e da liberdade ficasse um tanto quanto confuso.

Por um lado o escravo é por excelência o ser da servidão, pois que o seu trabalho não lhe traz nenhum benefício, a não ser o continuar vivo; por outro lado, o operário, reconhecido como trabalhador livre, nem sempre consegue o necessário para viver. No caso, se manter-se vivo for algo precioso, a servidão do escravo é mais preciosa do que a liberdade do operário, pois o escravo ao trabalhar obrigado está livre para viver, ao passo que a liberdade de trabalhar do operário não lhe garante a vida. O problema da miséria e da fome das classes trabalhadoras levanta o problema da existência de um tipo de escravidão em pleno regime de liberdade.

Acostumamos a pensar o trabalho a partir da divisão estabelecida entre trabalho livre e trabalho forçado. Por trabalho livre entende-se um tipo de atividade que requer uma remuneração, pois que a força de trabalho despendida pertence

ao proprietário do corpo que é o próprio dono da força. Na verdade trabalho livre quer dizer : liberdade para vender a força de trabalho de seu corpo.

Por trabalho forçado imagina-se uma forma de ocupação cuja força de trabalho não pertence ao corpo que despense a força, mas sim ao proprietário desse corpo que não é o possuidor da força. O escravo não pode vender sua força de trabalho porque ele enquanto ser é propriedade de outro. Em verdade trabalho forçado quer dizer : impossibilidade de negociar a força de trabalho de seu corpo.

Este fato, a possibilidade de dispor e vender a força de trabalho pertencente a um corpo, só se tornou possível no momento em que se efetuou a emancipação dos corpos, quando aparece o sujeito dono de seu corpo, rompendo com as formas de dependências estabelecidas até então. Nossa época inventou o trabalho livre como também inventou o salário. Este é o denominado regime de liberdade, caberia então verificar as formas de servidão que ele herdou, da mesma maneira que seria interessante analisar os tipos de domínio que ele inventou.



## Modos de subjetividade

Toda atividade elaborada, pressupõe um campo de iniciação. Mas os campos de iniciação implicam formas de territorialidades. Foi neste sentido que se pode, num determinado momento, comparar espaços de produção os mais diferentes ( fábrica, hospital, prisão, escola), e no entanto, todos marcados pelos mesmos signos, no caso, todos marcados por uma *semiótica-disciplinar-capitalística*.<sup>24</sup>

Quando Félix Guattari mostrou que "nas creches as crianças trabalham", a intenção não era comparar as atividades da criança na escola com as do operário na fábrica, e constatar que se trata de um absurdo, mas sim apontar os signos que perpassam um e outro em seus respectivos territórios. A problemática já havia sido apresentada. Retomando as constatações de K. Marx "(...) Todo trabalho com máquinas exige, do trabalhador, uma aprendizagem precoce, para que ele saiba adaptar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo do autômato", ou ainda, de um modo mais direto: "Enfim, à rapidez com a qual as crianças aprendem a trabalhar com as máquinas suprime a necessidade de formar especialmente classes de operários para o trabalho".<sup>25</sup> Além

---

<sup>24</sup> - Estes termos foram utilizados por F. Guattari e G. Deleuze

<sup>25</sup> - Estes trechos foram extraídos de *O Capital*, livro primeiro, IV parte, capítulo XIII: "A Fábrica". K. Marx (1980).

disso o que fica em evidência neste estudo é a singularidade da forma de iniciação estabelecida pelas sociedades modernas, sociedades propriamente industriais, em contraposição com as práticas existentes em outras sociedades pré-capitalísticas, ou mesmo, anti-capitalísticas. O tipo de domínio exercido pela sociedade disciplinar, pede uma forma de iniciação pautada no princípio de identificação do sujeito, apontando sua especificidade, como sua regularidade<sup>20</sup>. Um tipo de iniciação que jamais se conclui, pois que este sujeito está marcado pelos signos do progresso e da evolução<sup>21</sup>. Sempre existirá uma fase ainda por passar. Trajetória jamais

<sup>20</sup> - Aqui se nota a diferença entre a lógica da palmatória e a lógica da ficha. De um lado uma forma punitiva que se esvazia no gesto realizado; de outro uma forma preventiva que nunca se sacia, uma ficha sempre aberta.

<sup>21</sup> - Sobre este problema já havíamos apresentado o trabalho *Acerca da noção de Progresso*. O que tentamos mostrar ali, era o fato de existir signos que permitiam apontar para a existência de uma Cultura Superior. "Parece não haver dúvidas quanto ao fato de nossa época (moderna) ser superior à épocas passadas (antigas), como à épocas paradas no tempo (arcáicas). Tratou-se aí de discutir essa evidência: Isso que já se tornou quase um a priori do pensamento atual. Entretanto esse fato - esta constatação - teria também sua própria história. De certa forma, termos como progresso, perfeição e desenvolvimento tornaram-se hoje quase sinônimos: todos apontam para uma mesma direção e atestam a existência de um fio condutor irreversível; seria como que a manifestação sucessiva de potencialidades contidas em um "germe de organismo". Mostrou-se a transposição realizada do "modelo da infância" para o "plano da cultura". O progresso é a passagem da infância à idade adulta, da debilidade e da ignorância à maturidade e ao saber. No entanto, essa imagem do progresso da espécie humana tirada das teorias seculares se fortificou a partir do século XIX com a importância concedida às questões de evolução biológica. Cf. G.Canguilhem (1987) in J.Rezende (1992) Texto Dactilografado, e apresentado no Curso de Pesquisa. PUC.RJ.

Haveria, por outro lado, certos pensadores que colocando os problemas a partir de outros pressupostos, provocaram certos desequilíbrios no pensamento constituído e levantaram a possibilidade de repensar a história a partir de outras perspectivas. Os estudos de Osvald Spengler (1982), como os de Georges Canguilhem (1966, 1987), os de Pierre Clastres (1978), entre outros, nos permitem uma reflexão à margem do etnocentrismo que domina o "pensamento moderno".

concluída. Indivíduo fragmentado pelos diversos segmentos que recobrem os ritmos de seu desenvolvimento.

Em contraposição com a sociedade moderna, as sociedades antigas como as sociedades "não-civilizadas", estabeleceram formas de iniciação baseados em outros princípios. Uma mutação importante diz respeito a maneira de como a idade começou a emergir nas práticas de iniciação modernas. A ausência de uma problemática das idades até o final da Idade Média, indica não uma incapacidade de compreensão verdadeira do ser vivo, mas antes, uma nova maneira de problematizar a vida. Esta modificação que trouxe a idade para o centro da vida já foi analisada e poderia ser retomada<sup>22</sup>.

Quando Philippe Ariès nos fala deste momento em que se podia responder ao problema das idades de uma maneira *alusiva*, o que se nota, é a presença desta forma de imprecisão que é próprio deste momento histórico, que Alexandre Koyrè denomina "mundo do mais ou menos" (mundo antigo), em oposição ao chamado "universo da precisão" (mundo moderno).<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> - Sobre este problema são interessantes as descobertas descritas por Phillippe Ariès (1978). O importante nesta obra, no que diz respeito a ausência de uma problematização da vida em termos de idades, é que esta ausência não é tomada enquanto negatividade, ou seja, como um menos, algo essencial que faltou tanto aos povos antigos quanto aos homens da Idade Média, e que a época moderna teve o prazer em inventar. Elaboração que se deu a partir de uma série de modificações que estariam ocorrendo neste instante em que já se começa a exigir uma precisão quanto a idade de um corpo; não mais os termos vagos e imprecisos desses calendários fantásticos, mas a exatidão da balança e a regularidade da curva. Encontra-se também uma análise desses novos dispositivos (registro de nascimento, recenseamento, inscrições de datas, etc.) que começam a funcionar nesse "Universo da Precisão".

<sup>23</sup> - A obra deste autor é de fundamental importância para o nosso estudo. O problema dos procedimentos de mensuração analisados por A. Koyrè parece

Constata-se a existência de uma *forma de trabalho* que se insere dentro desta *ótica de normalização*, do mesmo modo que se nota a presença de um *modo de produção* que responde a uma exigência de *precisão*. "A definição de normas industriais supõe uma unidade de plano, de direção do trabalho... A normalização é considerada como uma solução para evitar a confusão de esforços, a singularidade das proporções, a dificuldade e a demora da substituição das peças, a despesa inútil".<sup>30</sup> O problema então é o de saber dos efeitos produzidos por este modo de produção baseado na precisão. Pois se de um lado temos um corpo com seus ritmos e temporalidades singulares, do outro, encontramos dispositivos reguladores e unificadores de tempos e produtores de gestos standartizados.

Há agora o tempo para a refeição, o tempo para o trabalho, o tempo para o lazer. O processo de *unificação do tempo* é correlato do processo de *uniformização das técnicas*, que implica um processo de *normalização dos indivíduos*. Unificação do tempo, uniformização das técnicas e normalização dos indivíduos: três problemas *imbricados* na trama do trabalho.

---

confirmar as teses de G. Canguilhem acerca da emergência do conceito de normal no campo das ciências matemáticas e de seu contágio para outros ramos do saber e das práticas. Tanto na História do Pensamento Científico, quanto na História do Pensamento Filosófico, o problema persiste. O texto mais direto é *Do Mundo do Mais ou Menos ao Universo da Precisão*, onde se demonstra que, para a época moderna, *tudo o que não for mensurável não é digno de ser pensado*.

<sup>30</sup> - Cf. Canguilhem, G. (1947 pp. 120-136). "A uniformização dos desenhos de peças e das tabelas de dimensões, a imposição de padrões e de modelos têm como consequência, a precisão das peças separadas e a regularidade da montagem". Somos gratos ao pessoal do laboratório de pesquisa sobre o

## O GESTO E O TRABALHO

*Le travail est cela pour nous,  
hommes du Xxème siècle: fonction  
composée, systématisée,  
délimitée, représentée - et  
presque besoin, sinon besoin  
physique déjà. (I. Meyerson).*

## Emergência de um saber sobre o trabalho

Poderíamos iniciar este estudo recolocando o problema tal como I. Meyerson o formulou: Por que só em nossos dias a *função psicológica* do trabalho tomou a forma que nós conhecemos? Quais as circunstâncias e as condições que permitiram, favoreceram, esta recente transformação?.

A partir das observações assinaladas em *Le travail, fonction psychologique*, compreende-se como que somente no século XX a psicologia do trabalho tenha surgido . Foi

---

trabalho da Université de Provence, que nos forneceu este texto precioso e raro de Gerges Canguilhem.

preciso, para que ela viesse a se tornar uma disciplina autônoma, que antes já se houvesse constituído e estabelecido esse duplo dado: uma função psicológica do trabalho, sistematizada e diferenciada; e um agente de um tipo psicológico novo, a pessoa, disposta, organizada e centrada. Essas parecem ser as condições de possibilidade para a afirmação desse saber sobre o trabalho que começa a se fazer notar. Por um lado, pode se dizer, que essa função foi edificada através da história técnica e social dos ofícios e do labor dos homens, ela mesma tributária da história das ciências como da economia; e por outro lado a montagem dessa nova personagem - a pessoa<sup>31</sup> - foi elaborada pelo homem através de uma série de obras e de seguidas experiências sociais indicadoras de grandes transformações. É significativo, com efeito, que após ter sido uma mecânica e uma química aplicadas, em seguida uma fisiologia aplicada, esta nova disciplina tenha tomado desde os nossos dias a forma *psicossocial* que nós conhecemos: estudo dos problemas humanos do trabalho, estudo do homem total no trabalho, estudo do indivíduo trabalhador<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> - A noção de pessoa compreende múltiplos aspectos. J-P. Vernant (1987 pp.20-37), estabelece uma distinção entre: *l'individu, le sujet, et la personne*. Sobre a pessoa ele diz: "conjunto de práticas e atitudes psicológicas que dão ao sujeito uma dimensão de interioridade e de unicidade, constituindo-o como um ser real, original, único, um indivíduo singular cuja natureza autêntica reside toda no segredo de sua vida interior, no coração de uma intimidade que ninguém fora dele pode ter acesso, porque ela se define enquanto consciência de si-mesmo".

<sup>32</sup> - Cf. I. Meyerson (1955 pp. 3-17).

No entanto, problemas ainda mais pessoais, mais individualizados, começaram a ser colocados: análise das vocações, estudo da vida total de trabalho de um indivíduo, relações entre a vida de trabalho e a sua existência. Uma série de investimentos serão feitos. Começa a se formar uma classe de profissionais que vai lidar com o trabalho não diretamente, mas como intermediários, mediadores entre o capital e o operário: *recrutando* quando se necessita de uma mão de obra, *selecionando*, com o objetivo de melhor enquadrar a *perfil* do candidato, com a função a ser exercida, como também *treinando*, quando se tratasse de melhorar as aptidões e decodificar novos sistemas, e *demitindo*, quando, se fizer necessário, nesse novo setor chamado de gerenciamento. Planejamento, execução e gerenciamento são as ramificações desse novo esquema de produção. Os profissionais de *Recursos Humanos*, nem executantes, nem planejadores das obras, pois que eles também foram, de algum modo, selecionados para uma tal função, funcionam como peças de uma engrenagem, importantes como órgãos mediadores entre as fontes de comando - setor de planejamento, e as redes de operação - setor de execução. Essa nova classe entrará nesse terreno ainda mal formado, denominado por *controle ou gerenciamento de produção*. Onde se tentará isolar os fatores envolvidos na cadeia produtiva, a partir das divisões operadas pelo *trabalho parcelado*, e ordená-los em um quadro de produção, a partir de uma lógica

pré-estabelecida. No caso, trata-se da lógica do modo de produção capitalista. Logo, essas novas figuras do saber sobre o trabalho, só podem ser entendidas a partir do funcionamento desse próprio sistema.

Aqui nós nos encontramos no berço do taylorismo. Planejamento de uma peça *standart* e a formação de um indivíduo com gestos e movimentos padronizados. Todo um aparato, envolvendo testes de múltiplos aspectos e diferentes tipos de testagem, será colocado em ação na busca de um *gesto adequado* para uma *função precisa*...

O problema então seria averiguar em que condições pôde formar-se um tipo de saber sobre o trabalho a partir daqueles que não se encontravam diretamente envolvidos no processo de produção propriamente dito. O psicólogo pode executar um saber sobre a fábrica e o operário sem ter que conviver com eles, e às vezes sem mesmo os ter conhecido<sup>33</sup>.

Houve então uma mutação no *mundo do fazer*. O *Trabalho*, ou melhor as *Ocupações*, estavam, no modo de produção artesanal, em todas as suas operações, circunscritas em torno daqueles que as executavam. Seria impensável o aparecimento nesse sistema de produção de uma prática de montagem parcelada, incluindo não só a grande divisão entre o plano e a execução, mas também as

---

<sup>33</sup> - Se bem que pode se falar nas "visitas", que os "iniciantes" são obrigados a fazer, durante o período de formação. Mas trata-se de uma outra coisa. Lembramos a este respeito nossa experiência no setor de Recrutamento e Seleção da Xerox do Brasil.



pequenas separações que perpassam tanto na elaboração dos modelos quanto na realização das cópias. Principalmente devido a existência de um tipo de ritmo que anima as operações e que não pode ser unificado como no ritmo mecânico. A este respeito as considerações de G. Friedman como as de L. Mumford são de suma importância no desenvolvimento de nossa pesquisa. A noção de *ritmo natural* e de *tempo livre* constituem, na visão desses autores, a essência do trabalho pré-industrial.

Antes do Industrialismo jamais se poderia imaginar um tipo de separação como essa que veio a se constituir nos tempos atuais entre trabalho de planejamento e trabalho de execução. A Psicologia entrará nessa parte de planejamento, passando a gerenciar uma fatia do setor de produção. Tanto nos setores de recrutamento como de seleção, e orientação profissional, encontra-se a presença de uma prática psicológica que se formou em torno da noção de pessoa. Um novo tipo de ser, que já não pode mais ser reconhecido como um simples elemento do mundo, mas sim como algo que efetua um agir sobre o mundo, como um elemento transformador. E é neste sentido que ele será tomado. Enquanto um ser que deve estar apto, ou preparar-se para em breve estar, para produzir algo de *utilidade social*. É em nome de um social que ele será levado a dar sua vida seja no escuro de uma mina, seja no ruído de uma fábrica. Mesmo que os efeitos desse labor, do mesmo modo que as condições de sua

realização, leve a produção de objetos com as mais diferentes finalidades.<sup>34</sup>

O que veio a ser denominado por *salário insalubridade* é alguma coisa de muito ousado. Pois que em pleno *regime do bio-poder*, onde a máxima da conservação da vida parece prevalecer, encontraríamos uma série de dispositivos produtores de destruição.<sup>35</sup> Não se trata de buscar aí uma contradição, mas antes ver essa composição de elementos contrários, em seu plano de funcionamento. Não é uma contradição a coexistência de um *salário-morte* em plena sociedade do *bem-estar*. Como também não há contradição entre uns viverem para trabalhar e outros para divertir-se. É um problema recortado por linhas molares e

---

<sup>34</sup> - Como os "objetos de destruição"... o que seria algo quase irônico: pois para ser reconhecido enquanto *homem-ser-social* - humano - ele se ocuparia nesse processo de produção de uma maneira onde o seu próprio corpo - base biológica do ser social - estaria sendo destruído; seja produzindo artifícios de destruição, de forma direta e em ritmos acelerados como na produção em *tempos de guerras quentes esporádicas* - armas e bombas e instrumentos de destruição da *guerra total*, provocando "grandes catástrofes", como nos tempos da *guerra fria permanente* - consumo desenfreado num ritmo acelerado, onde os "acidentes" se tornarão quase a regra. É como se na luta entre senhor e o escravo, e no caso a luta entre o capitalismo e o operário, se destruísse o corpo, condição não suficiente, mas de possibilidade, para o surgimento de uma consciência propriamente humana. Logo a noção de trabalho de Hegel não serviria para pensar o Capitalismo, que não tem nenhuma piedade pela base vital da consciência objetiva, o corpo do possível homem.

<sup>35</sup> - Entre os textos que tocam neste problema gostaríamos de marcar principalmente *A vontade de saber* ( M. Foucault, 1980 pp. 125-149 ) : "Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens". "Contudo, jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações..." [ Direito de Morte e Poder sobre a vida ]; e *A guerra pura* ( P. Virilio, 1978 ) onde defende a tese do caráter destruidor dos dispositivos de velocidade ( auto-pista, linha-de-montagem...), onde os acidentes não são simples acidentes. Haveria este caráter "provocatório" que habitaria a essência técnica desses instrumentos de luta contra o tempo.

moleculares. A explicação do problema em termos de ideologia e de luta de classes teria que ser repensada. Privilegiando um pouco mais a materialidade da idéia, do mesmo modo que fazendo- se notar um pouco mais as lutas que as classes.<sup>36</sup>

A tolerância e a aceitação de um *salário-insalubridade*, como a suportabilidade dos ambientes de *risco de vida*, do mesmo modo que o hábito às formas monetárias ou indenizatórias de *reconhecimento pelo tempo de trabalho* dedicado são questões que dizem respeito ao problema do *trabalho-mortificante*. Do mesmo modo que haveria outras maneiras de se dispor os ambientes de trabalho, ou mesmo de abrir mão de uma técnica em favor do *fator humano* nela envolvido, como de ter outras maneiras de reconhecimento e retribuição pelos *atos realizados*. Questões que tratam de uma outra perspectiva para o problema do trabalho.

Na Civilização do trabalho: *O social, o político, o psicológico: a vida, sob todas as suas formas transpareceria como problemas de determinação profissional*. G. Canguilhem (1947).

<sup>36</sup> - Depois da obra de F. Guattari e G. Deleuze (1972), o problema da luta, deixou de ser só uma questão geral onde sempre se apresentavam duas classes, uma dominante outra dominada. Existiria uma luta molecular, no seio de uma mesma classe. Como exemplo poderíamos lembrar que os trabalhadores qualificados, normalmente conhecidos no século XIX como "artífices", consideravam-se uma camada privilegiada, ou uma aristocracia do trabalho... separados dos "operários" por um abismo". [ ...Destinos e transformações do assalariado manual qualificado na primeira nação Industrial ]. Cf. Eric J. Hobsbawm (1987, p. 349).

as raízes

Haveria que salientar o papel desempenhado por certos quadros do "campo da psicologia", os denominados "Les psychotechniciens". Como foi demonstrado, a seleção e a orientação profissionais, que deveriam inicialmente somente aplicar e sistematizar os dados da psicotécnica, tendo em aparência o mesmo domínio que ela, foram além disso, dando aos problemas do trabalho uma dimensão nova. A adaptação do homem ao ofício e do ofício ao homem; as relações do homem com a ferramenta; do homem com a máquina; do homem e do trabalho em geral. E então uma série de modificações começam a se operar, retrazendo os caminhos do trabalho.

É no século XIX que o problema das relações do trabalho e o indivíduo trabalhador começa a se definir mais claramente. A partir de então, a distribuição dos homens em seus lugares de trabalho, serão examinados não mais de um modo fragmentado e abstrato, mas sim de uma forma sistematizada e materializada, em grupos humanos reais, complexos, comportando numerosos indivíduos, em situações sociais, econômicas, técnicas nem sempre favoráveis.

O que os estudos das aptidões mostrou aos que estavam iniciando é que era necessário considerar menos o orgânico, o pré-formado, que a adaptação e a adaptabilidade. Se, num primeiro momento, a disposição é orgânica em sua origem, em seguida, ela ultrapassa "rapidamente" este nível, ela torna-se adaptação progressiva, técnica e social. Além do mais, ela

não é somente uma habilidade localizada, mas o mais freqüentemente o "fazer" de todo o homem, de toda pessoa.

Haveria que considerar os efeitos de uma pedagogia do adestramento na formação da "sociedade disciplinar". Produção de corpos dóceis e produtivos. Montagem de um organismo cuja regulação lhe é totalmente exterior. Um corpo que deverá ter as funções reguladas através de um tempo homogêneo e abstrato. Haverá recusas e resistências, com certeza, mas também bastante aderências nas adaptabilidades bem sucedidas.

Como exemplo dessa resistência em romper certos hábitos já bem enraizados, poderíamos lembrar os embates que foram travados quando do momento que resolveu-se prolongar as jornadas de trabalho para além da luz do dia. Parece que durante um bom tempo permaneceu-se preso e encantado por esta separação entre o dia e a noite. Todo o fazer do homem devia considerar este aspecto. Toda a sua vida girava em torno desse movimento.<sup>37</sup>

A partir do século XIV, se notará que uma modificação começa a se efetuar. Os êxitos do movimento urbano e os progressos da burguesia de mercadores e dadores de trabalho sentem a necessidade de "medir com maior exatidão o tempo do trabalho e das operações comerciais". Assiste-se então o fortalecimento desse processo de unificação dos tempos

---

<sup>37</sup> -*Deus assim como deu o dia aos vivos, deu a noite aos mortos.* Narrativas do cronista alemão Thietmar no início do século XI, citado por Le Goff (1995 pp.33-45).

tradicionais. Entretanto, é no fim do século XIII, que o progresso decisivo se faz notar: a descoberta do mecanismo de escape, do qual nasceram os primeiros relógios mecânicos, que se espalham em Itália, na Alemanha, França e Inglaterra e a seguir para toda a cristandade, nos séculos XIV e XV. O tempo laiciza-se e um tempo laico, o tempo do relógio das torres de atalaia afirma-se perante o tempo clerical dos sinos das Igrejas.

O que se diz desse tempo antigo ( tempo do mais ou menos ), é que ele é em primeiro lugar um tempo agrícola, sendo o tempo rural um tempo natural ( tempo de esperas e paciências, de permanências, de novos começos, de lentidões...). As grandes divisões são o dia e a noite e as estações ... a sombra e a luz, atividade e passividade". Pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas para se instaurar um regime de trabalho noturno em um momento onde a noite está carregada de ameaças e perigos, "neste mundo em que é rara a luz artificial"<sup>38</sup>

Nessa mudança de atitude dos costumes, e na aquisição de novos comportamentos, há que considerar o funcionamento de alguns dispositivos. No que diz respeito a construção de uma nova maneira de conceber o tempo, não há como não se referir a

---

<sup>38</sup> - As técnicas de iluminação, mesmo durante o dia, só progredirão no século XIII com a vidraça. Cf. J. Le Goff (1984 pp.217-229).

invenção do relógio mecânico. Sua invenção e disseminação<sup>39</sup>, nesse momento em que se busca uma unificação do tempo, onde se tenta abafar essas diferenciadas temporalidades que os sinos não cessavam de repicar, não pode ser menosprezada. Como demonstrou Cláudio Upiano em seus cursos, para a alegria de Lewis Mumford, na invenção do Capitalismo o relógio-mecânico conta mais que a máquina a vapor.

Assiste-se então, no declínio da Idade Média, esse lento processo de unificação do tempo. Jacques Le Goff analisou este problema de forma minuciosa. De início o que se constata é que em se tratando da cronologia medieval propriamente dita, "os meios de medição do tempo, de saber a data ou a hora, os utensílios cronológicos, são rudimentares".<sup>40</sup> Neste sentido, o funcionamento dos instrumentos de medição do tempo continuam ligados aos "caprichos da natureza" - como o relógio de quadrante, cujas indicações, por definição, só existem em tempo ensolarado, ou medem segmentos temporais tomados sem referência a uma continuidade; como a ampulheta de areia, a clepsidra, as velas, as orações e todos esses substitutos do relógio - impossibilitados de constituir uma "medida de precisão", permanecendo à mercê de qualquer incidente técnico imprevisível: uma nuvem, um grão de areia mais

---

<sup>39</sup> - Sobre a história do relógio o texto básico parece continuar sendo o de L. Mumford (1950).

<sup>40</sup> - "A continuidade com o mundo greco-latino é aqui completa". J. Le Goff (1984 p.227).

*grosso, o gelo - como a maldade dos homens que podiam construir velas mais longas ou mais curtas ou dizer as orações mais depressa ou mais devagar.*

Com certeza que através da história do trabalho e das técnicas compreende-se melhor o aparecimento do *homem do trabalho*. Mas não se trata de uma tarefa simples, já que, por um lado, a história material do trabalho é um universo imenso, "abrange estas primeiras formas artesanais e rurais como as do maquinismo contemporâneo"; e por outro, "ela está atrelada à história psicológica e social, pois que se trata de invenções técnicas sucessivas e de suas ressonâncias sobre o homem: sobre as condições de sua existência e de sua vida mental".<sup>41</sup>

De que maneira então alinhar essas diversas formas de experiências para com o trabalho, dispersas e fragmentadas no tempo? Como aproximar a prática do artesão antigo com a do operário moderno, e depreender daí uma *forma trabalho*, que unificaria esses dois universos distintos e de certo modo contrapostos, em um único plano: *mundo do trabalho*? Logo, para além de todas as diferenças que separam esses dois *modos de produção* - na relação com tempo, com as ferramentas, com as formas de aprendizagem, com relação ao produto da obra - vai se delinear um jeito de aproximar essas diversas formas de conceber o *ato de trabalho*, e uma maneira de aplinar as

---

<sup>41</sup> - Como bem mostrou I. Meyerson (1948 pp.8-16). "A chaque moment il y a à considerer l'outil et l'homme devant l'outil".



diferenças que percorrem esses *gestos de ocupação*. Isso se dá a partir da cristalização da noção de trabalho, ou seja, do trabalho pensado enquanto conceito.<sup>42</sup>

Se de um lado o conceito de trabalho unifica o diverso em uma forma geral, a tudo englobando, de outro, persistiria esses modos de produção fragmentários e dispersos, aí onde a compreensão do conceito já não pode chegar, ou seja, fora dos conceitos, como que resistindo a ser reconhecido pelos seus critérios. Por exemplo, constata-se a possibilidade teórica e prática da existência de um tipo de ocupação, que mesmo podendo ser denominado de *trabalho* (tal como nós o concebemos), não preencheria os requisitos básicos para isso: um tipo de ocupação que salienta mais a obra que o sujeito; que não remete para aquilo que se denominou utilidade social. Um tipo de atividade que não faz aparecer uma *interioridade*, ou seja, a emergência de uma consciência propriamente humana, mas que remete para os elementos do *fora*, como as especificidades da matéria, a eficácia dos instrumentos, as singularidades da encomenda, como também o envolvimento no objetivo de construir uma obra perfeita, ou seja, adequada à idéia que move a obra.

Nota-se a presença de um tipo de atividade, de certa forma afirmada a partir dos dispositivos que regem o mundo do

---

<sup>42</sup> - Vamos utilizar aqui uma distinção estabelecida por F.Nietzsche (1984), contrapondo de um lado o *conceito* e de outro a *metáfora*, como dois métodos de conhecimento, principalmente a parte intitulada. Seria preciso, como já foi recomendado por L. Martino (Nietzsche e a Psicologia - tese mestrado UFRJ-1992), aproximar desse tema o problema da busca da verdade e a apreciação do verdadeiro.

trabalho, que responderia a uma "demanda social", ou seja, a uma necessidade geral. Do mesmo modo que se constata a existência de uma série de atividades e ocupações que de maneira alguma indica a presença de um "sentimento de utilidade-social". Essas ocupações, respondem a outros interesses, que não esses de uma "coletividade-massa" já marcada por certos hábitos que o consumismo espalhou e que o capitalismo através do trabalho em série realizou.<sup>43</sup>

Entretanto, o que se constata, ao longo da história, como bem salientou L. Mumford, é que por mais penoso e difícil que tenha sido o trabalho do artesão, uma coisa ele não abriu mão: uma certa autonomia sobre a obra. Havia um espaço, o *campo do fazer*, que a ele (o artesão) dizia respeito, se bem que ele não poderia perder de vista o *lugar do usar*. Essa relação de uma encomenda direta, fora de qualquer tipo de vínculo com mercado, dava a obra do artesão uma coloração toda especial: uma relação de simpatia e gratidão com diversas maneiras de recompensa e reconhecimento. Essa relação singular que se estabelecia entre aquele que fazia e aquele que usava, não

---

<sup>43</sup> -Aqui se difere a ocupação que se realiza no próprio fazer da obra (recompensa imediata), e a ocupação que só pode ser reconhecida pelo tempo dedicado na feitura da obra (salário). A recompensa não é da mesma natureza que o salário, ela não pode ser abordada através da conversão do tempo em unidades monetárias. Ela não é da ordem do número (que indica uma precisão), ela está mais para a ordem do peso (que aponta um prestígio). O trabalho do artista que pode inventar e modificar os processos de produção conforme o andamento da obra e o operário, que só pode participar com sua força de trabalho, que já se apresenta destacada de um corpo que pensa, que sonha, que deseja, que reflete. Neste aspecto são ricas as reflexões de D.H. Lawrence sobre o sentido do trabalho na existência humana: o trabalho pode ser algo satisfatório e não uma obrigação.

tendo em nada os aspectos de uma utilidade social, o que não que dizer que os produtos não tivessem um interesse no campo social, impediria o aparecimento nesse mundo de algo próximo ao que viemos conhecer como *operário padrão*. Não se poderia imaginar essa forma de reconhecimento para com o trabalho do artesão. Não havia um padrão a ser seguido. O que não quer dizer que não houvesse uma série de recomendações a serem respeitadas, quer quando se tratava de talhar a madeira, de fundir o cobre ou de secar a argila. Mas tudo isso não tirava a particularidade específica desse modo de produção. Uma dose de liberdade para deixar um traço singular, a marca de quem fez, e um pouco de engenhosidade, para realçar a forma acabada da obra perfeita na satisfação de quem usa. Talvez, esse detalhe particular do modo de produção artesanal, explique por que alguns autores tenham se recusado a usar a noção de "classe" quando se tratava de compreender as relações entre esses dois lugares: aquele que faz, e aquele que usa. Esse fato levou certos autores a constatar uma "divisão de classe" no mundo antigo, do mesmo modo que encontraram uma *classe do trabalho* e uma *classe do lazer*. Mas tratava-se, como veio depois a ser esclarecido, de uma projeção nas sociedades antigas de problemas propriamente modernos.

O problema se complica quando se descobre que essa tarefa não poderá se realizar sem antes responder a um certo número de exigências. Trabalho, função geral una, agrupando

todos os ofícios, associando todos os esforços dos produtores? A antigüidade, a Idade Média, uma grande parte dos tempos modernos não fizeram essa unificação. Não se conhecia o trabalho, mas as ocupações e os ofícios, alguns funcionando de forma associada, outros isoladamente. Do mesmo modo que seu valor moral e social, a significação psicológica das diferentes atividades profissionais é diversa. Diante de uma multiplicidade de fatos, os elementos de vocabulário portam diferenças surpreendentes. Como bem notou I. Meyerson, somente no século XIX é que aparecerão os termos comuns para definir todas as atividades industriais e técnicas.<sup>44</sup>

Seria importante acompanhar um pouco a aventura dessa palavra... Segundo L. Febvre nós não conhecemos a história da palavra que nós empregamos atualmente para designar o conjunto de nossas atividades quotidianas - o *trabalho*. Em seu começo, trabalhar possui o sentido *Torturar* (século XIII 'ocupar-se em algum mister, exercer o seu ofício') [ Do lat. vulg. *tripaliare* - torturar com o *tripalium*, a máquina de três pés ]. Durante o século XVI outros sentidos virão substituir: *Laborar* ( Do lat. *labor-oris* 'dor, fadiga experimentada na realização de um trabalho'), *Operar* ( Do lat. *operare* 'executar,

---

<sup>44</sup> - "Esses fatos lexicais fazem-nos suspeitar que, entre atividades que aos nossos olhos constituem o conjunto unificado das condutas de trabalho, existem diferenças de plano, aspectos múltiplos, e até mesmo oposições. Bem entendido, a ausência de um termo ao mesmo tempo específico e geral não é suficiente para demonstrar a ausência de uma noção verdadeira do trabalho. Ela sublinha, entretanto, a existência de um problema que justifique a pesquisa psicológica que empreendemos". Cf. J-P. Vernant (1955 pp.1-29).

produzir, acionar'), Labutar ( Do lat. lavutar - "talvez se tenha originado do cruzamento de lab(or) com l(utar), dada a sua acepção de 'trabalhar penosamente e com perseverança'"<sup>45</sup> O que se constata é que desde o seus começos até o século XVII, o trabalho, estaria como que marcado pelos signos da dor e do sofrimento, como também da humilhação. Será preciso esperar o otimismo do século XVIII, que tentará reagir, não enobrecendo, mas pelo menos justificando o trabalho.

#### Do combate à ociosidade e da produção das riquezas

Entretanto, o que se deve notar, é que a partir do século XVI começa a desenvolver-se um processo de glorificação do trabalho manual. A voz de todo um século, ainda piedoso e profundamente cristão, já não pede mais a Providência que assegure o "pão de cada dia".<sup>46</sup> Nesse momento o trabalho é tomado como a "lei suprema do homem", lutando para dominar os

<sup>45</sup> - Os termos "Laborioso e Operário foram compostos no século XVII". Cf. Cunha, A.G., Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.

<sup>46</sup> - "E como que virando as costas deliberadamente à lição do Pobre de Assis e se deixando levar pela sedução do capitalismo nascente". Cf. L. Febvre (1948 pp.20-28).

riscos e captar as riquezas: o trabalho que faz viver, que faz ganhar, que faz dominar. A tendência parece ser cada vez mais clara na tentativa de tomar o trabalho como uma "dura lei". Nesse sentido as palavras do apóstolo Paulo não cessaram de ser lembradas : " Não comer gratuitamente o pão de ninguém". Ou de outro modo : "Aquele que não trabalha não deve comer".<sup>47</sup> Desse modo só o suor do rosto conta para garantir uma existência.

E a primeira justificativa vem logo em seguida. Após constatar que falar em trabalho é falar em sofrimento, constata-se também que por mais penível que seja os trabalhos que a Sociedade exige, eles podem ser feitos por homens livres.<sup>48</sup> Começa então a se esboçar um problema que no prosseguimento de nosso estudo será de grande importância: a formação de um tipo de "escravidão" moderna. Uma sociedade livre, onde persiste um tipo de escravidão. Uma escravidão tão cruel quanto qualquer outra. Talvez até um pouco mais, já

---

<sup>47</sup> - Cf. *II Test. III, 8 e 10* : "Tudo isto retomado pela voz que, de todas, foi sem dúvida - junto com a de Platão - a que teve maior audiência entre os franceses da Renascença. A voz do apóstolo Paulo ensinando aos Tessalicanos que só o trabalho assegura ao operário [ ouvrier ] sua dignidade e sua independência". Platão, por outro lado, "outra grande luz do século", o Platão da *República*, não concebia o cidadão sem função nem trabalho". Não se deve esquecer da existência de um outro pensamento de Platão, acerca do trabalho. "Um modo de depreciação para com as atividades que produzem objetos talhados laboriosamente e sevilmente pela mãos". Cf. L. Febvre (1948 pp.20-28).

<sup>48</sup> - Montersquieu, C-L. S.; *Esprit des Lois*, Liv. XV. Cap. 8. O capítulo se intitula *Inutilité de l'Esclavage parmi nous*. "On peut par la commodité des machines suppléer au travail forcé qu'ailleurs on fait faire aux esclaves."

que se apresenta de forma *camuflada*. O combate ao "vagabundo" é o contraponto da afirmação do "mundo do trabalho".

Quando Denis Diderot expõe seu pensamento acerca da "repartição das fortunas", ele ainda habita um mundo onde só existe trabalho na sua forma plural: *as fortunas serão legitimamente repartidas tão logo a repartição seja proporcionada à indústria e aos trabalhos de cada um.*<sup>49</sup> Ainda não se encontrou a *fórmula Trabalho*, mas já começa a ser procurada. "Os reformadores do século XIX vão propor esta fórmula para resolver o problema da repartição dos produtos entre Trabalho, Capital e Talento".<sup>50</sup> De qualquer modo, o trabalho de que falam os homens desse tempo é o trabalho do lavrador, o trabalho do artesão: *o trabalho que procura o pão cotidiano e o agasalho, mas que não visa buscar riqueza; o trabalho que salva o trabalhador do maior dos vícios, do vício que engendra todos os outros após a tradição cristã: a ociosidade.*

Enfim, sobre os trabalhadores do século XVIII, o que se pode dizer é que são "trabalhadores de ofícios", ofícios obre os quais os enciclopedistas fazem reviver em suas estampas admiráveis, *engenhosos instrumentos e livre labor*. A "grande revolução" ainda não se deu, mas falta pouco para que se

---

<sup>49</sup> - Como notou L. Febvre (1948 pp. 20-28): "*aux travaux, e non ancore au travail*".

<sup>50</sup> - L. Febvre (1948 pp.20-28).

veja, na Velha Inglaterra, em um quarto de século, o desaparecimento dos camponeses, dando lugar a um povo de operários encerrados nas manufaturas.

De qualquer modo, como já se notou, não se faz, ou não se deve fazer uma *História do Trabalho*, sem fazer, ao mesmo tempo, a *história dos meios de trabalho*, *história dos instrumentos*, *história das técnicas*, sem dizer que, ao abordar o século XIX, não se deve esquecer da *marcha conquistadora da máquina e da fábrica associadas*. Com todas as *conseqüências*, *todas as repercussões humanas...*

No entanto, constata-se o aparecimento, no início do século XIX, de toda uma literatura histórica, econômica e social que começa a se inquietar com isso que nós nomeamos hoje como *os problemas do trabalho*. Junto à idéia de *pobreza*, *miséria*, *exploração*, os homens dessa época associaram, em suas obras como em suas preocupações, a idéia de *trabalho*.<sup>51</sup>

Entretanto o que se nota, nesse esforço dos teóricos, é a disposição de retomar o *trabalho* pelos caminhos da *honra*, dando seus direitos e lhes definindo os deveres; mas acima de tudo transformando-o de *maldição* que se abate sobre os *infelizes*, e a eles somente, em verdadeiro *dever social*,

---

<sup>51</sup> - Buret, L. *Da miséria das classes laboriosas na Inglaterra e na França*, 1840; de Boyer, F. *Do estado das classes operárias e de seu melhoramento pela organização do trabalho*, 1841; Chevalier, M. *Cartas sobre a organização do trabalho ou estudos sobre as principais causas da miséria*, 1848; etc. De um modo geral, *miséria*, *trabalho*, *organização* e *caridade*, encontram-se associados nas análises sociais as mais diversas e as mais opostas.



obrigatório para todos. Cada um tem o dever de trabalhar o mesmo número de horas por dia... e o direito de receber uma parte igual segundo suas necessidades. O trabalho será elevado a categoria de *função pública*. Ele se realiza nas grandes oficinas, e se faz cada vez mais atraente e fácil através das máquinas.

Não haveria então porque se admirar ao ver as classes laboriosas conquistando o direito à história: enquanto "operários" e não mais enquanto infelizes. Uma dignidade começa a aparecer, enviada de todas as partes. E assim se fecha o círculo. Parte-se do *trabalho-tortura*, para se chegar ao *trabalho-recompensa*.<sup>52</sup>

### Metamorfoses na Experiência do Trabalho

Com certeza que o instrumento, como a máquina, colocam uma série de problemas para o psicólogo. Adaptação a novos mecanismos de aprendizagem e padronização dos ritmos de produtividade; "as formas do pensamento empenhado na invenção;

---

<sup>52</sup> - Como disse L.Febvre (1948 pp.20-28): "Toda esta evolução está por precisar e por fixar em seus detalhes".

as relações e as influências recíprocas da pesquisa pura e da ciência aplicada na invenção; as razões de aceitação ou de não aceitação de uma inovação, etc.”

Haveria então este espaço de indeterminação, que permitiria o aparecimento de novas *composições*, as vezes queridas e as vezes forçadas. Do mesmo modo que existiria um espaço aberto entre os pontos de planejamento e as linhas de execução, permitindo a formação de diferentes maneiras de se relacionar com a obra, com a matéria, com as ferramentas, com as formas de reconhecimento como de retribuição, etc.

Durante muito tempo permaneceu como tipo hegemônico de uma forma de ocupação - como o fundamento da arte e da técnica artesanal - senão o domínio de todas as operações, pelo menos a *participação* em todas elas: pode-se dizer, baseado em inúmeros relatos, que nesse modo de produção a tecnologia permanece presa nas mãos do homem. E o fato de o trabalhador artesão “ser senhor do processo”, desde que respeite a natureza dos materiais com que opera, era uma “grande satisfação e um apoio da dignidade pessoal”:<sup>53</sup> *Na cerâmica e na roupa tecida, nas casas, nos relicários e nos túmulos, nas*

---

<sup>53</sup> - “ A outra recompensa do artesanato, em muitos ramos da arte e da técnica, era que o trabalhador podia passar, fomentando a sua perícia técnica, das seções operacionais para as seções expressivas de seu ofício. Ao adquirir destreza na técnica ficava autorizado, por assim dizer, a praticar a arte. Neste estágio, a própria máquina contribui para a libertação criadora”. Cf. L. Mumford (1986). Este problema será retomado mais tarde pelos ergonomistas quando preconizam o rodízio de operações, mas já com intuito reparatório (na luta contra o desgaste mental), mas ainda imbuido do espírito de aumento de produtividade.

*igrejas e nos palácios, o trabalhador produz não só para fazer aquilo que tem que ser feito, como para se identificar, se individualizar, se expressar, deixar atrás de si uma mensagem, selada, por assim dizer, na garrafa da arte, para o deleite e iluminação dos outros homens.*

#### No ritmo do Industrialismo

Com a emergência de um maquinismo industrial ousado, a tendência é uma transformação radical nas relações de trabalho, chegando mesmo a ser anunciado um adeus ao trabalhador.<sup>54</sup> Se por um lado é legítimo afirmar que o trabalho tornou-se ao mesmo tempo uma finalidade e uma necessidade, tendo muito se falado na alegria do trabalho, por outro lado, não se pode esquecer, que ele permanece ainda, de certo modo, como uma "pena". O que se notou, depois de algum tempo, é que havia sinais que anunciavam uma crise na religião do trabalho.

De um lado o trabalho se apresenta como o *fundamento* do agir humano, e por outra parte, ele é visto como um *risco* que

---

<sup>54</sup> - Sobre esta questão são importantes as análises de André Gorz (1980). Como também, o trabalho de Ricardo Antunes (1995).

não cessa de colocar em perigo tudo o que há de humano. Perspectivas diferentes na problematização do trabalho: *de um lado salienta-se o aspecto da consciência; por outro, sublinha-se o funcionamento do corpo.*

Como bem demonstrou Philippe Wolff, um progresso adquirido num lugar não o é forçosamente em todos. Portanto não há de se estranhar que possa coexistir, ao mesmo tempo, um guincho a sarrilho (carretilha) conduzindo para cima a água que inundava as minas, em 1490, e equipes formando uma cadeia para passar recipientes de couro com água desde o fundo, no começo do século XVI. De que maneira correlacionar estas *invenções técnicas* contrárias e coexistentes? Como analisar o desaparecimento de umas, e a persistência de outras? De que maneira estes *acontecimentos técnicos* vieram a se tornar *símbolos* ( indicadores ) de progresso como também de atraso?

É com a modificação de um estado de coisas já existente, - ao mesmo tempo destruindo e tolerando certas *formas arcaicas* - que essas *formas novas* passam a adquirir aspectos de hegemonia, que com o tempo recobre todo um território, chegando mesmo a possuir uma certa homogeneidade. Estas modificações ora são reclamadas ora são impostas...<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> - Como exemplo, poderíamos tomar duas práticas que vieram a se tornar comuns e frequentes, a da vacinação e a do registro de nascimento. Enquanto que a primeira foi implantada quase que na marra, dada a força da resistência e da recusa, a segunda, teve uma adesão mais voluntária. Sobre as práticas de vacinação Cf. Foucault, M.; O Nascimento da Clínica. Sobre o aparecimento dos registros de nascimento Cf. Ariès, P.; História Social da Criança e da Família.

## Sobre o modo de produção das sociedades primitivas

As sociedades ditas primitivas não representam etapas ultrapassadas pelo progresso das sociedades ditas civilizadas (G. Canguilhem). Seria então preciso apreender a dimensão própria das sociedades primitivas fora de um olhar retrospectivo (que toma o passado enquanto negativo, ou seja, enquanto algo que se apresentava incompleto, menor em relação ao atual). Seria importante verificar não só as conseqüências epistemológicas mas também os efeitos políticos imbricados neste tipo de pensamento.

De um modo geral, para o pensamento europeu que comandou as conquistas e as colonizações, as sociedades primitivas representavam um estágio inferior na escala humana; tratava-se de restaurar ou anular essa presença "retardada".

O que se constata é que este "estado de infância" tornara-se intolerável, diante de uma sociedade cada vez mais rígida e voraz na sua tarefa de "transformar este estado de natureza em algo propriamente humano"<sup>56</sup>. Hoje se nota claramente os efeitos desse pensamento no processo de extermínio porque passou as Culturas das Florestas.<sup>57</sup> Diziam

---

<sup>56</sup> - Acerca desta "vontade de transformar" que anima o mundo europeu no momento das conquistas de novos territórios Cf. Todorov, T.; A Conquista da América.

<sup>57</sup> - Cf. Pierre Clastres (1978 pp.56-70).

desses povos que eles não trabalhavam<sup>58</sup>, que viviam em um estado de penúria face a uma natureza adversa e hostil, e que passavam o tempo todo guerreando uns contra os outros, devido a seus rudimentares instrumentos de troca, que estavam sempre falhando, produzindo um estado de guerra constante de todos contra todos. Entretanto como lembra P. Clastres: . Estes se referem muitas vezes às atividades militares dos Tupinambá. Unanimemente, com efeito, os cronistas ficaram impressionados, às vezes horrorizados, com o gosto fanático desses índios pela guerra. Franceses e portugueses, em competições armadas para assegurar o domínio do litoral brasileiro, souberam explorar essa belicosidade indígena fazendo aliança com tribos inimigas entre si.. Fora esse caso particular não é correto afirmar que a sociedade primitiva passava o tempo todo fazendo a guerra, o que não quer dizer que ela estivesse sempre despreparada para o conflito<sup>59</sup>. Esta parece ter sido a imagem que foi forjada no decorrer destes últimos séculos. Com raras exceções encontram-se vozes

---

<sup>58</sup> - No caso da sociedade Guaiáqui: "... a tarefa a cada dia recomeçada de procurar alimentação para o grupo incumbe essencialmente aos homens. Isso não significa que as mulheres não participam na vida material da comunidade. Além de lhes caber a função, decisiva para os nômades, do transporte dos bens familiares, as esposas dos caçadores fabricam cestos, potes, cordas para os arcos; elas cozinham, cuidam das crianças, etc. Longe, então de serem ociosas, elas dedicam inteiramente o tempo de que dispõem à execução de todos esses trabalhos necessários". P. Clastres (1978 pp. 132-152).

<sup>59</sup> -Cf. Haverá toda uma tentativa por parte desse autor para desvincular os problemas que dizem respeito à guerra (problema das alianças) dos problemas referentes aos mecanismos de trocas (problema dos presentes: o dom e o contra dom). Cf. P. Clastres (1982 pp. 169-204).

destoantes, fundadoras de outras perspectivas de entendimento disso que veio a ser conhecido como sociedades sem Estado, sem Economia, sem Fé, sem Lei, sem Rei, como também sociedades sem Eu.

Esta nova maneira de colocar o problema, na verdade não tão nova assim, pois que La Boétie já o formulara tecnicamente, vai salientar os modos de funcionamento dessas sociedades que administram um *Oikos*, mesmo que seja nômade (o arco e o cesto e os outros segmentos constituidores da comunidade); vai apontar a necessidade de estabelecer um comando mesmo que este seja por princípio *centrífugo* (a ordem de comando e obediência centrada na pessoa de um chefe que ao contrário das realezas sedentárias é o "que menos tem" e o "que sempre tem que ter pra dar"); vai mostrar as formas de uma *religiosidade* fora do modelo da cruz, como também as maneiras de construir *códigos* mesmo que não seja nos moldes da *escrita*, mas sim de *inscrições* (processos de marcas corporais a partir dos procedimentos de iniciação)<sup>60</sup>. A cicatriz é o mapa de cada ser existente, a singularidade do gesto é que indica a posição que se ocupa na coletividade. Essa marca é marca de

---

<sup>60</sup> - "Esses rituais de iniciação constituem muitas vezes um eixo essencial, em relação ao qual se ordena, em sua totalidade, a vida social e religiosa da comunidade". Acerca do problema do poder nas sociedades primitivas, e mais especificamente sobre o papel do chefe nestas sociedades, como também, quando se trata do problema dos "rituais de iniciação", mais especificamente sobre a domesticação da dor nos gestos de "inscrições corporais", os textos de P. Clastres são precisos; sobre o primeiro problema Cf. "Troca e Poder: Filosofia da Chefia Indígena", e sobre o segundo ponto Cf. "Da Tortura nas Sociedades Primitivas", (1978).

pertencimento. A partir daí está se de tal modo afetado por esses *traços indeléveis* que é impossível esquecer-los. Essa cicatriz indicará a inclusão definitiva daquele ser no grupo. É a marca de um Nós, jamais de um Eu. Não um eu pertença, mas um pertencendo em mim. Essa marca é a condição de possibilidade para a entrada no grupo que o espera, para que se realize os caminhos que lhe foram traçados em sua pele.<sup>61</sup>

No que diz respeito ao *trabalho*, o que os primeiros "colonizadores"<sup>62</sup> viram foram uma *gente do ócio*, uma *pobreza material*, como também um *atraso técnico*. Comparação maldosa, pois que a balança já pendia para um lado, o portador da régua era uma das partes interessadas. Frente a uma natureza que nada dava, sem nenhuma ferramenta de verdade, e vivendo quase sem nada, essas sociedades se tornavam carentes.

Mas para os próprios habitantes do novo mundo as coisas não se passavam bem assim. A natureza era farta e abundante; não faziam estoque mas tinham o necessário até para dar; construíam seus instrumentos com a mesma perfeição de seus

---

<sup>61</sup> - "Ora, quase sempre o rito iniciatório considera a utilização do corpo dos iniciados. É, sem qualquer intermediário, o corpo que a sociedade designa como único espaço propício a conter o sinal de um tempo, o traço de uma *passagem*, a determinação de um destino". P. Clastres (1982 pp.123-131).

<sup>62</sup> - Entre índios do Brasil e europeus, os contatos se estabeleceram muito cedo, sem dúvida durante o primeiro decênio do século XVI, por intermédio dos navegadores comerciantes franceses e portugueses, que vinham trocar, por instrumentos metálicos e pacotilha, o pau-brasil ou madeira cor de brasa. As primeiras cartas dos missionários jesuítas portugueses instalados junto aos Tupinambás datam de 1549. J. Anchieta escreve que em 1560 a Companhia de Jesus já exerce sua tutela sobre 80.000 índios. Cf. P.Clastres (1978 pp.56-70).



antepassados. Não passavam o tempo todo guerreando, e tinham que trabalhar muito pouco, em comparação com os europeus, para manter seu regime econômico.<sup>63</sup>

Entretanto não podia mesmo ser muito promissor o futuro de um povo que diante de uma "natureza hostil" permanecia no ócio. Os europeus estavam nessa ânsia de conquistas e novidades. A colonização de outras culturas estava trazendo frutos. Os primitivos seriam forçados a mudar de conduta, do mesmo modo que as *Reduções*<sup>64</sup> estariam prontas para aceitá-lo. O que ficou estabelecido acerca da economia baseada na escravidão indígena é de que ela foi um fracasso. Se em termos econômicos se esperava mais do trabalho do índio, se foi uma derrota em termos de sucesso de produção, se foi um problema em termos de disciplina, haveria que encontrar o ponto em que a subjugação dos nativos da América foi eficaz, já que tão prolongada. Bem, de qualquer modo, quanto ao etnocídio e ao genocídio praticados ao longo dos séculos, não há dúvida de que foram bastante intensos.

---

<sup>63</sup> - Conhecido também como regime de *subexistência*. No entanto valeria lembrar as considerações que M. Sallins faz a este respeito.

<sup>64</sup> - Sabe-se que as primeiras *reduções*, fundadas no princípio do século XVII por Ruyz Montoya, sofreram imediatamente os assaltos daqueles que se chamavam *mamelucos*. Esses bandos de assassinos, constituídos de portugueses e de mestiços, partiam da região de São Paulo, para em terra guarani, capturar o máximo de índios, que revendiam como escravos aos colonos instalados no litoral. A história do começo das missões é a história da luta contra os *mamelucos*. Entre 1628 e 1630, os portugueses capturaram 60.000 guaranis nas *Missões*. Em 1631, Montoya se conformou em evacuar as duas últimas *reduções* do Guaira. Doze mil índios se puseram em marcha sob seu comando em uma violenta anábase: 4.000 sobreviventes atingiram o Paraná. Cf. P. Clastres (1978 pp. 56-70).

O arco e o cesto com certeza efetua a grande divisão de funções, mas também conta a destreza do arco na caça ou na guerra, do mesmo modo que conta a ética do cesto na alimentação. Estranha forma de construir um *socius*; estranha mas não defeituosa. Toda a obra de P. Clastres como a de M. Sahallins caminham nesta direção: impedir que esta diferença fundamental que define as sociedades primitivas venha a se tornar indício de "atraso" em comparação com outras "formas de socialização". Retomando as palavras de Todorov, não tomam a diferença a pretexto de construir hierarquias.<sup>65</sup>

Uma das coisas que encanta na obra de Pierre Clastres é a aproximação dos escritos de E. de La Boétie com os relatos dessa *etnologia tolerante* (também dita política, mais comum entre os *viajantes*) que revela um outro universo, encoberto pelos princípios etnocêntricos da *antropologia clássica* (também chamada de *antropologia de gabinete*, um tanto rígida em suas observações, sempre procurando uma lente que permita ver melhor, já que não pode abandonar seu gabinete de trabalho).

A constatação prática no campo da história social das *comunidades* ditas primitivas dos postulados teóricos e filosóficos de La Boétie, mostra um tipo de reflexão que se

---

<sup>65</sup> - Podemos falar então na existência de dois métodos de análise: um baseado na interpretação e o outro na avaliação. O primeiro, leva toda a bagagem, o segundo porta só algumas ferramentas. Um já sabe tudo, já conhece tudo, só quer *comprovar*, o outro é um escavador, está sempre imbuído de uma surpresa, e muito mais tolerante para com as "diferenças de sentido distribuída nas coisas".

espantava e de certo modo combatia a teoria do "contrato" do desejo da servidão voluntária.<sup>65</sup> O espanto começa com a indagação dos motivos que leva não um homem, dois ou mais, uma vila ou um bairro, mas todo um povo, uma nação servir à Um, mesmo quando esse Um é um desconhecido.

---

<sup>65</sup> - Essa parece ser a orientação filosófica que se destaca desse texto único de La Boétie.

<sup>67</sup> - Neste aspecto não há como não fazer referência aos escritos de F. Kafka, sobre a construção da grande muralha da China. Não só no que se refere ao aspecto de controle e competição e recompensa do modo de produção parcelar, mas também no que diz respeito ao problema da servidão e obediência ao Estado. Como também, A. Huxley, em O Admirável mundo novo, retoma o problema não através das cicatrizes de uma pedagogia que se iniciaria em uma curta idade, como no caso da formação dos arquitetos da Grande Muralha, mas sim através dos espelhos das telas captando as imagens das cameras que controlariam todos os passos e movimentos. Estes textos, mesmo sendo do campo literário, tratam do problema do Governo de Um, nem sempre muito distantes dos fatos de realidade. Existe uma série de estudos sobre a instalação de câmeras de controle em várias localidades. Especialmente Paul Virilio.

## TRABALHO E TÉCNICA

### A Máquina e o organismo

A máquina, produto do cálculo, verifica as normas do cálculo, normas racionais de identidade, de constância e de previsão, enquanto que o organismo vivo atua segundo o empirismo. A vida é experiência, é dizer improvisação, utilização de ocorrências; é tentativa em todo os seu sentido.

Desse modo Georges Canguilhem esboça os traços que separam e unem estes dois universos. De um lado o organismo com os seus "fenômenos de auto-construção, de auto-conservação, de auto-regulação como de auto-reparação". De outro, a máquina, cuja construção lhe é estranha, e que requer sempre para a sua conservação a vigilância e a atenção constantes do mecânico. Na máquina há uma verificação estrita das regras de uma compatibilidade racional. O todo é uma rigorosa soma das partes. O efeito depende da ordem das causas. Além do mais, uma máquina apresenta uma rigidez funcional nítida, rigidez essa cada vez mais evidenciada em sua prática de normalização, sendo que o organismo, pelo

contrário, se observa *uma variância das funções, uma polivalência dos órgãos.*

Essas diferenças marcantes nas propriedades da máquina quanto do organismo leva a um outro questionamento: quanto a finalidade desses dois empreendimentos. Constata-se que há mais finalidade na máquina que no organismo, já que a finalidade é rígida e unívoca, univalente. À medida que a *finalidade* fica cada vez mais limitada, mas reduzida fica a margem de tolerância, parece ficar mais endurecida com o fim cada vez mais definido. Quanto ao organismo ele estaria no regime do fluídico e do maleável, variações de funções e polivalência dos órgãos. *Sem dúvida, esta variação de funções como esta polivalência dos órgãos não são absolutas, porém, com relação às das máquinas são de tal modo consideráveis, que para dizer a verdade, a comparação não pode sustentar-se.*

Aqui se estabelece uma outra distinção interessante na relação da máquina (artifício), com o vivo (natureza). A máquina seria da ordem do artificial, e por isto se entende aquilo que visa um fim definido, e com isso se opõe ao vivo, que tende para múltiplos fins, portando indeterminações e paradoxos. Retomando a citação que G. Canguilhem faz de P. Valéry : "Artificial ou Humano ou Antropomórfico se distingue disso que é somente vivo ou vital. Tudo o que chega a aparecer sob a forma nítida e acabada torna-se artificial. E isto é a tendência da consciência crescente". É assim também o

trabalho do homem quando se dedica a *imitar* o mais exatamente possível um objeto ou um fenômeno espontâneo. O pensamento consciente dele mesmo se torna um sistema artificial. Se a vida tivesse uma finalidade não seria mais vida.<sup>68</sup> Daí se poder falar de um tipo de atividade que produz uma espécie de ser vivo e artificial: trata-se do "autômato". Aquele que no seu agir, só o pode fazer dentro de um quadro restrito de possibilidades já previstas e estabelecidas. Em verdade esse ser não age, pois que para isso deveria estar de posse de sua potência inventiva e criativa; não podendo ser assim, já que a *normalização do trabalho* reduziu e especificou bastante os gestos e os movimentos. Essa é imagem do homem-máquina. Seu apetite é controlado por fora, do mesmo modo que o combustível de uma máquina. Esse organismo vivo terá que se dobrar frente às exigências do ritmo normatizado e controlado da indústria.

Entretanto essas questões que envolvem o *ser máquina* e o *ser vivo* estão recortadas por um problema de fundo filosófico. Como é sabido, a demiurgia platônica copia idéias. A idéia é um modelo cujo objeto natural é uma cópia. Já o Deus cartesiano, o *Artifex Maximus*, se esforça para igualar ao vivo. O modelo do vivo-máquina é o mesmo do vivo. "A idéia de vivo, que a arte divina imita, é o próprio vivo".

---

<sup>68</sup> - Como exemplo de variancias de funções, G.Canguilhem (1971 pp.117-150), cita "o caso bem conhecido e simples que é o da afasia na criança. Uma hemiplegia direita na criança nunca se acompanha de afasia, pois que outras regiões do cérebro asseguram a função da linguagem. Na criança de nove anos, quando existe a afasia se desfaz rapidamente".

É por isto que se legitima a construção de um modelo mecânico do corpo vivo, compreendido o corpo humano, pois para Descartes, o corpo humano, senão o próprio homem, é uma máquina. Este modelo mecânico Descartes o encontra, como se tem dito, nos *autômatos*, ou seja, nas *máquinas em movimento*. "Estes homens, diz Descartes, serão constituídos como nós, de uma alma e de um corpo... de modo que estas duas naturezas devem estar juntas e unidas para formar homens que se nos pareçam. Suponho que o corpo não seja outra coisa que uma estatua ou máquina de terra que Deus forma ex profeso para conferi-lhe o máximo possível de nossa semelhança".<sup>69</sup> Ao pegar este texto, depreende-se daí, através de um espírito o mais ingênuo possível, que a teoria do animal máquina ( em Descartes ) só ganha sentido graças ao enunciado de duas condições, frequentemente ignoradas. O primeiro é que exista um Deus fabricante, e o segundo é que o vivo seja dado como tal, previamente à construção da máquina. Dito de outro modo, para compreender a máquina animal, é preciso percebê-la, como precedida, no sentido lógico e cronológico, ao mesmo tempo por Deus, como causa eficiente, e por um vivente pré-existente a imitar, como causa formal e final.

---

<sup>69</sup> - Cf. Descartes, R. *Meditações* (VI). Sobre este problema canguilhem escreveu importantes textos: *Máquina e Organismo* (1971); *Descartes e a Técnica* (1937), entre outros.

## Normalização Técnica

No sentido rigoroso e atual do termo, a *normalização técnica* consiste na escolha e na determinação da matéria, da forma e das dimensões de um objeto, cujas características passam a ser daí por diante obrigatórias para a *fabricação conforme*.

Este parece ser o problema que os pensadores do trabalho tiveram que se defrontar: o aparecimento de um tipo de modo de produção, regido pelos princípios do regime de normalização. Mas o que significa o agenciamento dos mecanismos de normalização nos procedimentos técnicos? A questão da norma encontra-se no centro de nossa problemática. Interrogar acerca dos motores e processos de industrialização, é reencontrar as normas coletivas e individuais que operam nos atos de trabalho, na direção dos homens, e na busca do lucro. Entretanto seria preciso acrescentar que a norma, para exercer seu poder igualizador, não supõe tão simplesmente uma igualização entre os homens. Como já foi dito: "Ela não é somente um quadro exaustivo de operações circunscrevendo o trabalho como simples reprodução de peças standards. Entretanto seria preciso acrescentar que ela é também "forma de apropriação" (como de recusa) cultural deste novo mundo



através do mundo do trabalho; do interior mesmo da produção, ela diversifica, solicita ao mesmo tempo que nivela".<sup>70</sup>

Primeiramente uma mudança radical no que se refere ao tipo de *envolvimento com a obra*. Muito já se falou desse modo de produção onde o homem-trabalhador já não sabe mais que "objeto" ele produziu. As suas operações, quando se trata dos sistemas de linhas de montagem predominantes nos sistemas industriais em voga, foram reduzidos a movimentos localizados e especializados.

Essa obrigatoriedade para um tipo de fabricação, que coloca o gesto do fazer nessa relação de dependência a um modelo pré-apresentado, ou seja, o problema da multiplicação das cópias, das reproduções em séries, de tudo isso que conhecemos e ouvimos dizer dos processos produtivos objetivados pelo Industrialismo-Comercial que tem por base o Capital e o Lucro - coloca o *corpo humano* que está inserido nesse sistema de produção numa condição bastante desfavorável, pois neste sistema (modo de produção parcelado), mesmo sendo de "carne-sangue-osso", ele será tomado na mesma proporção das *peças das máquinas*, à base de "ferro-aço". A exigência de uma produção cada vez mais rápida, como de um consumo também bastante acelerado, instaurou novas maneiras de gerir os *fatos de trabalho*, realizando um imenso *progresso social*, se contrapondo com esse mundo que lhe antecede, que já não pode

---

<sup>70</sup> - Cf. Schwartz, Y. (1992 pp.43-67).

ser mais do que "uma fase anterior". O Universo da Máquina, pela sua própria *monstruosidade*, se imporá frente a esses outros mundos, "abafando-os".

Nota-se então que na construção dessa idéia de *atraso social* encontra-se sempre referência ao aspecto *técnico*, e aos instrumentos utilizados na produção-transformação das coisas. Instrumentos rudes e simples, e instrumentos bem elaborados e complexos. Entretanto, essa forma simplificadora, que olha todo o passado como que "devedor do presente", sendo este tomado enquanto atual e moderno, já foi bastante criticada. J-P. Vernant tratou de desfazer os mal-entendidos que repousam sobre a idéia que afirma a existência de um "atraso técnico" no mundo antigo. Do mesmo modo também já foi demonstrada a perfeição e a engenhosidade dos inventos de outras épocas<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> - Cf. Marc Bloch (1926). Como também A. Koyrè, quando complica a evidência sobre a definição do que veio a ser reconhecido como "era moderna". Cf. (1973).

## Degradação e Dignidade do trabalho

Gostaríamos de analisar as modalidades de produção que alteram em demasia os ritmos naturais, produzindo seres regulados artificialmente. Nota-se que neste mundo essencialmente rural e artesanal, onde, apesar das invenções e progressos técnicos realizados pela Idade Média, numerosas são ainda as máquinas que são movidas pelo motor humano<sup>72</sup>. Este "ritmo natural" (constituído pela junção do ritmo vital e pessoal, que é função dos batimentos de nosso coração, dos movimentos respiratórios e, de uma maneira geral, das trocas com o meio... como também do ritmo de atividade física de cada um baseado nas dimensões e especificidade de cada corpo... do mesmo modo que do ritmo de atividade intelectual cujos determinantes são desconhecidos... ) a tudo percorre na vida cotidiana e aí desempenha um papel incomparável. Ele se encontra presente em toda civilização pré-industrial. Nesse tipo de civilização, onde o indivíduo era bem mais dependente do que hoje dos elementos terra, estações, festas, animais, divisão dia e noite, o trabalho se encontrava constantemente preso nesses "ritmos naturais". Entretanto, como já se notou, os ritmos do corpo humano, e em particular aqueles do trabalho

---

<sup>72</sup> - Sobre o problema da técnica na Idade Média, cf. Lefebvre des Nouettes, *L'attelage. Le cheval de selle à travers les âges*, Mémoire de la Société de Antiquaires de France, LXXVIII, 1931.

profissional, foram lentamente constituídos no seio dos grupos e das civilizações, exprimindo tradições seculares, por vezes milenares, e que indicam a presença de causas não só biológicas mas também psicológica e sociológica.

Tomar o trabalho como algo *precioso* é tirá-lo do lugar de simples *compensação*. O modo de produção capitalista só se interessa *pela finalidade* da produção, do mesmo modo que o objetivo da operação realizada está no salário, onde se preconiza uma maneira de se obter uma maior produção pelo menor preço possível.<sup>73</sup> Dentro de um tal sistema se compreende as lutas que se travam em torno do problema das condições dos meios de produção ( discussões em torno de questões de higienização, de acidentes, de insalubridade e de jornadas de trabalho)<sup>74</sup>.

Ao lado do trabalho como algo *precioso* (atividade que visa a criação de uma *obra perfeita*), seria interessante lembrar um outro aspecto, aliás um tanto quanto desaparecido nas operações parceladas e mecanizadas, montadas pelo industrialismo, que diz respeito ao problema da *honra* do

---

<sup>73</sup> - Mas, se considerarmos a superioridade e a eficácia tecnológica sob o ponto de vista da economia global, tais conceitos são reduzidos, em outros casos, à superioridade e à eficácia econômicas. Nas hipóteses contidas nos manuais que tratam da concorrência perfeita e universal, o método de produção tecnologicamente eficaz é aquele que custa menos, sendo a redução do custo um índice de superioridade tecnológica. Cf. Stephen A. Marglin, Op. cit. pg. 44.

<sup>74</sup> - "O trabalho dos mineiros era muito precioso, por isso procurava-se oferecer boas condições aos que o praticavam... As contas mostram que recebiam boa alimentação e que dormiam em boas camas, num dormitório com aquecedor...". Cf. P. Wolff, Op. cit. pg. 110.

trabalho que definindo uma atitude de autonomia e reconhecimento na condução da obra). Quanto a isso poderíamos lembrar as transformações ocorridas com a profissão dos mineiros.<sup>75</sup>

### Redimensionamento do problema do trabalho

Nessa tentativa um primeiro passo poderia ser dado: procurar um lugar mais nobre para a "cultura técnica", que se encontra desprezada nas "hierarquias culturais". As divisões atividade manual x intelectual, operação de execução x planejamento, ocupação grosseira x refinada, são tentativas de estabelecer hierarquias por entre os diversos tipos de ofícios. Se por um lado a ciência prepara a seu modo a sorte da técnica, seria preciso também contra ela, reivindicar a autonomia e o valor cultural próprio da tecnologia : cada

---

<sup>75</sup> - "Enquanto na Antigüidade, a atividade mineira era quase sempre reservada a escravos ou a condenados, ela surgiu na Idade Média inseparável da liberdade e de uma certa dignidade". Se de uma certa maneira o trabalho estava aberto a "qualquer pessoa", havia os lugares em que o "trabalho era confiado exclusivamente à corporação hereditária dos férons". Se já não mais trabalhavam por conta própria, se já tinham-se tornado assalariados (essa separação entre capital e trabalho resultou em conflitos, os mineiros formaram grupos para defender seus interesses frente a seus empregadores, para zelar pelas condições de trabalho... eclodiram greves...) apesar de tudo, a noção de uma dignidade do mineiro mantinha-se". Cf. P. Wolff, Op.cit. pg. 112

técnica possui seu próprio sistema. Fabricar com perfeição um tamanco de madeira é da mesma ordem que resolver uma equação. Um falso gesto é análogo a um falso cálculo.<sup>76</sup>

As tentativas de romper com este modo de pensar o trabalho já foram dadas; cabe a nós apenas retomá-las na atualidade que as animam. Muitos são os autores que se debruçaram sobre este assunto, tanto no presente quanto no passado. Descobre-se então a ressonância dos problemas que o envolvem.

É interessante notar que a dimensão do problema do trabalho não cessa de ser modificada. Há momentos de cristalizações silenciosas como de rupturas turbulentas.

Há quase meio século, reuniram-se alguns pesquisadores de áreas de estudos diversificadas para discutir sobre o tema *Le Travail et Les Techniques*<sup>77</sup>. O resultado foi a publicação de uma série de textos, não muito longos, mas que colocam questões de tal profundidade que se tornam capazes de abalar problemas já bem enraizados.

Trata-se então de sair de uma visão estreita do estado de coisas, da falsa evidência das condições objetivas, ver ao contrário disseminar-se a inteligência em torno das forças produtivas e em tudo infiltrar-se a dialética do comensurável e

---

<sup>76</sup> - Verificam-se tentativas de rupturas estabelecidas entre as diversas formas de trabalho, manual-intelectual, etc Cf. P.Woÿ Op. cit.

<sup>77</sup> - Estes textos foram reunidos no *Journal de Psychologie*, 1948, PUF., um número especial dedicado ao tema do Trabalho e as Técnicas, contribuições de I. Meyerson, L. Febvre, A. Aymard, E. Delaruelle, P. Vignaux, M. Mauss, A. Lalande, D. Faucher, M. Bloch, G. Friedmam.

do incomensurável<sup>78</sup>. A certeza que orienta o pensamento do trabalho em termos de meios de produção sustentado na noção de classes (estruturação abstrata) foi abalada a partir do redimensionamento operado em torno do trabalho enquanto vivência (experimentação completa). A partir de então, não é mais seguro afirmar que o trabalho engendraria simplesmente uma "sub-cultura", uma cultura dominada (cultura operária). Através da reavaliação das relações entre linguagem e experiência, na análise do industrialismo operário, foi salientado que no gesto mais elementar manifesta-se a presença dos "atores do trabalho". E essa manifestação não se reduz ao campo do mensurável.<sup>79</sup>

Sem dúvida que aos olhos das classes "possuidoras" dos meios de produção a atividade produtora que sustenta quotidianamente seu mundo não tem nada a dizer, ao mesmo tempo que desaparece todo trabalho concreto sob as notas de dinheiro. O trabalho então estaria amarrado em dois pilares: de um lado o econômico e o problema dos salários; de outro o técnico e o problema das forças produtivas.<sup>80</sup> No entanto, esta

---

<sup>78</sup> - A obra de Y. Schwartz, *Experience et Connaissance du Travail*, (1988), levanta uma série de questões acerca das dimensões e dos redimensionamentos dos conceitos e das experiências no campo do trabalho.

<sup>79</sup> - Acerca dos processos de mensuração e dos objetos passíveis de serem mensuráveis, são importantes as observações de A. Koyré (1948).

<sup>80</sup> - "Désubalterner le travail n'est donc pas chose facile. Et les exemples sont légions où le champ des forces productives sera rebattu sur une conceptualité purement économique, ou technologique... ou outre". Cf. Y. Schwartz (1992 pp. 43-67).

atividade é bastante híbrida, muito infiltrada de cultura para que toda definição "à la economia" não quebre em alguma parte. Tentativas de desconstruir os sistemas de pensamento que tomam o trabalho enquanto problema eminentemente econômico.

Por mais que se saiba que hoje o assunto trabalho remete diretamente para as questões de *salário*, tornando-o tema de uma *cultura econômica*, não raro se depara com problemas não propriamente econômicos, ou que não podem ser tomadas do ponto de vista do saber econômico. Só para dar um exemplo, dever-se-ia recolocar o problema do "salário-insalubridade" não em termos econômicos, mas histórico-filosóficos. Para se chegar a estipular preço de uma vida pago pelos *salários-morte*, seria antes necessário uma aceitação das regras estabelecidas, ou seja, de que a vida possa ser avaliada enquanto "fator econômico". O problema é que essas regras foram erguidas em meio a lutas intermináveis. Não se trata de uma revelação do saber econômico, mas da manifestação de poder do capital.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Se existe uma coisa que nas sociedades antigas, arcáicas e tradicionais não pode ser "vendida" é a vida. O argumento era claro: não sendo dela possuidor não poderia dela dispor. Será preciso aparecer um novo regime biológico para que esta operação possa se realizar.



## Trabalho: Reconhecimento e Disciplina.

Para além da explicação metafísica do trabalho, que o toma como revelador de uma interioridade subjetiva e fundador de um tipo de consciência propriamente humana; fora da argumentação utilitarista que toma o trabalho como necessidade social, realizador do sistema de trocas; surge um pensamento que considera o trabalho a partir do que ele tem de mais capilar: produção de disciplina. No fundo, sentimos hoje, perante o trabalho - queremos sempre significar com esta palavra o duro labor do nascer ao por do sol -, que ele constitui o melhor dos polícias, que segura o homem pelas rédeas e se dedica a entravar poderosamente o desenvolvimento da razão, dos desejos, do gosto de independência. Justamente porque consome uma quantidade extraordinária de energia nervosa e a subtrai à reflexão, à meditação, aos sonhos, aos desejos, ao amor e ao ódio, apresenta à vista um objetivo mesquinho e assegura satisfações fáceis e regulares. Assim, uma sociedade em que se trabalha contínua e duramente, terá maior segurança...<sup>82</sup>

Por um lado, o trabalho seria portador de uma passagem para atingir o reconhecimento propriamente humano, e por outro

---

<sup>82</sup> - F. Nietzsche (1977).

seria condutor de um processo de adestramento e controle das forças especificamente humanas.

Diante dos diversos caminhos que se abriram na tentativa de apanhar os *fragmentos de trabalho* espalhados ao longo dos tempos, optamos por trilhar por esta perspectiva que toma o *trabalho* como uma "obra aberta". A expressão é clara. Mas em termos histórico-filosóficos talvez não fosse demasiadamente acadêmico lembrar de alguns detalhes desse modo de pensar. Esta expressão, *obra aberta*, não visa se tornar um conceito, muito pelo contrário, visa a desconstrução do conceito pelas operações metafóricas, ou seja, todas as formas de percepção que estão em constante mutação relacional. A forma conceito, pela espécie de duração que ela estabelece, necessita de um tipo de temporalidade abstrata com duração constante, ou pelo menos com uma certa constância.<sup>83</sup>

O saber científico pensa a substância do ato produtivo como sendo um processo de atualização da *matéria* bruta pela *forma* ideal. Este problema coloca de imediato outro: a do acidente enquanto possibilidade (resistência da matéria, fraqueza da forma). Por outro lado, a produção dos objetos, tomados enquanto fatos de dimensões múltiplas, introduzirá qualidades na matéria e variedade nas formas, e o acidente

---

<sup>83</sup> - Como exemplo deste problema, podemos recordar mais uma vez, o texto já comentado. O conceito de *folha*, deve abarcar todas as folhas, em todas as estações, em todas as situações, em todas as colorações. Ou seja, o conceito de *folha* deve ser formado fora de qualquer sentido que seja metafórico, *fluidico* e *misto*. Cf. F. Nietzsche (1984 pp. 89-102).

deixará de ser um negativo ( um possível), para se tornar uma positividade (necessidade), um aspecto da substância.<sup>84</sup>

Deve-se falar desta diferença de concepção que separa o pensamento técnico moderno, atual, de todos que o antecederam. Mas antes seria preciso romper esse fio que liga esses momentos a partir de uma hierarquia já estabelecida.

A primeira coisa que deve ser feita é admitir a existência positiva de um pensamento técnico fora de um sistema utilitarista tipo capitalismo, ou seja, longe de um regime baseado nas leis de mercado. Como bem notou Michel Onfray, O capitalismo contribuiu para a supressão de qualquer preocupação com a nobreza. "Seu objetivo é a rentabilidade, a eficácia o seu propósito".<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> - Não sendo nosso objetivo entrar nos meandros desta questão filosófica tão persistente, gostaríamos apenas de registrar o uso que Paul Virilio dela fez. Em A Guerra Pura, ao se tratar do funcionamento dos dispositivos urbanos e o problema dos acidentes, o autor fala de uma reversão desse pensamento, dando positividade ao acidente, no caso, enquanto algo produzido. Encontra-se nas obras deste autor uma série de exemplos, dos mais diversos campos da experiência, sempre tendo como objeto de reflexão a questão da velocidade.

<sup>85</sup> - Cf. M. Onfray (1995 p. 128).

## Limites do paradigma econômico do trabalho

*... L'économiste s'en console.  
L'historien, son frère ennemi,  
s'en declare, naturellement,  
navré. L. Febvre*

Por que atualmente se acostumou a reconhecer o saber econômico como determinante, quando se trata de definir os problemas que envolvem o tema do trabalho? Tempo do trabalho, condições do trabalho, finalidade do trabalho, recompensas do trabalho ... tudo isto passou a ser explicado a partir de uma terminologia que emerge como os novos operadores conceituais do saber econômico, como rendimento do trabalho, lucros do trabalho, comércio do trabalho e do produto do trabalho, acúmulo de trabalho/capital, como também as despesas do trabalho, os custos do trabalho, os desgastes do trabalho, como as recompensas e perdas do trabalho ...), tudo isto passou a ser objeto de preocupação desse saber, que a partir de um sistema de mensuração regido pelo ritmo da precisão, começa a tomar os fatores humanos do trabalho como passíveis de serem medidos a partir das variáveis estabelecidas como parâmetros. Número de peças ou objetos produzidos numa determinada frequência e num certo período; média e

regularidade do funcionamento dos dispositivos de produção; punição e recompensa nos gestos executados. Uma pedagogia e uma psicologia do trabalho serão elaboradas a partir das necessidades de uma sociedade que estabeleceu esta modalidade de trabalho, no caso o trabalho em série, pautado na repetição constante de certas operações.

Constata-se então a existência de um tipo de trabalho chamado *alienado*. Mas esta concepção deve ser repensada a partir de outros conceitos. Seria interessante se aproximar desse pensamento que toma a alienação como causa e ao mesmo tempo efeito da exploração do homem, seja pelo próprio homem, no caso do trabalho escravo e servil, seja pela máquina no trabalho industrial. Explorado porque alienado, ou alienado na razão de explorado?

Uma resposta será dada: subestimando um pouco a realidade das lutas e sobrevalorizando os aspectos subjetivos, será dito que não se pode sair desse círculo vicioso a não ser pela retomada da consciência, rompimento com esse mundo da alienação, acesso a consciência de si. Ou seja, tanto o *operário enfurnado em sua máquina*, quanto o *escravo e o servo atolados na terra de seu senhor*, não sabiam de sua situação.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> - Muito haveria que dizer sobre esse "não saber" que se encontra presente nas situações de dominação pela consciência (porque se soubessem as coisas não poderiam continuar assim, ou então ao contrário, a história seria somente a história da dominação eterna de uns sobre os outros.. Marx, talvez tenha, como La Boétie, perguntado sobre esse tipo de servidão que mais parece voluntária, que forçada. Milhares de operários indo e vindo livremente pelo caminho da fábrica, todos explorados, miseráveis, corpos

Mas o que se tentou fazer é justamente romper com esse pensamento, e como que num movimento de retorno, fazer valer o princípio de um "direito natural", de uma "economia primitiva", de um "sistema comunal", e tirar a exploração do campo da natureza e jogá-la no espaço da história. Essa foi a primeira ruptura efetuada. É aí que surge a possibilidade de se ter uma segunda consciência, que seria a "consciência de sua situação" e de seu poder de "mudar o curso da história".

Um outro pensamento vai se constituir na tentativa de compreender essa "aberração" histórica que é a de um homem estar a serviço de um outro, ou seja, não vivendo em liberdade, conforme sua natureza primeira. O que espanta não é o fato de um homem servir a outro homem, mas sim o de milhares servir a um, toda uma nação servir a um. Ou seja, o que está em questão, é o problema do estabelecimento do governo do *Um* e o abandono do governo do *Nós*. Mas o que sucedeu para que este estado primeiro - estado de liberdade, momento onde o homem realizou sua natureza primeira, *ser nascido para a liberdade* - , tenha caído na servidão de uma forma definitiva, como uma marca indelével, que o acompanhará para sempre? Nesse caso, segundo o autor do *Discours...*, o que aconteceu foi um "mau-encontro", algo "inominável". Uma fatalidade, algo que bem poderia não ter acontecido. No entanto uma vez perdida a

---

cansados... mas amanhã estarão prontos para mais uma jornada de trabalho. Será que eles tem noção da dimensão da exploração conduzida pelo sistema do Capital?

liberdade a memória se apagará, e este instante primeiro, deixará de ser querido, suprimido pela "vontade de servir". Só assim se compreenderia o fato de milhares estarem a serviço de um, não pelo motivo que este um seja muito forte. Do mesmo modo que não se pode chamar de coragem o fato de um enfrentar mil, não se poderia chamar de covardia o fato de milhares serem dominados por um. ( La Boétie ).

Como tema de reflexão acerca dos tipos de encontro que a sociedade industrial estabeleceu, poderíamos retomar este texto que fala das creches e do problema dos tipos de iniciação própria da sociedade capitalista. . E então toda a disposição da escola, desde os seus começos deveria já conter esses elementos tão caros no futuro. A iniciação aos códigos esparramados por uma *semiótica capitalística* deveria começar bem cedo, caso contrário seria quase impossível dobrar essa natureza já desenvolvida. A escola nova, a chamada escola normal, surge com essa nova necessidade: controlar, punir e recompensar as frequências e as ausências, fazer a chamada se preciso mais de uma vez, fazer registros diários das informações, estabelecer a média das frequências, etc. Parece haver indícios da importância de uma *pedagogia da servidão* na formação de *corpos dóceis e produtivos*<sup>87</sup> imprescindíveis para o funcionamento técnico da sociedade disciplinar industrial.

---

<sup>87</sup> - A este respeito são importantes as confirmações de Paul Rabinow e Hubert Dreyfus ( 1995, pp. 208-222) : "De acordo com Foucault, Nietzsche parece estar dizendo não apenas que o corpo pode ser usado e vivenciado de diferentes maneiras e que os desejos são mudados pelas interpretações

## No domínio do regime econômico

Eis então a constatação que deve ser levada em consideração, para justificar essa recusa em tomar a forma econômica como que incrustada nas coisas e nos homens: *Or, les fins d'une société économique ne sont pas inscrites dans la nature des choses ni dans la nature des hommes.*<sup>88</sup>

Seria preciso considerar essas observações e verificar os efeitos provocados através das concepções que tomam o trabalho como um *fator econômico*.

Uma primeira modificação se dá no momento em que o salário (dinheiro) torna a forma de *pagamento* dominante no sistema capitalista de produção. Como bem já foi demonstrado, a abstração do dinheiro corresponde perfeitamente a abstração do número: um e outro são totalmente inorgânicos.<sup>89</sup> Esse tipo de dispositivo visa um modo de ocupação nova, baseado no tempo de produção e não na obra produzida. A implantação dessa forma econômica, com todos os requisitos necessários para o seu sucesso, exigiu inicialmente que se acabasse com essas corporações, as *guildas*, com suas formas de autonomia e

---

culturais, mas também que cada aspecto do corpo pode ser totalmente modificado de acordo com técnicas apropriadas".

<sup>88</sup> - Uma passagem de Georges Canguilhem, há muito por nós recolhida neste texto denso que é *O Normal e Patológico*.

<sup>89</sup> - "Como ressalta L. Munford, esse valor exato em si, como o número em si, é apenas um produto do pensamento urbano, do homem desraigado". Cf. (1967, pg. 430)



domínio em todas as operações realizadas, quase religiosa na forma de se relacionar com a obra. Num primeiro momento o segredo dos ofícios, a destreza dos especialistas, consistem no mesmo tipo de atividade e colocam em jogo o mesmo teor de inteligência - a mesma *Métis* - que a arte do adivinho, a malícia do feiticeiro, a ciência dos filtros e os encantamentos da magia. Em contrapartida, na época clássica, a laicização das técnicas está concluída. O artesão não coloca mais em jogo forças religiosas.<sup>90</sup> Ambicionando mais honra, agindo para mostrar para si mesmo seu valor demiúrgico e não para ser compensado por valores monetários a partir do gosto de terceiros, aos poucos o artesão antigo terá abandonado a cidade. Não haverá mais lugar para ele. Se quiser persistir terá que ser em outro lugar. A cidade agora é do comércio<sup>91</sup>.

Começa a surgir uma série de objetos que até então só alguns tinham acesso, como os talheres. Os talheres passarão a ser uma necessidade. Os velhos hábitos já não diziam mais nada. *Todos agora comem com talheres, não de prata ou de ouro mas de material barato e em formato simples.*

---

<sup>90</sup> - Cf. L. Gernet (1948). Estranha ao domínio da política e da religião, a atividade artesanal passa a corresponder a uma exigência de pura economia. Como também, Landes, D.S., que opõe o bem-feito da formação técnico-conceitual à mística da experiência prática. Cf. *L'Europe Technicienne*, 1969.

<sup>91</sup> - Simultaneamente com a alma da cidade, porém, desperta um tipo de vida completamente distinta. A diferença fundamental reside no fato de que genuíno habitante da cidade não é produtor, no sentido primordial, telúrico da palavra (...*Falta-lhe a vinculação íntima ao solo tanto quanto ao bem que passa pela suas mãos*). A este respeito há o instrutivo livro de L. Munford (1965).

O surgimento do mercado como forma hegemônica tanto na produção como na circulação dos objetos, derruba, de um só golpe, duas pilastras cravadas há muito nos regimes econômicos fechados. O artífice e a matéria, o usuário e a forma; aquele que vivia para *fazer*; aquele que vivia para *usar*. Com o fim desse sistema de produção aparecerá um *produtor anônimo*. Tal produtor que pelas modalidades das operações colocadas em atividade, baseada numa série de ações fracionárias, já não pode se reconhecer na obra realizada. Ele participa apenas de uma fase da do processo, "fase de execução", sendo que tudo mais não lhe diz respeito. A esse produtor não diz respeito saber quem vai usar o produto fabricado, já que o produto vai diretamente para o comércio, nem com que finalidade, posto que ele não tem controle da operação total. Assim, constata-se que o fabrico dos artefatos é consequência, nesse regime de trabalho em migalhas, de uma série de operações fragmentadas.

Nas pegadas desse pensamento que afirma que faz melhor quem faz uma só coisa - preâmbulo de um especialismo, surgirá aos poucos um processo de "parcialização" das atividades técnicas cada vez mais sofisticados e rápidos.<sup>92</sup>

Nesse momento da história, no aparecimento de um modo de produção mais transformador que renovador, o tempo ocupará uma das partes essenciais nos mecanismos produtivos, generalizados a partir do regime industrial. Novas fontes de energia natural,

---

<sup>92</sup> - No mundo moderno este sistema de especialização está ligado a uma variável quantitativa em que se busca sempre aumentar a capacidade produtiva por tempo determinado.

do mesmo modo que novas maneiras de usar a força humana, serão acionadas. Todas elas tendo o *tempo físico unificado* como motor das ações, tanto mecânicas, quanto humanas( a partir dos ritmos sêcos calculados pelas engrenagens, como o estabelecimento rígido da hora de iniciar, hora de parar, hora de continuar... hora de retomar o trabalho).

E para mensurar a produção realizada num determinado tempo gasto, começou-se a especificar as funções que antes se encontravam unificadas. Uma função deverá ser desmembrada de forma que a operação total seja mais rápida quando executada por vários, cada um fazendo uma *série*, do que quando realizada somente por um, esse *um bricoleur*, que faz de tudo um pouco.

A oficina será desmembrada em uma série de seções independentes. Sabe-se da recusa inicial dos antigos artesãos em desempenhar uma só função; a persistência em permanecer presos a esses sistemas de produção onde predominava um tempo livre, um ritmo natural, o domínio de todas as fases da operação que visava mais à produção de um estado de deleite que de prestação de contas. O operário deve mostrar ao final de sua jornada o quanto produziu, sua produção será comparada com a de outros e daí se tirará uma média, que deve ordenar um conjunto de operações sequenciais. O problema do *trabalho normal* começa a ser esboçado primeiramente de forma matemática,

depois será efetivado pela mecânica, através do estabelecimento dos *ritmos normais* e das *operações normatizadas*.

A partir dos problemas apresentados, fica difícil sustentar a tese de uma verdadeira estagnação técnica no que se refere aos modos de produção pré-industriais, principalmente depois de conhecido os inúmeros inventos e obras construídas. Inventos e obras essas que ainda hoje perturbam os mais sensíveis (e que como se sabe exigiam um certo domínio técnico). O problema então seria de outra ordem. Não estando ligado ao problema da precisão, o artesão podia navegar por este universo do mais ou menos, em muitos sentidos (ritmo de atividade nos ofícios, ritmos dos hábitos e dos movimentos corporais...). Por outro lado, não estando preso ao comércio e sem ter que responder às demandas de um mercado, ele, este artesão solitário, o sem terra, o desterritorializado, podia se dedicar integralmente na construção de uma obra. Obra essa que se acha ligada, ao mesmo tempo, à uma determinação e à uma escolha, de certa maneira *impostas* por este mundo do fora.<sup>93</sup>

Do mesmo modo que as invenções também não estavam ligadas ao mundo do comércio e do lucro - como no regime industrial, onde elas respondem a uma demanda de aumento ou de inovação de produção - mas sim ligadas ao mundo do fantástico e

---

<sup>93</sup> - Se bem que fica difícil falar em uma escolha tal como se entende na modernidade, ou seja, implicando a presença de uma pessoa com vontade própria. A escolha no mundo antigo, não era uma escolha pessoal. Ela implicava mais a noção de *fatalidade* que *deliberação*. Cf. Vernant, J-P., *A bela morte e o cadáver ultrajado*, Cadernos de Filosofia - n.9, USP, 1972.

do maravilhoso. Era mais para fascinar os olhos do que para adquirir riquezas. Aliás em um mundo em que a riqueza, tal como nós a conhecemos, era conjurada de forma severa. Existia toda uma preocupação em não deixar a usura se instalar. O mercador de tempo, na verdade ladrão de tempo<sup>34</sup>, o que quer ganhar dinheiro com dinheiro, que empresta dinheiro e cobra juros, que vende o tempo que não lhe pertence, durante muito tempo permanecerá afastado da cidade. Por isso inicialmente se pune a usura como se pune o roubo. Esse precursor do capitalista, com certeza passou por maus momentos. Chegará o dia em que a cidade abrirá as portas para ele; mas nesse dia, com certeza, todos já estarão devedores<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> - "Que vende ele, de fato, senão o tempo que passa entre o momento que empresta e aquele que é reembolsado com juros? Ora, o tempo pertence somente a Deus. Ele, portanto, não pode tirar proveito da venda de um bem alheio". Cf. Le Goff, J., *A bolsa e a vida - a usura na Idade Média* [o ladrão de tempo pgs. 31-44 ]. Ed. Brasiliense.

<sup>35</sup> - À maneira do trabalho escravo na atualidade ( como as fazendas de trabalho forçado mantidas por jagunços, e administradas pelo capital latifundiário, onde o indivíduo trabalha o ano inteiro, compra o **mantimento** no armazém do patrão, e no final está sempre devedor ), onde se é forçado a vender sua *força de trabalho* por um preço abaixo do que deverá gastar para repor as energias vitais consumidas nas longas jornadas, logo, eterno devedor.

## O Mercado como regra

Com o mercado, nasce uma outra maneira de **produzir um objeto** - através do *operário anônimo* (desgarrado de suas antigas corporações), do mesmo modo que de **adquirir um bem** - através do *consumidor ávido* .

Não tendo mais que recorrer a um artífice para fazer uma encomenda, deve-se agora procurar o produto desejado por entre aqueles que estão sendo oferecidos. Em um mundo onde inexistente um procedimento comercial baseado na exposição dos objetos, o usuário teria que participar de alguma forma para a *aquisição* dos objetos. Com a *forma mercado* desaparece a relação direta estabelecida entre as duas partes interessadas na *elaboração* dos objetos. Nesse sistema a autonomia passa para o lado dos objetos, que ganha existência própria, independente de quem o produziu e indiferente a quem vai adquiri-lo. Mas antes mesmo da formação desse pensamento baseado no mercado, onde já se nota o fim da conjuração da *usura* (a partir da separação estabelecida entre *usura lícita* e *usura ilícita*), nota-se o aparecimento de um tipo de pensamento que vai acabar com a dicotomia existente entre o fazer e o usar e dando uma certa dignidade à ordem do fazer.

Esse pensamento tem seus contrapontos. Vai se falar por exemplo sobre esse homem que acha vergonhoso fazer um par de

sapatos, mas que fica satisfeito quando o artesão realiza a idéia por ele esboçada, vai se dizer que ele é dependente desse outro homem, daquele que só faz, cuja a recompensa é se contentar com a satisfação do usuário.

Na busca de uma filosofia que garanta o homem como mediador de todas as coisas - que poderia se aperfeiçoar em muitas atividades, que ele poderia saber a época oportuna e a modo correto de levar a semente do algodão à terra, que ele saberia o momento exato de colher aquelas pétalas de neve, que ele poderia desfiá-la e tecê-la, e mesmo colori-la, e que poderia transforma-la em uma bela túnica - o artesão não teria que ter vergonha de dizer e de mostrar aquilo que ele *elaborou* com suas próprias mãos. Muito pelo contrário, nessa perspectiva, ele se afirmava como ser autônomo e livre através da possibilidade de realização de uma "obra perfeita" através de um "tempo livre".

Inicialmente o prestígio do artesão está ligado à realização da obra, do fato de se reconhecer na própria obra. Daí ele poder deixar a sua marca singular na obra realizada. Em seguida ser reconhecido - para além da problemática da formalização da matéria ( num simples "ato utilitário" ) - como alguém que realizou uma "obra de arte". Aquele que através de sua técnica e de suas ferramentas *contata* com essa matéria bruta informando-a de *algo* desejável (uma imagem, uma idéia, um pensamento , dando um sentido e estabelecendo conexões e

misturas com essa matéria bruta e concreta), faz mais do que simplesmente unir *matéria e forma* de uma maneira abstrata.<sup>96</sup>

Haveria as qualidades desse mundo micro-mineral que compõe a matéria da argila como a do cobre. Logo, é preciso que o oleiro saiba, e que seja capaz, de reconhecer uma argila boa de *liga*, como também de determinar as proporções das composições e o tipo de *secagem*. Da mesma maneira, é necessário que o ferreiro saiba o ponto de calor em que os elementos começam a dilatar e a entrar no ponto em que podem ser trabalhados. Do mesmo modo também existiriam essas "destrezas" para descobrir as "veias da madeira" que o carpinteiro deve saber seguir, e ser habilidoso para "talhar sem ferir". Como também deverá participar da idéia de uma mesa e de uma certa disposição traçando um modo de compor o espaço; de um vaso e a memória de um pedaço de batalha nele gravado; de uma estátua e um gesto definindo um tipo de movimento.

Esses dois mundos, o daquele que faz e o daquele que usa, se unem e se separam. Há encontros e descaminhos. Mas de modo geral, o que se pode dizer acerca das *condições de trabalho* no mundo antigo, é que aí, nesse mundo, a "força" não se encontrava destacada do "trabalho", e que a "escravidão e a liberdade podiam caminhar de mãos dadas". Pelo menos em dois

---

<sup>96</sup> - A este respeito ver a excelente análise de Gilbert Simondon (1964). *L'individu et sa genèse physico-biologique* [ *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information* ].



níveis. No nível da obra, usando desse espaço de liberdade que o fazer lhe configura; e no nível da pessoa, que se por um lado não podia haver *igualdade*, por outro, não se tratava de uma *negação*. Era mais uma relação de complementaridade do que de oposição.

Como a grande oposição estabelecida, tendo como base o princípio territorial, não era com relação ao escravo, mas na relação com o estrangeiro, a escravidão nesse universo não foi capaz de recobrir as modalidades de um tipo de *poder servil*.

Anterior ao momento da queda do homem (problema que perpassa toda a Idade Média), o trabalho não funcionava à maneira de um *reparador de faltas*, como se verá um pouco mais tarde, inicialmente nos monastérios com seus *marcadores de tempo*, e logo depois como regra geral, com os relógios levados para o *alto das torres*. É de fundamental importância o funcionamento desses dispositivos na constituição de uma nova ordem do trabalho.

Nota-se a ruptura dessa ordem quase natural do trabalho, ou seja, do trabalho como extensão do lar, como um elemento do *Oikos*, compondo uma unidade de trabalho, em pequenas corporações não assalariadas<sup>97</sup>. O que anima esse mundo do trabalho, anterior ao surgimento dessas grandes massas operárias e do movimento da Grande Revolução Industrial, senão

---

<sup>97</sup> - E esse detalhe é de grande importância no contexto de nosso estudo.

essas pequenas corporações de artesãos com suas oficinas, presos aos ritmos naturais, vivendo e agindo nesse tempo do mais ou menos? Não tendo que imitar uma peça, nem reproduzir uma forma, tinham que criar uma obra que fosse perfeitamente adequada a uma idéia e para isso havia um *tempo livre*, quer dizer liberdade para parar ou prosseguir o trabalho, dar o contorno que achar necessário, modificar se preciso for; como também a inexistência de uma separação entre tempo de trabalho e tempo de repouso instituída pelo modo de produção industrial. Logicamente, no mundo do comércio, tanto o trabalho como o repouso estarão investidos desse novo aspecto: o mercado e a *mais valia*. Um enunciado como o que hoje se tornou comum no modo de produção capitalista, que diz "que se vive para trabalhar", onde até o repouso se tornou uma forma de trabalho com horário marcado e lugares já estabelecidos", seria incompreensível para o pensamento do artesão, onde o trabalho não se encontrava separado de outras dimensões da vida.

Nesse ponto surge uma questão. Não existindo ainda o relógio para dizer que já é hora do homem iniciar sua *jornada* não importando as condições em que se encontre, eram os batimentos do *corpo* que ditavam os movimentos e os ritmos de trabalho.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> - Esse tipo de produção foi denominado *trabalho em ritmos naturais*. Parece que esse detalhe é fundamental no processo de produção. Segundo L. Mumford é a autonomia do ritmo que caracteriza desde sempre o modo de produção artesanal.

Eis então a primeira tese: Nesse "mundo das sombras" (tomado em termos de estagnação técnica comparado com as "invenções cada vez mais sofisticada da era Industrial ), onde o trabalho ocupa um lugar que, apesar do aspecto "penoso" que ele apresenta - onde a força humana desempenha um papel considerável por entre as forças utilizadas no funcionamento de uma tecnologia que não visava mercado e que não estabelecia uma relação meramente quantitativa para com o processo de produção - ainda assim se podia contar com essa margem de liberdade que o modo de *ocupação artesanal* permitia. Com o "universo das luzes", e o estabelecimento dos métodos e instrumentos de precisão findará o domínio e a predominância do aspecto qualitativo no processo de produção artesanal, que permitia ao artesão, na busca da obra perfeita, ter o tempo como aliado. Deixar com que o momento da fome anuncie o *horário da refeição*, como o momento da incerteza indique a hora de reflexão, como também que o cansaço ou o desejo aponte a hora de paralisar uma atividade. O sonho e o devaneio tinham um certo lugar no modo de produzir do artesão. Do mesmo modo que um certo controle e autonomia na administração de sua tecnologia. Esses dois aspectos desaparecerão no mundo do operário. Colocado frente a uma máquina que agora ditará o ritmo do trabalho, ele deve ter uma atenção e uma vigilância constante. Ele não poderá abandonar o seu posto sem uma substituição ou autorização do

"contramestre", ou supervisor. Do mesmo modo que deverá ter um apetite regulado pelo tempo do relógio e o horário da fábrica.

#### Da Glorificação e da decadência do trabalho.

Constata-se não tanto uma contradição na modernidade, mas um paradoxo forte, que coloca lado a lado o processo de glorificação do trabalho [o trabalho como condição de possibilidade para a existência do homem] - era das massas - com a decadência do trabalho - era do descartável. Não só o produto tornou-se descartável - a partir da existência de um mercado que ganha autonomia em relação ao objeto, como o próprio trabalhador, com a definição de força útil a partir do estabelecimento do trabalho assalariado por tempo de serviço.

Nota-se um outro deslocamento, no que diz respeito a aprendizagem dos ofícios e a finalidade das obras realizadas. Toda uma tradição sustentada no princípio de reconhecimento do ancião como aquele que por ter vivido muito, muito deveria saber, será quebrada, quando a vontade de inovação se sobrepor à vontade de perfeição. Nessa nova "visão de mundo", cada

geração tenderá a negar a anterior, a se colocar num plano superior, mais evoluída, mais nova. Inicia-se então um processo de desqualificação para com estas formas que já se apresentam velhas e ultrapassadas. A noção de vida útil, criada para calcular o preço da força de trabalho, do mesmo modo que se calcula o preço da hora de um trator ou de um cavalo, a partir do tempo de vida útil.

O *salário insalubridade* ( onde o preço da vida antecipada é calculado em termos monetários ) com certeza que é uma grande descoberta da ergonomia, na administração das forças produtivas [ desgaste e reposição das forças de trabalho ]. Por outro lado, o *salário indenização*, que repara os acidentes, representa o efeito colateral do sistema industrial de produção na sua potência de destruição de corpos.

Seria preciso, retomando os caminhos de Paul Virilio, dizer que o "acidente de trabalho" deve deixar de ser pensado como *acidente*, no sentido de que ele não faz parte da substância trabalho, e de que esta poderia existir sem aquele. ( Do mesmo modo que se deveria ter um museu de máquinas destruídas, trens descarrilados, colisões ... podia também existir um museu de corpos destruídos, membros esfacelados, mãos cortadas, dedos ausentes... ).

Estes acontecimentos, por mais horrendos que sejam, não devem ser tomados como algo estranho, pois que quando se inventa essas formas de velocidade, inventa-se também a

possibilidade de sua interrupção. Além disso, há o problema do controle das variáveis presentes nesses processos que envolvem ritmos acelerados e engrenagens cortantes, como na indústria. É claro que a tendência é pensar na incapacidade de uma atenção constante por parte do operador, e não na potência acionada pela máquina

#### **Da manufatura à Indústria**

*Nos encontramos em presença de uma atitude típica do Homem Ocidental . A mecanização da vida e a utilização técnica do animal são inseparáveis. G. Canguilhem*

Como já foi demonstrado o homem só pode converter-se em dono e possuidor da natureza se ele nega toda finalidade natural e se ele pode ter toda a natureza , fora de si mesmo, através de um meio.

Hoje nós nos encontramos no seio de um Maquinismo sem precedentes. A Revolução Industrial há muito já mostra de que é capaz. Os efeitos da relação do homem com a máquina, ou melhor, do homem pensado a partir dos parâmetros da Máquina, também já foram notados.

De um modo geral pode-se dizer que o trabalho ficou mais leve e mais rápido do que quando dependente somente das forças naturais; os processos de transformação de energia aos poucos se espalhará por toda a parte. Não só o moinho de vento desaparecerá do cenário da terra mas junto com ele o carro de boi, a charrete a cavalo, e o monjolo d'água, e muitos outros instrumentos movidos por forças naturais ( energia bruta ).

E a experiência quotidiana, que garantia as formas de saber tradicionais, , tornar-se-á um obstáculo para o verdadeiro conhecimento pautado na experimentação empreendida pela ciência moderna .

Os sinos, e outros dispositivos de produzir marcas no tempo, se podem apontar uma regularidade na divisão do dia, podem também estar entregues aos caprichos do homem. O relógio mecânico resolverá este problema de forma definitiva. Hoje quando se pergunta pela hora é sempre da hora do relógio que se trata. É a hora da precisão. A possibilidade de conjugação dessas várias temporalidades que animavam as sociedades pré-modernas serão *abolidas* pelo processo de unificação do tempo.

Cabe dizer: a efetivação desse processo foi imprescindível para a formação do sistema capitalista.

A Predominância de uma *leitura economista dos fatos de trabalho* é algo que há muito incomoda o pesquisador da área de Ciências Humanas. Poder-se-ia perguntar se seria ainda necessário questionar os *paradigmas economicistas*<sup>99</sup> que ressoam nas definições dos problemas que de uma forma ou de outra se referenciam ao trabalho. A ousadia desse pensamento, se reconhecendo como quem por direito pode falar sobre esse assunto, como quem de fato define e gerência as condutas laboriosas, há muito foi denunciada. A obra de Moses Finley, quanto a isso, não deixa dúvidas. Uma série de outros autores, seja abordando o tema diretamente, como o faz M. Finley, seja rasteando pelas bordas que se formam em torno deste problema, como J-P. Vernant e I. Meyerson, já perceberam essa tendência no pensamento atual: não se tem o direito de projetar no mundo antigo a função psicológica do trabalho tal como nós concebemos... não é correto usar o instrumental conceptual próprio do capitalismo para analisar outras formas de sociedade.

---

<sup>99</sup> - Sobre o problema da construção de paradigmas como de suas transformações são importantes as questões apresentadas por Tomas Kun, em As Estruturas das Revoluções Científicas.



## O tempo e o trabalho - relações antigas e modernas

Se por um lado pode-se afirmar que o problema do *tempo* percorre todas as formas de *atividade e ocupação*, por outro, não se pode esquecer as sucessivas metamorfoses por que passou a própria concepção e percepção do *tempo*, aparecendo ao longo da história, diferenciadas formas de *temporalidade*.

Por entre as diversas formas de *temporalidade* existentes, tanto no passado como no presente, gostaríamos de estabelecer uma divisão, de certa maneira didática, que nos ajudará no desenvolvimento de nossa tese. De um lado o *tempo do mundo*; e de outro o *tempo do comércio*. A grosso modo, em termos históricos, poder-se-ia dizer que a primeira forma de *temporalidade* pertence mais ao passado e a segunda define melhor a atualidade. Duas frases poderia resumir esses dois momentos do *tempo*: a primeira é uma feliz expressão encontrada por Marc Bloch para resumir a atitude que os homens da Idade Média teriam tido para com o *tempo*: ***uma vasta indiferença ao tempo***; a segunda é uma frase muito conhecida e bastante utilizada, toda verdadeira no que diz respeito ao espírito do Capitalismo, e parece que foi formulada primeiramente por Henry Ford: ***tempo é dinheiro***.

Primeiramente caberia perguntar pelos aspectos positivos dessa vasta e proposital indiferença. O que se nota

inicialmente é que nesta indiferença ao tempo não está presente nada que indique um desprezo pelo tempo. Pelo contrário, sempre se respeitou esses ciclos que vão e voltam. Acontece que não foi necessário retirá-los de seu lugar natural, eles existiram acoplados aos ritmos que a natureza nunca deixou de conduzir: o dia e a noite, as estações, as luas, os quadrantes, mas nunca um tempo abstrato, desprovido de uma singularidade ( época do plantio, época da limpa, época da colheita...). Com certeza nunca foi fácil lavrar a terra, furar a mina, serrar a madeira. O que não quer dizer que a natureza era sentida como sendo somente cruel, não dando seus frutos a não ser a custa de muito suor. Pelo contrário: *Ditosa idade e afortunados séculos, a que os antigos puseram nome de dourados ... Tudo era comum naquela santa idade; a ninguém era necessário, para alcançar seu ordinário sustento, mais trabalho que levantar a mão e apanhá-lo das robustas azinheiras, que liberalmente estavam oferecendo o seu doce e sanzonado fruto ...*

Chegará o momento em que o *trabalho regime integral* torna-se-á uma norma a ser seguida. Mas antes disso continua-se acompanhando os ritmos e as circunstâncias da natureza. Jamais se poderia imaginar um tipo de definição como a de *jornada de trabalho* - onde um certo tempo seria reduzido a um número de horas - em um regime onde o tempo era vivido como *mais ou menos*. Sendo assim impossível intercambiar uma hora pela outra,

ou as horas de todo um mês, já que cada instante permaneceria marcado por características próprias. E é justamente anulando tudo isso que o tempo tem de singular, que se pode chegar a ter uma concepção abstrata do tempo, onde ele torna-se um simples elemento constituído de horas, minutos e segundos...

Uma questão de método. De que maneira os  *fatos do passado* se apresentarão diante de nós? E particularmente, no caso específico, quanto à atitude para com o tempo que outras culturas em outras épocas expressaram (tanto no que se refere a esse período que se chama por mundo antigo, como essa vasta Idade Média, e mesmo parte periférica do denominado mundo moderno).

Gostaríamos de tratar desse problema fora do eixo estabelecido entre a luz e a sombra. Tomar todo o passado como formas sombreadas através da qual a luminosidade que nos anima erradia, é algo que não pretendemos fazer. Nesse método de análise que se esforça em comparar atitudes temporais diferentes e mesmo antagônicas, o que se busca não é chegar a uma síntese onde um dos termos deve ser rebaixado, estabelecendo as regras de uma verdade que recobriria todos os erros. O que se almeja, principalmente, nessas análises comparativas sem reducionismos, é apreender as especificidades e as lógicas de suas  *formas de acontecer*. Isso nos ajudará, por exemplo, a compreender o sentido das marcações de tempo regidos pelo  *principio do mais ou menos*

como não sendo uma simples *ausência de precisão*. Não tomar a *precisão* como paradigma para se pensar o tempo, mas sim ver como foi possível o aparecimento dessa nova maneira de *dobrar* o tempo. A própria idéia de tornar o tempo mensurável, a partir dos dispositivos criados já dentro de um sistema de precisão, é primeiramente se colocar à parte desse movimento temporal no qual se encontrava inserido, como que podendo de repente, abordá-lo de fora. Aí se encontra um dos fatores importantes na definição desse movimento técnico-intelectual, que foi a *grande virada do século XIX*.

Mas por que se preocupar com esse período já tão distante no tempo e tão modificado na superfície? Como que esse momento poderia fornecer alguma coisa que merecesse importância. Essas eram as interrogações que, não só legitimamente se colocavam, como acreditavam ser a *revolução industrial*, ou seja o século XIX, o momento do grande salto. Sem entrar no âmbito da polêmica, o que merece ser problematizado, é justamente o aparecimento de um tipo de ocupação como de um modo de produção totalmente modificados em suas estruturas. O que se pergunta é se não teria que haver uma certa preparação para tamanho empreendimento. Será que de uma hora para outra resolveu-se instituir o modo de produção industrial, ou será, que esse intervalo que está abafado pelas grandes novidades da era moderna, não é na verdade o campo fértil de ousadas

investidas, algumas bem sucedidas outras não, das quais a era moderna é toda devedora?

O aparecimento do Regime Industrial, sem dúvida modificou bastante o *mundo do trabalho*. Como também modificou a geografia dos territórios e o ritmo dos deslocamentos. Mas na verdade, nesse instante, o que se nota, é uma segunda revolução - ou a grande revolução industrial - porque a primeira foi aquela que estabeleceu a experimentação como método, a natureza enquanto portadora de *leis de precisão*, e o homem como um tipo de ser capaz de desvendar os segredos da natureza; desnudando-a por partes, e ao mesmo tempo, se oferecendo para ser conhecido, como numa aula de dissecação na seção de anatomia comparada. Sim, tudo isso foi consolidado. E então se cristalizou uma maneira de investigar a natureza, do mesmo modo que se estabeleceu uma forma de conhecer o homem. Começa-se então realizar experimentos da mesma forma que se inicia a abertura dos cadáveres.<sup>100</sup>

Em um certo sentido, em se tratando das formas de consideração para com o tempo, pode se dizer que o pensamento do "mais ou menos" seria uma forma de desconsideração para com o tempo; parece que só a forma da precisão indica sinal de respeito ao tempo. A frase que inaugura a modernidade não afirma que "tudo aquilo que não for mensurável não é digno de ser pensado"?

---

<sup>100</sup> Cf. Foucault, M. (1980 pp. 141-168).

Entretanto seria necessário retomar o problema a partir de outros caminhos. Uma primeira observação deve ser feita: o fato de se constatar uma indiferença para com o tempo não significa dizer que não se tenha estabelecido relações com/no tempo, feito marcações com/no tempo. O que se deve notar é que o *tipo de cronologia* estabelecida neste momento não se ordena ao longo de um tempo divisível em momentos iguais uns aos outros e exatamente mensurável; como esse que nos acostumamos a chamar e a reconhecer como tempo objetivo ou científico. Por exemplo temos a Idade Média, tão ávida de datar do mesmo modo que nós, porém, não datava os mesmos objetos, de acordo com as mesmas normas, nem segundo as mesmas necessidades.<sup>101</sup>

Seria também necessário fazer referência a essa maneira precisa de lidar com o tempo. Na verdade não será somente o tempo que será apreciado a partir desse novo operador, estabelecendo que o *livro da natureza estava escrito em caracteres geométricos*, mas todo um modo de pensar as coisas do mundo. Assiste-se então o aparecimento de uma série de instrumentos - instrumentos de precisão - que serão os porta-

---

<sup>101</sup> - O que, para datar, lhe importava era diferente do que a nós importa hoje. E, admitida esta diferença, sem dúvida essencial, parece-me que, longe de serem indiferentes ao tempo, os homens da Idade Média foram singularmente sensíveis. Simplesmente, quando não eram exatos, era porque não sentiam necessidade de o ser, porque o quadro de referência do acontecimento considerado não o era o dos números. A verdade é que não há um tempo e nem uma cronologia unificados. Mas sim uma multiplicidade de tempos. J. Le Goff, P. Ariès, como L. Mumford, entre outros, se interessaram pelo problema.

vozes de uma natureza já totalmente remodelada. Como mostrou A. Koyrè, quando os historiadores da *ciência moderna* procuram definir sua essência e sua estrutura, na maioria dos casos, insistem em seu caráter **empírico** e **concreto**: a observação e a experiência conduzindo uma vitoriosa ofensiva contra a tradição e a autoridade.<sup>102</sup> Trata-se então de uma luta contra o caráter abstrato e livresco da ciência clássica e medieval. O que Koyrè salienta, para além da verdade desse quadro, é a evidente expansão e alargamento do **campo da ciência**. De um lado a abertura de novas e infindáveis vias de conhecimentos; de outro a constituição de um tipo de saber baseado nos *fatos* - fatos de todas as espécies, descobertos, observados e acumulados<sup>103</sup>. Mas o que deve ser notado é que nesse novo modo de conhecimento, denominado *ciência moderna*, esses novos *fatos* descobertos - ordenados, interpretados, explicados - não são frutos da experiência e da observação rudimentares, efetuadas através do senso comum. Muito pelo contrário, a experiência passa a ser um obstáculo, já que se trata de experimentação, ou seja, da elaboração de um método

---

<sup>102</sup> - Tal parecer ser imagem , tradicional, que habitualmente nos é transmitida, da *revolução intelectual do século XVII*, da qual a ciência moderna é ao mesmo tempo, a raiz e o fruto.

<sup>103</sup> - "Além disso, foi justamente assim que alguns dos fundadores da ciência moderna viram e compreenderam a sua obra e se compreenderam a si próprios. Gilbert Kepler, Harvei e Galileu - todos alardeiam a admirável fecundidade da experiência e da observação direta, em oposição à esterilidade do pensamento abstrato e especulativo". A. Koyrè (1953).

e de um modo de experimentar<sup>104</sup>, e isso só será possível com a instituição da precisão como método.

Essas modificações em seu conjunto formarão aquilo que ficou conhecido por *universo da precisão*. Esse parece ser o objetivo da ciência moderna: substituir o sistema dos conceitos flexíveis e semi qualitativos da ciência antiga por um sistema de conceitos rígidos e estritamente quantitativos. Com efeito, essa substituição exclui automaticamente do *Universo tudo o que não pode ser submetido à uma medida exata*.

Chegará o momento em que o próprio mundo do trabalho passará a ser regido através desta nova maneira de se orientar. O que se denomina Organização Científica do Trabalho, é a transposição para o campo do trabalho dos mecanismos de mensuração e quantificação. O operário da Revolução Industrial é filho desse sistema de normalização técnica e padronização dos objetos. Seu corpo será um conjunto de gestos precisos, de ritmos cadenciados, de hábitos regulares. Sua atividade será avaliada enquanto *quantidade* de tempo despendido.

Com efeito, essa homogeneização das *forças* que animam um corpo, reduzindo-as a unidades de *força de trabalho*, só pode se generalizar com o surgimento de um tipo de trabalho também

---

<sup>104</sup> - O que foi demonstrado é que elas ( a observação e a experiência comum e rudimentares) constituíram os "principais obstáculos que a ciência encontrou em seu caminho". Não foi a **experiência**, mas a **experimentação**, que impulsionou seu crescimento e favoreceu sua vitória. O empirismo da ciência moderna não repousa na experiência, mas na experimentação. A. Koyarè; *An Experiment...*



já identificado com as formas comerciais. Reduzir todo o fazer de um ser em números de horas de dedicação, essa parece ser a forma encontrada para realmente tornar o tempo, ou pelo menos o *tempo de trabalho*, uma espécie monetária. Com o Regime do Capital, onde a usura parece ser a regra, assiste-se o emergir de um universo onde tanto a *terra* como o *tempo* serão tomados enquanto unidades de Capital. A primeira grande modificação acontece quando a terra deixa de ser um *bem inalienável*; quando esse primeiro bem, esse bem sagrado, misterioso, essa *superfície divina*, torna-se uma extensão, quantificável, mensurável, enfim, uma unidade abstrata de valor. Assim também, o *tempo* será tomado enquanto *tempo abstrato*, já totalmente desterritorializado das antigas formas de encarar as mudanças e as transformações na natureza. Agora ele se encontra inteiramente dividido em *fatias*: tempo de trabalho, tempo de deslocamento, tempo de repouso, tempo de dispêndio de força e tempo de reposição de energia. A vida, no regime do Capital, será concebida enquanto campo de investimento monetário. O corpo do trabalhador será concebido em termos de *vida útil*, ou seja, enquanto tempo de dedicação laboriosa que se pode vender em um mercado de trabalho.

Gostaríamos de ressaltar neste estudo a existência de duas vertentes que se destacaram na maneira de *dispor o tempo*. Uma antiga e a outra moderna<sup>105</sup>. No que se refere m mais

---

<sup>105</sup> - Parece que não existe uma definição única de antigo e moderno; dependendo do tipo de pensamento que se expresse, esse tipo de divisão

especificamente ao nosso objeto de pesquisa trata-se de estabelecer as diferenças e as características próprias do *tempo do artesão* e do *tempo do operário*.

---

pode nem ser um problema. Entretanto, na história da técnica e do trabalho, essa separação pode ser demarcada. Vamos nos servir bastante das teses defendidas por A. Koyarè.

## DA SERVIDÃO E DA LIBERDADE

## Do Tempo do Artesão ao Tempo do Operário

A primeira coisa a ser dita, e quanto a isso todos os estudiosos do problema concordam ( mesmo divergindo em outros aspectos ), é que com relação ao tempo, o ser que age no ritmo do tempo do artesão não tem grandes pressas. Sem dúvida, uma afirmação ao mesmo tempo vaga e precisa. Vaga porque não define com exatidão os termos usados, e precisa pois utiliza um vocabulário próprio daquele mundo ( que foi sempre um mundo do *mais ou menos* ), e não um universo da precisão ( base do modelo **standart** de produção). É a partir desses dois aspectos de *vivência do tempo* que vão se diferenciar essas duas *práticas laboriosas* do mesmo modo que a produção de subjetividades diferentes<sup>106</sup>.

Na tentativa de compreender o modo de ser próprio da atualidade, Koyré pergunta: Mas o que são os tempos modernos e o pensamento moderno? Houve momento em que não se tinha

---

<sup>106</sup> - Não se pode falar, a não ser com ressalvas, de *trabalho do artesão*. Os sentidos que formam a palavra trabalho, em todo o seu percurso, são inconciliáveis com os que habitam o mundo do artesão.

dúvidas quanto a isso: os *tempos modernos* começaram no fim da Idade Média, concretamente em 1453; e o pensamento moderno começava com Bacon (Francis), que havia oposto ao raciocínio escolástico os direitos da experiência e da sã razão humana. Entretanto, como foi demonstrado, essa resposta era muito simples, e completamente falsa. Por um lado, o motor que move a história não é movido por "saltos bruscos", e por outro, as rígidas divisões em períodos e épocas só existem nos "manuais escolares". Quando se analisa os fatos um pouco mais de perto, o que se nota, é que as rupturas, que a princípio se tinham como certas, desaparecem, e os contornos se misturam<sup>107</sup>. O problema se radicaliza ao perguntar se não seria vão querer estabelecer na continuidade do devir histórico qualquer divisão que seja.<sup>108</sup>

Mas, por que estamos preocupados em examinar esses problemas que dizem respeito aos marcos estabelecidos pela História? Porque, dependendo do sentido com que se estabelece esses recortes, é provável que alguma parte recortada, já entre no jogo de maneira desfavorecida. Como

---

<sup>107</sup> - "Os contornos se desfazem, e uma série de gradações ... nos leva de Francis Bacon a seu homônimo do século XII, e os trabalhos dos historiadores e eruditos do século XX tem mostrado sucessivamente Roger Bacon como um homem moderno e a seu célebre homônimo um ultrapassado. Nos *moderni*, já dizia Roger Bacon...". Koyarè, A. (1973 pp. 9-16).

<sup>108</sup> - Como bem viu Koyré, é certo que a história da evolução espiritual da humanidade apresenta uma complexidade incompatível com as divisões estabelecidas; correntes de pensamentos prosseguem-se durante séculos, se misturam e se entrecruzam... Decartes está cheio de concepções medievais; alguns de nossos contemporâneos são mais espiritualmente contemporâneos de Santo Tomás do que de nós mesmos...

assim? Por exemplo, aceitando a divisão estabelecida por Francis Bacon, onde tudo o que é anterior a ele já se apresenta como uma espécie de negativo, o *ofício do artesão*, não estando incluído em sua definição de mundo moderno (pois que recusa o *Universo da precisão*), deixa de ser somente "um modo de produção antigo", para se tornar um "tipo menor". Assim, falta ao artesão tanto um verdadeiro pensamento racional (ou seja, que raciocine através dos processos de mensuração), como uma verdadeira tecnologia (quer dizer, que possua uma base experimental).

Por outro lado, o artesão, imbuído de um pensamento puramente qualitativo, sentindo-se diante de um mundo também puramente qualitativo, e possuindo uma tecnologia com base na experiência ( não na experimentação), um pouco *bricoleur*, um pouco *dandi*, *divagando e inventando*, passa a ser considerado pelos saberes normativos um ser *anormal*, um *desviante*, um *antiquado*. O que não quer dizer que ele tenha desaparecido desse mundo, nem que todos tenham passado a vê-lo a partir desses novos sentidos. Expulso de alguns lugares, bem acolhido em outros, o artesão passa a habitar um espaço próximo ao das *bonnes femmes*, que eram ao mesmo tempo amadas e temidas. Aceito, porque é portador de uma arte que se mede pela eficácia da obra realizada; evitado, porque a sua presença já é problemática.<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> - É verdade que grande parte do sistema artesanal foi incorporado pelos novos sistemas industriais implantados, no entanto, isso não quer dizer

Gostaríamos de analisar o modo de agir do artesão, não em seu momento de degradação e quase desaparecimento, ou seja, no declínio da Idade Média, em seus dias de agonia; mas sim, nesse instante em que ele ocupa *um lugar* na sociedade, não um *lugar privilegiado*, mas um *lugar de reconhecimento* positivo. Constata-se a existência de um mundo no qual o artesão tem seu lugar assegurado. Se por um lado, ele se contrapõe ao homem livre numa evidente relação de inferioridade, por outro, a positividade de sua obra lhe permitia exercer uma certa autonomia. Isso só foi possível antes do aparecimento do Maquinismo Industrial que, com seu poder de homogeneização, soterrou, quase que por completo, a tecnologia artesanal.

O que se nota acerca da relação do operário com o tempo na era Industrial, é que ele se apresenta como se estivesse sempre atrasado. Mas na verdade esse modo de ser não é mais do que a própria lógica do tempo Industrial. Estar sempre na iminência de ultrapassar e aumentar o ritmo de produção parece ser seu maior objetivo. E é claro que o próprio ser do operário será afetado diretamente por este regime produtivo. Ele será levado até a crer na necessidade do aumento de sua carga horária de trabalho.<sup>110</sup>

---

que não houve lutas violentas em torno das modificações que se deram nos meios de produção.

<sup>110</sup> - Cf. Florence Weber, (pp.45-68 1989).

Mas é preciso considerar um certo estado que produziu esta necessidade. Ao se tornar miserável, o operário oferecerá o seu único bem: seu corpo com sua *força*, que será tomado somente enquanto *força de trabalho*.

### No Regime Industrial

Uma das propriedades específicas do Regime Industrial é a construção de um ritmo de trabalho baseado no *tempo do relógio* (tempo exato) e não mais nos *movimentos naturais* (tempo misto) que é o princípio do Regime Artesanal. De um lado, o *tempo físico*, secc, abstrato, unificado; tempo estabelecido pelas *sirenes* que ditam o ritmo dos diferentes momentos de uma *jornada de trabalho*. De outro, encontra-se uma maneira diferente de dispor do tempo e construir seus ritmos, mas não segundo esses marcadores de *tempo abstrato*, e sim através das *variâncias* que animam os *tempos vividos*.

No primeiro caso, nota-se a presença de uma temporalidade estabelecida segundo exigências que dizem respeito a um comércio, onde o tempo será disposto a partir de unidades que podem ser decompostas e alteradas conforme as exigências de um

mercado. No segundo, percebe-se uma forma de temporalidade atada às exigências específicas de cada obra, singularizada em cada gesto, respondendo às necessidades mais imediatas e particulares; enfim, podendo se constituir fora dos ritmos do relógio e dos padrões do mercado.

No nascimento do mundo do trabalho - do trabalho generalizado, do trabalho de todos - o que se vê é a implantação de um regime de disciplina bastante ousado. Poder-se-ia mesmo dizer, que na emergência desse mundo surge também um tipo de sujeito que será colocado numa situação bem peculiar: deve abandonar sua primeira natureza, para a aquisição de uma outra, bastante eficaz no controle das funções naturais. *No fundo, sentimos hoje perante o trabalho, que ele constitui o melhor das polícias, que segura o homem pelas rédeas e se dedica a enterrar poderosamente o desenvolvimento da razão, dos desejos, do gosto de independência.*<sup>111</sup>

Ao considerar as formas de trabalho que vieram a ser implantadas na época moderna com o regime Industrial, o que se nota, acima de tudo, é a presença do mecanismo do *valor de troca* predominando sobre todas as formas produtivas. Entretanto, como K. Marx observou, a divisão do trabalho na antigüidade é vista exclusivamente em função do *valor de uso*

---

<sup>111</sup> - Cf. Nietzsche, F. (1977).



do produto fabricado<sup>112</sup>. Com efeito, para que o trabalho seja concebido enquanto algo passível de ser trocado, é preciso que as diversas atividades se integrem umas as outras e componha uma função psicológica unificada; é preciso que o homem, sob as formas particulares à cada tarefa, possa apreender sua própria atividade como atividade em geral, ou seja, enquanto *trabalho abstrato*. Mas isso só será possível no quadro de uma Economia Mercantil em que todas as formas de trabalho objetivam igualmente criar produtos em vista do mercado. De outro modo, no quadro da técnica e da economia antigas, o trabalho só aparece sob sua forma concreta. A época moderna entrará para a história representando esse momento onde se efetuou a separação entre o trabalho e o trabalhador: o trabalho de um homem tornou-se um valor mercantil que ele pode vender a *outrem*.<sup>113</sup> Ao contrário, na antigüidade, a *força de trabalho* não pode ser uma mercadoria.<sup>114</sup>

Qual é, no quadro da Cidade Antiga, as particularidades que marcam o lugar da *téchne* exercida pelo artesão e aquela exercida pelo comerciante? Primeiro que ambas as atividades são desvalorizadas pelo cidadão que tem toda uma preocupação

---

<sup>112</sup> - "Em oposição rigorosa a essa ênfase da quantidade e do valor de troca, os escritores da Antigüidade clássica atêm-se exclusivamente à qualidade e ao valor de uso". Kal Marx; (1980 t.II).

<sup>113</sup> - Aymard, A. (1948).

<sup>114</sup> - O que se sabe, principalmente após os estudos de M. Finley, é que existe uma variedade de formas de ocupação; e que se os hilotas eram conhecidos por ser um povo que realizava o trabalho remunerado, não se deve generalizar o problema.

em mantê-las sob um *rígido controle*. Sabe-se que o artesão está submetido à prática da encomenda, deve produzir para o cidadão: o objeto produzido é único e tem o seu valor calcado na noção de preço *justo*. E se ele é desvalorizado, é no sentido em que exerce uma atividade manual. Em contrapartida, os comerciantes exercem uma *téchne* problemática e mau vista pela cidade: eles praticam a arte de *adquirir riquezas*. Entretanto, se o comércio exercido lida com objetos que possuem valor pelo uso que deles se faz (valor de uso), se este comércio pode ser controlado, logo ele se torna interessante para os cidadãos. Ele interessa na medida em que traz aquilo de que o *Oikós* e a *Pólis* necessitam para a sua completude (ideal de autarquia). Neste sentido, a riqueza obtida é uma riqueza limitada pelo valor específico do objeto comercializado. Mas há aquele comerciante que visa uma riqueza ilimitada, que pratica, através de métodos e técnicas específicas, sua arte de adquirir, tornando esta uma forma de usura. Como então poderia haver riqueza infinita, se a técnica e os objetos produzidos são finitos? Esse comerciante, que ao pretender enriquecer faz uso da moeda tornando-a *télos* de suas atividades, produz a possibilidade da riqueza infinita fazendo com que o cidadão o queira fora da cidade.

No entanto, se por um lado os comerciantes gregos vislumbravam a chance da riqueza sem fim, por outro, a possibilidade de uma produção ilimitada era simplesmente

impensável no quadro da sociedade da *pólis*, onde se constata a ausência de um verdadeiro "espírito de produtividade" tal como a época moderna o concebeu. Para que possa aparecer essa forma de produção, baseada na produção ilimitada e na riqueza infinita, segundo os ritmos do comércio, tornar-se-á necessário que um processo de laicização se faça prevalecer, tanto no que se refere aos procedimentos técnicos, quanto no que diz respeito à concepção dos objetos.

Seria importante verificar, com relação às formas e aos limites do pensamento técnico entre os gregos antigos, a diferença entre o "êxito técnico" e o "feito mágico". Em um primeiro momento, tanto os segredos dos ofícios como a destreza dos especialistas, consistem no mesmo tipo de atividade, colocando em jogo a mesma *forma de inteligência* - a mesma *métis* - *que a arte do advinho, a malícia do feiticeiro, a ciência dos filtros e os encantamentos da magia.* Em contrapartida, na época clássica, a laicização das técnicas está concluída. Assim, o artesão não coloca mais em jogo forças religiosas. Tornando-se estranha tanto ao domínio da Religião como da Política, a técnica ficará aberta às exigências da *Economia*<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup> - Depois das pesquisas de M. Finley, sabe-se da história do surgimento do termo economia, que hoje já possui uma evidência quase imediata, ocasionada pela ligação estabelecida entre regime econômico e regime financeiro.

## Trabalho Compulsório e Trabalho Voluntário

Ao menos um fato é indiscutível: a escravidão existiu como uma instituição fundamental em formações sociais tão diferentes como o Império Romano e os Estados Unidos no séculXIX. M. Finley

Entretanto, esta constatação, que não deixa de ser verdadeira apesar dos falsos problemas que ela induz ou permite, deve ser reafirmada a partir dos detalhes que ela deixa escapar. Se por um lado é evidente que todas as formas de *trabalho compulsório* podem ser formalmente classificadas numa mesma categoria, por outro, as diversas maneiras de realização dessa forma de trabalho complicam um pouco essa obviedade. Nesse ponto, mais uma vez são preciosos os apontamentos apresentados por M. Finley, que inicia perguntando: "Serão sem importância as óbvias diferenças entre vários tipos de trabalho compulsório?". <sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> - "Creio que uns poucos exemplos poderão sugerir a inadequação desse esquema simples como instrumento de análise histórica". Cf. Finley, M.; *The Servile Statuses of Ancient Greece*, Revue Internationale des Droits de l'Antiquité, ser. VII, (1960).

Mas de que maneira poderíamos identificar essa forma laboriosa de produzir reconhecida como *trabalho escravo*? Primeiramente descartando qualquer possibilidade de abarcar tudo isto que se denomina por modo de produção escravagista através do conceito de *trabalho escravo*. Em seguida verificando que as especificidades das experiências realizadas através desse tipo de trabalho, tanto no passado quanto na atualidade, dificultaria sua redução ao nível de uma *simples força de trabalho*<sup>117</sup>. O que sentimos, no fim desse estudo, é que as formas explicativas clássicas, como as que definem estas diferenças em termos de fases ou estágios, tornam-se frágeis diante da complexidades destas formas de ocupação, ficando difícil até mesmo pronunciar essas palavras já tão carregadas de um sentido bastante cristalizado.

Quanta precaução deveríamos então ter antes de escrever estas duas palavras juntas, principalmente quando já se habituou a ver a segunda contida na primeira. O *trabalho* seria uma forma geral, que abarcaria não só o tipo de tarefa realizada através do suor do *escravo*, mas também o tipo de atividade executada pelas mãos do *trabalhador livre*. Mas como essa palavra poderia abarcar universos tão distintos, e até certo ponto antagônicos? Ou será que poderíamos imaginar essa palavra totalmente esvaziada de tudo o que a acompanha:

---

<sup>117</sup> - Sobre a impropriedade do uso do conceito *força de trabalho* para pensar as práticas laboriosas desenvolvidas pela escravidão antiga, as pesquisas de Vernant e Finley, são contundentes.

divisão de classes, luta de classes, reivindicações de classe, formação de classe, etc?<sup>118</sup>

O que se sabe, através dos pesquisadores da antigüidade, é que não havia em grego nem em latim uma palavra que exprimisse a noção abstrata de trabalho ou o conceito de trabalho como *uma função social geral*. Uma palavra como *Pónos* se aplica a todas as atividades que exigem um esforço penoso e não somente às tarefas produtivas com valores socialmente úteis. "A natureza e condições do trabalho na antigüidade excluíam a possibilidade do aparecimento de tais idéias gerais, bem como da idéia abstrata de classe trabalhadora".<sup>119</sup> E esse fato não pode passar despercebido por aquele que se interessa em compreender a função e o lugar que o trabalho

---

<sup>118</sup> - Sobre esta questão são notáveis as pesquisas de M. Finley. No que se refere ao mundo antigo não se tem notícia de greve por melhores condições de classe... Não se pode falar de uma classe de escravos na Grécia antiga do mesmo modo que se fala de uma classe de operários da Indústria têxtil.

<sup>119</sup> - Como foi demonstrado esses "fatos de vocabulário" levantam suspeitas de diferenças de planos, de aspectos múltiplos e até de oposições entre atividades que, aos nossos olhos, constituiriam um conjunto unificado de conduta do trabalho. Na verdade não foi tanto uma surpresa o encontro das teses de M. Finley com os da Escola de Paris, principalmente com as teses defendidas por J-P. Vernant acerca do problema do trabalho, como da escravidão, na antigüidade, e em especial, com relação à sociedade grega. Já era sentida a ressonância em muitos pontos, principalmente quanto a essa preocupação constante em não deformar o passado a partir de nossos modos de pensamento. Foi com contentamento que nos deparamos no capítulo intitulado [Amos e Escravos], com a referência direta aos textos de Vernant que estávamos utilizando. Foi como se descobríssemos um aliado distante para os problemas que estávamos estudando, e muitas vezes perguntando, se valeria a pena continuar a escavar em terreno tão insólito e fértil que é o "mundo antigo".

Do mesmo modo que a bela página de M. Yourcenar em *Peregrina e Estrangeira* [A alguém que perguntou se valeria a pena retornar aos estudos gregos], que em momentos de descreto por que esse trabalho passou, bateu como uma brisa fresca nesses torrentes dias de verão. É imensa a gratidão para com essas obras que se tornaram tão valiosas para nós, como para a nossa pesquisa, cujos autores nem imaginam o efeito que provocaram. Eternamente agradecido a esses acasos que nos colocaram frente a essas preciosidades...

ocupa nas diversas formações sociais, no decorrer da história, tanto antigas ou arcaicas como as modernas.

Um primeiro deslocamento se opera a partir da retomada dos princípios explicativos dos regimes sociais. Contra esse pensamento que afirma, acerca do mundo antigo, que a divisão social essencial se encontra na relação de dominação do Senhor sobre o Escravo<sup>120</sup> seria preciso apresentar as teses onde esse problema é colocado de uma outra maneira. Mostrou-se que escravo não se encontrava nesse lugar que se acostumou a reconhecê-lo, como o ser menos privilegiado na escala social, pelo menos no que diz respeito a Grécia antiga (anterior ao processo de romanização), onde prevalecendo os costumes de uma sociedade baseada no *principio territorial*, o ser mais baixo na escala social não era o escravo, que bem ou mal ainda pode se referir a um território, mas sim o estrangeiro, o sem terra. Como já foi notado: *Um Thes, não um escravo, tal era na terra a criatura mais deserdada que Aquiles podia conceber*. O que havia de mais terrível no Thes era a ausência de todo vínculo, a sua não pertença. O que não tem nenhum pertencimento, esse sim era o ser que estava completamente fora.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> - Daí serem denominadas por sociedades escravistas, ou regime social escravocrata, onde o escravo ocupa o lugar mais rebaixado na escala social.

<sup>121</sup> - Tratamos dessa problemática no trabalho intitulado: "Esboço de um estudo acerca do problema do trabalho na antiguidade", apresentado no curso de pesquisa - doutorado - PUC - 1992. Um estudo mais específico sobre esse problema é apresentado por M. Finley, em *The World of Odysseus*. Viking Press : New York, 1965.

Se por um lado constata-se que existe enormes diferenças no interior do mundo dos escravos, constituindo toda uma trama envolvendo uma gama de estatutos entre o homem livre e o escravo, por outro, contudo, jamais se colocará a possibilidade de um poder servil. Mesmo nesse *mundo invertido* que nos é apresentado pela assembléia de mulheres, os escravos continuam a trabalhar a terra. Ora, grande parte dos ofícios essenciais na vida da comunidade grega, como os dos ferreiros, no fabrico de artefatos, como também aos dos escultores e arquitetos, na construção de seus *monumentos*, eram realizados por artesãos que quase sempre eram estrangeiros. (Fato que torna enigmática a figura artesão antigo, cuja presença é ao mesmo tempo excluída e aceita. Excluída devido a prevalência do princípio territorial como definidor de um espaço de pertencimento que legitima um lugar na sociedade, e aceita, porque a cidade não pode virar as costas aos seus ofícios. Mas o artesão é reconhecido como o sem lugar. Em um duplo sentido. Percorrendo todos os caminhos porque passa a obra que ele comanda, das propriedades da matéria às especificidades da forma, como se deslocando para territórios distantes de sua terra natal. Por isso ele poderia ser tomado como que existindo nas bordas dessa sociedade. De um outro modo, ele representava, pelo ofício que executava, e realizava por onde fosse necessário, o próprio *mundo do fazer*. Justificava, dessa forma, o outro polo dessa



sociedade: *mundo do usar*. Sendo então um legítimo integrante desse regime social que separava as formas de ocupação em termos de uma prática do fabricar ou do *fazer*, se contrapondo a esse universo cuja função era usar e utilizar esses *objetos encomendados sob medida*. Entretanto, e este é um ponto interessante da problemática levantada, pois que é justamente na encomenda sob medida que o artesão vai expressar as *potências desse mundo do mais ou menos*. Daí então poder constituir uma tese onde se constata a existência de uma ambiguidade que ronda a *figura itinerante* que realiza um tipo de obra que tornou-se a base do chamado modo de produção artesanal.

Retomando o problema da prevalência do princípio territorial, no quadro da Pólis antiga, constata-se o fato de o estrangeiro se encontrar numa posição desvantajosa com relação ao escravo (e no caso específico trata-se do escravo *do lugar* que se encontra incluído pelo princípio territorial), no que diz respeito à hierarquia social. Entretanto isso não quer dizer que a relação para com esse estrangeiro fosse de rejeição e humilhação. Poder-se-ia até mesmo dizer, que de um modo geral, as sociedades antigas eram bastante hospitaleiras para com o estrangeiro.

## Escravidão e linhas de fuga

Esse artífice independente que na sua itinerância ia deixando as marcas de sua liberdade pelos atos de fabricar, e como que subvertendo as ordens, impunha sua arte, longe estava de cumprir uma tarefa de forma severa. E o escravo mesmo pertencendo a um território mas, que pela sua condição, não era dono de si, nem por isso dele se pretendia tirar mais do que ele podia dar. É por isso, e algo mais, que afirma-se sobre o mundo antigo a coexistência dessas duas formas de condução da vida. Retomando uma conhecida e comprovada fórmula, nunca é demais lembrá-la: *Um dos aspectos da história grega é em resumo, o avanço de mãos dadas, da liberdade e da escravidão.*<sup>122</sup> Essa constatação seria suficiente para evitar falsas comparações com outras formas de escravidão.<sup>123</sup>

Pode-se então falar de uma imagem da escravidão? Com certeza que sim. Do mesmo modo que também deve-se lembrar das múltiplas imagens de diferentes formas de escravidão. A

---

<sup>122</sup> Sobre este ponto são relevantes as pesquisas apresentadas por Vidal-Naquet, P. e Vernant, J-P. em *Reflexões sur l'historiographie greque de l'esclavage*, em *Travail et Esclavage en Grèce Ancienne*, reunidas pela Ed. Complexe 1988. Como também as descobertas apresentadas por Finley, M. em *A Economia Antiga*, principalmente aa parte dedicada ao estudo da relação entre "Amos e Escravos".

<sup>123</sup> - Fato evidenciado através de algumas teses apresentadas na tentativa de responder aos problemas da escravidão moderna, especialmente a escravidão negra.

primeira imagem que nos vem em mente é a do negro no canavial sob o olhar e o chicote do capataz; a da mucama cuidando das crianças da Casa Grande e freqüentemente as amamentando. O suor do negro na labuta para o sustento do patrão e o leite da negra alimentando os filhos do senhor.

O pelourinho é um dos dispositivos freqüentemente apresentado nos livros de história, e nas cartilhas<sup>124</sup>, quando se trata de falar das formas como se tratava o escravo nos tempos do Brasil-Colônia, e uma parte do Brasil-Império.<sup>125</sup> Em resumo a abolição do trabalho escravo é contada como representando um corte entre as velhas estruturas do mundo

---

<sup>124</sup> - Com certeza que é sofrível e repugnante a condição do negro amarrado naquele pedaço de madeira fincado em praça pública, recebendo um certo número de chictadas. Sendo mesmo impossível pensar a sociedade do patrio poder sem os dispositivos de produzir morte e humilhação públicas. Do mesmo modo que é sofrível a condição de um homem sentado em uma cadeira elétrica frente a uma câmara solitária. Se por uma lado tanto o pelourinho como a cadeira elétrica podem ser colocados juntas, pelo poder de destruição que deles emanam, por outro lado, devemos separá-los e localizar sua função específica. O pelourinho, faz parte junto com a fôrca, a guilhotina, desses instrumentos de provocar vingança. Eles visam, cada um a sua maneira responder por atos específicos. Se ele dá exemplo, isso é um "efeito colateral". O que ele visa, acima de tudo, é reparar uma falta. Por isso se fala em "Regime de Vindicta". Por outro lado a morte reponde ao problema da pena na perspectiva do indivíduo. Não mais simplesmente o crime cometido. Mas sim quem cometeu e em que circunstâncias. Nasce então uma nova maneira de gerir os corpos. A prevenção e a correção serão os dois princípios desse processo de normalização e enclausuramento. As práticas de reparação serão colocadas do lado do abuso e do excesso. O problema agora é aplicar uma pena exata.

<sup>125</sup> - Uma das imagens que mais recentemente foram retomadas mostram de forma clara como era aceite o uso desses dispositivos mesmo em um momento em que o tráfico de escravos da Africa executado pelos Ingleses já estava paralisado. Trata-se do filme *Cobra Verde*, de H. Herzog, que retrata esse momento dos engenhos de açúcar no litoral brasileiro.

antigo e as novas formas de estabelecer os direitos e os deveres dos cidadãos, e não mais a lei das castas.<sup>126</sup>

Seguindo outros países, um pouco como que atrasado, o Brasil também estabeleceu, à sua maneira, o fim do trabalho escravo. Ao mesmo tempo uma modificação no campo dos valores que regem a sociedade feudal, onde a terra, os escravos e os animais são todos propriedades do Senhor dos representantes do Senhor; do mesmo modo que uma transformação do modelo econômico<sup>127</sup>, não mais a força em perseverar e manter os bens, mas a potência de crescer e aumentar a riqueza. Aqui se inicia um combate mortal contra o modo de produção escravista.<sup>128</sup>

Um dos pontos importantes que emerge nessa literatura que visa senão suprimir (já que nem todos são abolicionistas), pelo menos modificar de forma radical o processo de trabalho baseado na "escravidão", é a unanimidade com que afirmam ser o trabalho escravo menos eficiente, porque

---

<sup>126</sup> - Criou-se então o hábito de reconhecer a escravidão como sendo o grande marco divisório da história mundial. Ou ainda: quando se afirma que a principal diferença entre a antiga economia doméstica e a moderna consiste na prática da escravidão.

<sup>127</sup> - Em termos de direito não vivemos mais em um regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada, denominada escravatura. Mas parece que de fato, é isso que acontece, com outro nome e sob uma outra roupagem. A nossa tese, ou melhor, o pano de fundo que a anima, é uma certa intuição que nota uma boa dose de escravismo no trabalho livre, do mesmo modo, que presente que há um viés de liberdade que ronda o trabalho compulsório.

<sup>128</sup> - "Em 1884, ... o trabalho livre mostrava-se bastante mais lucrativo do que o trabalho escravo". Alberto Passos Guimarães, Quatro séculos de latifúndio, p. 145.

mais caro, do que o livre<sup>129</sup>. "Isso parecia tão óbvio a Benjamim Franklin, vivendo em meio de senhores de escravos no Novo Mundo, e a John Millar e Adam Smith, na distante Escócia, que achavam desnecessária uma explicação detalhada. Bastavam algumas considerações gerais". Do mesmo modo, a explicação que davam para a persistência da escravidão "em face de seu alto custo relativo", era breve e simples: "terra barata" para B. Franklin, "hábito e falta de visão econômica" para J. Millar, a "vontade de dominar" para A. Smith. No entanto, como bem notou M. Finley, apesar de não serem muito econômicas (principalmente as duas últimas), pelo menos não possuem o caráter apologético das explicações tradicionais, que visavam preservar a moralidade da escravidão, tais como *pecado original*, ou *preservação de bárbaros cativos da morte*.<sup>130</sup>

Um outro aspecto em que a escravidão será combatida é no que diz respeito a sua incapacidade de contribuir para o aumento populacional. Muitos problemas ressoam na origem desse movimento de "nascimento das populações"; do mesmo modo

<sup>129</sup> - Cf. Westermann, W.L. (1955).

<sup>130</sup> - "Nos últimos 25 anos, o estudo da escravidão nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil alcançou uma intensidade sem precedentes. O debate tem sido frequentemente árduo, adquirindo caráter público, e não meramente acadêmico. O motivo é claro: A escravidão moderna foi uma escravidão de homens negros. (o grito é nosso). Desta forma, não pode não pode ser discutida com seriedade sem que sejam envolvidas as tensões raciais e sociais da atualidade. A antiga escravidão greco-romana não possui, obviamente, um significado imediato como esse". Cf. Finley, M. (prefácio para a ed. inglesa - outubro 1979), *Esvravidão Antiga e Ideologia Moderna*. O núcleo deste livro consiste em quatro conferências proferidas no Collège de France em novembro e dezembro de 1978, onde o autor retoma questões desenvolvidas em outras obras.

que na emergência dessas novas "necessidades populacionais"<sup>131</sup>. Há portanto inicialmente, essas cidades minúsculas, apanhada pela vida rural que a submerge, e que elas todavia transformam, preparando umas tantas mutações em favor das cidades de grau superior "que se abastecem nelas em braçais, aprendizes, e até operários classificados". O que se chama de a grande metamorfose do trabalho encontra aí terreno fértil e bem preparado. Para que possa haver trabalho em massa é preciso que exista uma massa que possa estar disposta, de uma certa maneira, frente aos novos mecanismos de trabalho. O trabalho em "massa" necessita, ao mesmo tempo, tanto desses acontecimentos que permeiam o surgimento de uma nova "geografia urbana", com o surgimento das populações, quanto de uma nova "cartografia do sujeito", que é o nascimento do indivíduo-massa. E ninguém melhor do que E. Canetti, para colocar o problema das massas a partir das forças que as animam. De um lado o indivíduo massa; do outro o indivíduo-próprio. Por entre eles essas singularidades que recompõem as formas, marcando a "superfície de um corpo", ou seja, o lugar de inscrição de toda história.

---

<sup>131</sup> - Antes de 1500, situam-se com menos de 2 000 habitantes 90 a 95% das cidades conhecidas no Ocidente" Com certeza que há discrepâncias quanto ao critério numérico utilizado na distinção entre populações rurais e populações urbanas, como tem de variar conforme as épocas consideradas. Se a barreira de 2 000 habitantes é válida para o século XIX ( embora deixando de o ser já no seu final, no que diz respeito às sociedades industrializadas ), não o é para o século XX, em que convém aumentá-la para 3 000. E mais recentemente, a tendência foi fixar a divisória em 4 000; acima deste número e até 20 000, temos a população semi-rural, semi urbana, começando a cidade propriamente dita só a partir de 20 000 habitantes. Cf. Braudel, F.; *Evolução do Urbanismo*. Diário de Lisboa, 18-02-1968.

Hoje, frente às questões com que a atualidade se defronta, (principalmente no tocante aos movimentos de controle de crescimento populacional quanto aos acontecimentos de superpopulação) esses problemas soam bastante estranhos. Essa estranheza só pode se desfazer, não deixando apagar as surpresas, quando se compreender, pelo menos em parte, essa série de acontecimentos que se desencadeiam a partir de áreas diferentes no decorrer do século XVIII. Fernand Braudel em um estudo interessante intitulado *Um antigo regime biológico termina com o século XVIII*<sup>132</sup>, desenha certos quadros históricos, esse pano de fundo onde certas cenas estão se dando, e onde começam a aparecer os resultados dessa vontade de crescimento e progresso. O jogo disputa-se sem fim entre os dois movimentos: nascimentos e mortes. De uma maneira geral, sob o Antigo Regime, tudo termina num equilíbrio. O gráfico que traça a linha entre batismos e sepulturas,<sup>133</sup> no curto período de (1690 - 1790), e que põe em evidência a relações entre natalidade e mortalidade,

<sup>132</sup> - O que se desagregou com o século XVIII foi um antigo regime biológico, conjunto de constrangimentos, de obstáculos, de estruturas, de relações, de jogos numéricos que até aí tinha sido norma. O jogo disputa-se sem fim entre dois movimentos: nascimentos e mortes. Cf. Braudel, F. Civilização material e capitalismo. Principalmente a parte que trata do "peso do número".

<sup>133</sup> - Seria importante lembrar as pesquisas de G. Duby, acerca dessa "febre de progresso" que tem suas origens nessa virada de milênio. "Já que o mundo não acabou então começou uma sede de crescimento..."; do mesmo modo que essa vontade de crescimento e suntuosidade vai chegar a produzir essas obras (no caso as catedrais construídas por estas confrarias de arquitetos no decorrer dos séculos posteriores ao ano mil.), que saltam aos olhos, altas, brilhantes, construídas de tal modo, que pudessem serem vistas de longe".

nota-se esses momentos onde a morte triunfa, e os momentos onde a vida passa. De uma maneira metafórica mas verdadeira, o que se diz, é que esses dois coeficientes ( natalidade e mortalidade ) são vizinhos um do outro. Num curto prazo subidas e descidas alternam pois; compensam regularmente, como mostra de maneira monótona a dupla curva em dentes de serra ( até o século XVIII ), das mortes e dos nascimentos onde quer que seja traçada no ocidente. De um lado, a fome, as epidemias, a peste... sempre retornando, com uma tal persistência que chegou-se mesmo a dizer que elas fazem parte do regime biológico dos homens; se inserem na estrutura de sua vida quotidiana - onde o lema era: O que a vida traz a morte retoma-o. No que diz respeito ao problema da fome, especialmente, essa carência será creditada ao modo de funcionamento de uma técnica limitada.<sup>134</sup> A curto prazo ativo e passivo caminham a par; se um dos adversários ganha, o outro reage. No entanto, "com o século XVIII, a vida

<sup>134</sup> - O modo de produção baseado, tanto na servidão, como na escravidão, seria, o outro lado dessa limitação técnica. E aí tanto o camponês quanto escravo serão responsabilizados por este estado de atraso. Como bem assinalou F. Braudel, seria preciso analisar também as "fomes localizadas" e não somente as "fomes gerais"; do mesmo modo que seria necessário ver não só a "penúria", mas também a "fartura" : os armazens, as reservas, as provedorias do trigo, terreiros e celeiros...). Entretanto, o camponês, vivendo sob a dependência dos mercadores, das cidades, dos senhores, não dispõe de reservas. "Em caso de penúria, para ele não há outra solução senão refluir para a cidade. ( s'éborgeai / t / dans la ville", diz um ditado de Dijon de 1636)". Amontoar-se aí de qualquer maneira, mendigar nas ruas, muitas vezes morrer... nas praças públicas. É interessante notar que aí se inicia um processo de defesa das cidades contra essas "invasões regulares", que traziam não somente mendigos dos arredores mas punham em movimento "verdadeiros exércitos de pobres".O próprio processo de colonização não deixará de fazer uso dessa situação.



vencerá a morte, ultrapassando desde então com bastante regularidade o seu adversário".<sup>135</sup>

Daí muito se falar dos prejuízos do trabalho escravo. O próprio fato deste regime de trabalho não estar voltado para um tipo de enriquecimento baseado no acúmulo indefinido de capital, mas na conservação dos bens materiais e na manutenção da terra, já se torna um prejuízo. Não ganhar já é de alguma maneira perder, se tornar devedor. A terra, capital limitado por divisas estabelecidas por confrontantes, não pode crescer indefinidamente, e esquizofrenicamente, como o capital monetário internacional.<sup>136</sup>

Entretanto poder-se-ia indagar: Como que o trabalho escravo, que durante muito tempo correspondeu a uma demanda de tarefas, as mais diversas, por parte de uma sociedade baseada nos postulados do escravagismo pode, de uma hora para outra, tornar-se um obstáculo, algo que devia ser abolido. Poderíamos retomar os estudos de D. Hume, quando ele vê nesse processo o

---

<sup>135</sup> - Mas como mostram os gráficos as contra-ofensivas não deixam de se fazer notar. No mundo Ocidental, talvez devido ao clima, estas catástrofes são muitas vezes amortecidas. Na Europa, contudo, as "culturas-milagres" (o milho mais, a batata), só se instalaram tardiamente. O mais, chegado a Portugal e a Biscaia já no século XVI, só chega aos arredores de Veneza, no princípio do século XVII... e às longínquas províncias danubianas, só no século XIX.

<sup>136</sup> - "Ao contrário do maquiavélico para o qual pouco importam os meios desde que triunfem os fins, o magnífico outorga tanta importância ao trajeto quanto ao objetivo... porfque não há via de acesso mediocre que conduza a excelência. Somente a esquizofrenia pode ser justificada por uma artificial dissociação entre fins e meios. Um belo fim supõe belos meios, todo o escultor de si o sabe". Cf. Onfrey, M. (1995 p.130). Sobre este ponto são importantes os questionamentos levantados em um livro que trata, entre outras questões, da relação do Capitalismo e a Esquizofrenia. Cf. Deleuze, G. e Guattari, F. (1972).

aparecimento de uma forma econômica moderna que se oporia a essa economia doméstica baseada na escravidão.<sup>137</sup>

<sup>137</sup> - "A escravidão não é apenas mais cruel e opressiva do que qualquer outra sujeição civil", como também, concluía, "geralmente desvantagosa para a felicidade e populosidade da espécie humana". Entretanto, de que maneira se poderia buscar a positividade dessa "prática", tanto antiga quanto moderna, a partir de suas especificidades, quando o que se nota, que de um modo geral, existe um consenso sobre os "fracassos da escravidão". Um dos aspectos mais salientados diz respeito ao aspecto técnico desse modo de produção (de sua incapacidade de transferência de tecnologia). Entretanto, advertiu-se, que quanto aos observadores contemporâneos do "surto escravista do Novo Mundo", jamais ocorreria pensar que o trabalho escravo fosse incompatível com o avanço das técnicas. Isto seria negar algo que justamente os fascinava: "a complexidade e potência dos grandes engenhos hidráulicos operados por escravos... Referindo-se a eles diria Frei Vicente do Salvador: que em nem uma outra coisa se ocupam os engenhos e habilidades dos homens tanto como em inventar artificios com que o façam, e porventura por isso lhe chamam **engenhos**". (in História do Brasil, 1500-1627, p. 420. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931. Do mesmo modo que Antonil, referindo-se às "oficinas em que se fabricam o açúcar": "quem quer que as vê e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são um dos principais partos e invenções do engenho humano". E se nesse instante, segundo consta, certas técnicas empregadas pelos "pioneiros" na América do Norte, haviam retrocedido para o nível do século décimo-terceiro na Inglaterra, isso não seria o bastante para ver aí uma atraso técnico. Pois como já foi notado, a "involução de técnicas agrônômicas", pode no entanto, trazer consigo uma maior adaptação às "condições do Novo Mundo", e então seria mais uma reinvenção que um retrocesso. Cf. Sérgio Buarque de Holanda, Memórias de um colono no Brasil, Biblioteca Histórica Brasileira, 1972.

E nos últimos dias do escravismo, Joaquim Nabuco diria que a escravidão havia sido "vivificada e alentada pelo vapor e pela locomotiva" (O Abolicionismo, Vozes, 1977, p. 144). Como então o vapor e a locomotiva eram autênticos símbolos de progresso técnico vê-se o quanto J. Nabuco, a esse respeito, distoava dos preconceitos amplamente difundidos ontem como hoje acerca do atraso técnico do modo de produção escravista. Entretanto outros autores retomariam o problema por perspectivas diferentes.

Fogel busca evidenciar o preconceito racial que ressoa na posição de certos autores, para os quais a incompetência reside, em última instância, no negro e não no escravo; do mesmo modo que Robert Starobin, em se tratando da "escravidão urbano-industrial", mostra exaustivamente que o trabalho cativo vinha sendo empregado com êxito, nas décadas que antecederam a Guerra de Secessão, em indústrias e meios de transporte modernos. Industrial Slavery in the Old South, Oxford University Press, 1970.

Entre nós, a inferioridade do trabalho escravo e sua inadaptação a técnicas modernas é tema presente num grande número de autores. Recentemente o tema foi retomado, afirmando "que a estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas; o escravo, por isso mesmo que escravo, há que manter-se em níveis culturais infra-humanos... logo, não está apto a assimilar processos tecnológicos mais adiantados" (F. Novais) - Cf. Barros de Castro, A. [As mãos e os pés do senhor de engenho - Dinâmica do Escravismo Colonial, pg. 41-96], in Trabalho Escravo, Economia e Sociedade. Paz e Terra, 1983. A procura do escravo, contrariamente, reflete a capacidade produtiva deste, avaliada

Primeiramente um questionamento que poderíamos chamar de *moral* acerca do princípio geral, da definição total, que move esse regime que se baseia no fato de o *homem vir se tornar escravo de outro homem*. Chegará o momento em que a aceitação dessa situação se tornará insustentável. Todos os argumentos apontam aspectos negativos. É como se até então, tanto no que diz respeito ao modo de produção ( onde se descobre uma anomalia econômica ), quanto aos costumes ( onde se vê uma perversão moral ), o que se via, era um estado de coisas que não correspondia aos anseios de uma época e que não podia persistir contra o tempo.<sup>135</sup> .

---

pelo que ele deverá produzir. Aquilo que o comprador tem em vista é, em última análise, o destino a ser dado à renda da escravidão. Entretanto ele será ali apenas consumido, na qualidade de "fôlego vivo". O seu custo nada tem a ver com a economia exportadora de artigos coloniais. [ Se por um lado ...o pago pelo escravo na África, acrescido dos custos de transporte ( e seguro - nessas ainda incertas travessias ), fornecemos o custo de oferta, por outro, se estabelece um preço de demanda, "que resulta da avaliação do escravo por aquele que o compra". "Obviamente, os senhores das regiões superdotadas se dispõem a pagar mais pela obtenção de escravos. Constata-se uma escala decrescente de avaliações: "o preço que satisfaz em Cuba é horroroso no Maranhão e simplesmente inacessível em São Paulo. (Cf. A lavoura cafeeira em São Paulo, Petrone, M.T., Difusão Européia do Livro, 1968 pg. 62) .

<sup>136</sup> - Ficando em aberto o problema da existência da escravidão de outros animais diferentes homem, como por exemplo, o boi, o cavalo, como também a possibilidade de se estabelecer uma outra forma de relação para com esse mundo não humano. Isso coloca, frente a frente, uma maneira "técnica" e "produtiva", ditando o ritmo de um *animal-máquina*, e um modo de "não domínio" e de "condução natural", determinando as especificidades de um *animal-uso*.

## A Fábula Hegeliana: O Trabalho e a Consciência

*O escravo é escravo mesmo quando está construindo o caixão de seu senhor? Mesmo quando ele está em vias de não mais ter a outra parte que lhe reconhece enquanto tal? Pelo menos enquanto ser biológico, condição de possibilidade para o surgimento de uma consciência subjetiva, ou propriamente humana. Talvez ele tenha já adquirido uma outra memória. Uma memória que ao deletar o **Nós** faz aparecer um **eu** que não mais se liga a um objeto mas a um olhar sobre o objeto.*

Chegará o momento em que o trabalho deixará de ser um dos elementos do mundo para ser o revelador de um sujeito. Nos encontramos então imersos nos problemas propriamente hegelianos. Nesse pensamento o trabalho representa a possibilidade da revelação da essência propriamente humana, ou seja, de uma verdadeira subjetividade. É só quando ele, deixando de ser uma consciência objetiva, diz *Eu*, que surge sua parte diferencial, o *Outro*. E é através de uma luta que esse *Eu* emerge. Essa luta é contada através da metáfora do senhor e do escravo. Uma luta que deve terminar não com a morte de uma das partes, mas sim, com a emergência de um duplo reconhecimento. O escravo se reconhece enquanto escravo pelos olhos do senhor e o senhor o deixa viver para que possa existir enquanto senhor. Essa dupla dependência eleva o escravo e rebaixa o senhor numa dialética fundadora de modos

de reconhecimento. O que importa para esse pensamento é o aparecimento do Eu, e não em que condições ele foi pronunciado.<sup>139</sup>

É claro que essa problemática só pode ser formulada depois do chamado *aparecimento do homem*. Como se sabe, o campo epistemológico percorrido pelas ciências humanas não foi prescrito de antemão: "Nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que seja, nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem; porque o homem não existia (nem tampouco a vida, a linguagem e o trabalho)".<sup>140</sup>

E o escravo, de agora em diante, a partir do movimento denominado Iluminismo, deixa de viver lado a lado com seu senhor, para se estabelecer numa certa distância, num afastamento que permite haver reconhecimento. O escravo não pode reconhecer e nem ser reconhecido se permanece na condição de escravo, ou seja, enquanto possuindo somente essa primeira natureza de que Hegel tanto fala.<sup>141</sup> Para que haja reconhecimento, é necessário que ele mude a posição de seu

<sup>139</sup> - É interessante notar as observações de Vernant (1987) a respeito desse problema no mundo antigo, quando fica demonstrado que o *cogito ergo sum* nada significaria para um Grego, pois sua "conscience de soi est l'appréhension en soi d'un il, pas encore d'un je".

<sup>140</sup> - Michel Foucault, (1966 p. 448).

<sup>141</sup> - Aliás, muito próximo da imagem que Platão descreve do homem na caverna sem jamais ter visto a luz.

olhar. Que ele agora se relacione com o mundo através não das coisas mesmas, mas do que elas representam através do olhar do outro. Ao se tornar objeto de reconhecimento, ou de desejo, de um outro, ele ganha liberdade e adquire consciência de si (ou consciência subjetiva).<sup>142</sup> Duplo efeito: Primeiro liberdade de reconhecer, o que já é um ganho; e em seguida, porque o seu senhor de agora em diante tornou-se dependente dele, o que lhe confere um valor.

Trata-se de uma imagem abstrata que toma o problema da escravidão em termos de uma luta, no processo de constituição do Sujeito e do Estado Nacional. Tornar o Escravo um Sujeito e transformar o domínio do poder do Regime de Sangue em domínio do Estado, essa parece ser uma das tarefas filosóficas e políticas de Hegel. Reinaugurando mais uma vez a modernidade, e soterrando de vez os resquícios de uma sociedade voltada para os duelos até a morte, inicia-se um processo de reconhecimento onde se exige a presença viva e desejante entre as partes em luta, ou seja, suprimindo a morte, não permitindo que a luta vá até o fim com a destruição de um dos lados. É preciso haver consentimento e reconhecimento de ambas as partes. Nasce assim um tipo de servidão desejada, de sujeição querida, que vai redimensionar o problema do trabalho. O trabalho agora é uma questão que envolve todo o ser do homem.

---

<sup>142</sup> - Porque a outra consciência, a biológica, é consciência das coisas e não, como a subjetiva, onde o que conta é o valor investido nas coisas. Sobre esse tema são claras as exposições de Alexandre Kojève em Introduction à la lecture de Hegel.

Haverá toda uma tentativa de ontologizar o trabalho na existência humana.

Entretanto, algumas imagens são ainda bem nítidas: o escravo por captura de guerra, escravo por nascimento, escravo por dinheiro, escravo por motivo de raça, etc.<sup>143</sup> E a palavra escravo então deve comportar todos esses modos de *ocupações compulsórias*, todas essas maneiras de lidar com o ser escravo em suas diversas *especificidades*. Sabe-se que nem todas as fazendas de escravos adotaram o chicote e o pelourinho como instrumentos de educação do ser escravo. É claro que era a regra geral. Mas não de uma forma indiscriminada. Sabe-se de várias histórias que poderiam se contrapor a esta quase evidência, que ilumina o conceito de escravo tomado enquanto *não-ser*. Uma vez que ele deve ser negado na sua condição atual, enquanto ser biológico, então não há nenhum exagero ou excesso no funcionamento do pelourinho, e mesmo da força ou do chicote, instrumentos que às vezes conduziam a morte,

---

<sup>143</sup> os Gregos referiam-se normalmente aos hilotas como "escravos", mas eles diferenciam -se claramente dos escravos-propriedade (*chattel slaves*) de uma cidade como Atenas. Não eram homens livres mas também não eram propriedade de espartanos individuais. Não eram comprados nem vendidos, não podiam ser libertos (excepto pelo Estado). Onde quer que se encontrem escravos propriedade na antiguidade, o seu estoque é continuamente aumentado não só por nascimento mas também por importações contínuas do exterior. Isto nunca acontece com os hilotas, que devem portanto ter tido as suas próprias famílias, de *facto* se não de *jure*, e os seus próprios bens, transmitidos de geração em geração, sem dúvidas seus cultos e em geral todas as instituições humanas normais excepto a liberdade. Uma consequência é que também se revoltam, ao contrário dos escravos genuínos no mundo grego dos tempos pré-romanos. Outra é que em tempos de severas necessidades militares eram incorporados no exército espartano (como autênticos soldados com armamento pesado e não simplesmente como ordenanças).

administrados por um tipo de poder que só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir.<sup>144</sup>

Esse não-ser que adquire ser ao se reconhecer nos olhos piedosos de um senhor que o deixa viver em troca de um reconhecimento, na verdade pouco contava, como também não contava a mulher e a criança. É claro que importava saber quantos escravos tinham; e aí eles contavam, como contavam os bois e as florestas.

Como não podia haver competição entre estes dois mundos - mundo da liberdade e mundo da escravidão - esse *mundo superior* não tinha necessidade de se fazer sobrepor. Cada um tinha o seu campo de ação. Cabendo notar que nesse momento o que conta não é tanto uma geografia que separa e esquadrinha através das formas (escravo-livre, rico-pobre), mas sim uma física, que se erradia por intensidades (ativo-passivo, forte-fraco).

Nessa mistura de fatalidade e de escolha tratava-se, por um lado, de ser querido pelas atitudes nobres, como uma espécie de busca da bela morte, exercendo o governo do *peso justo*;<sup>145</sup>

<sup>144</sup> - "Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte. Sem dúvida, ele derivava formalmente da velha *patria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de *dispor* da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha *dado*." M. Foucault (1977, p. 127).

<sup>145</sup> - E aí poder passar para o outro lado e vestir uma farda e morrer junto com o seu senhor numa guerra de aliados; não ter o corpo esquartejado pelos cães e poder ser lembrado pelos seus feitos numa espécie de ideal heróico. A obra de W. Faulkner, é um retrato desse pedaço da história que nunca poderá ser contada a não ser nesse nível molecular que a literatura permite fazer aparecer. De fato, o que adiantaria para a história da escravidão na América aquela conversa entre um general e um



ou por outro, de ser temido pelos seus atos de crueldade, fadado a ficar abandonado pelos seus, por praticar o governo da desmedida.<sup>146</sup>

### **Trabalho, Liberdade e Consciência.**

O conhecimento que o escravo tem dele próprio e do meio em que ele se encontra, mesmo que seja na condição de propriedade de outrem, o sentimento que ele tem de si, e o modo como ele efetua esse viver na condição de escravo, não bastam para deixar-lhe livre para seguir seu próprio caminho. A sua liberdade só pode se realizar pelo trabalho. É pelo e no trabalho que ele adquire um tipo de consciência que lhe permitirá ser reconhecido não por ele mesmo, esse puro sentimento de si, mas por uma outra consciência, ao mesmo tempo em que ele reconhecerá a existência de um outro ( já que foi suprimida a luta até a morte ).

---

negro que lutava a seu lado, ou mesmo a história comum desses dois homens desde os primeiros anos de vida. Cf. *The Unvanquished*, Random House, 1965.

<sup>146</sup> - Chegará o momento em que o questionamento girará não mais em torno da busca de um peso justo, tendo a arte do bom governo como método, mas na procura da medida precisa, através de uma governabilidade normalizada. Todo mundo sabia o que se sucedia quando a balança pesava mais para um lado que para outro. Do mesmo modo que hoje se sabe o que acontece quando se fica muito aquém ou além da norma.

Um outro problema que não deixou de ser colocado, nas indagações do século XVIII, é o da relação do *Cristianismo com a Escravidão do Homem*. Alguns pensadores, principalmente os de credo forte, foram obrigados a encontrar alguma explicação para a longa sobrevivência da escravidão após o triunfo do cristianismo. Se por um lado o cristianismo veio se aliar ao projeto abolicionista, por outro, ele não saberá explicar essa longa aliança que se estabeleceu com a escravidão. A solução dada por Henri Wallon de que "a escravidão era uma prática perversa, em contradição com as exigências morais"<sup>147</sup>, parece não ter sido muito satisfatória. Muito menos a de Wiskeman: a Cristo e seus apóstolos calaram-se sobre a escravidão ou endossaram-na por razões táticas - ou seja aceito sob circunstâncias.<sup>148</sup> . Constata-se que uma abordagem moral e espiritualista tem dominado a questão da escravidão antiga desde o início de século XIX, e quase monopolizou os estudos acadêmicos (excetuando-se o antiquarismo neutro), tanto que a opinião geral, hoje, é que o interesse moderno pela escravidão antiga despertou com a idéia de liberdade no século XVIII, com o início da moderna crítica social construtiva, e que o clímax dessa desse impulso inicial deu-

---

<sup>147</sup> - Não é demais recordar que H. Wallon venceu uma competição patrocinada pela Académie des Sciences Morales et Politiques, em 1837, cujo tema era "a substituição da Escravidão pela Servidão, e que o seu trabalho foi um dos três publicados.

<sup>148</sup> - Tratava-se nesse momento de avaliar as relações existentes entre estas duas instituições: a igreja e a escravidão.

se em 1847, com o aparecimento de *Histoire de l'esclavage dans la antiquité*, de Henri Wallon.<sup>149</sup>

O interessante nessa obra é que ela inicia igualando diferentes formas de experiências para com a escravidão. O que se dizia, na tentativa de compreender a lógica da escravidão, é que não seria preciso ir tão longe, as colônias estão aí. "Escravidão entre os antigos! Pode parecer estranho que alguém procure num passado tão remoto, quando a escravidão ainda existe entre nós. Tomando este caminho, não desvio em absoluto, nossas mentes da questão colonial; pelo contrário, desejo fazê-las voltarem-se para ela e concentrá-las na busca de uma solução.<sup>150</sup> Primeiramente seria preciso localizar a obra de Wallon no seio do espírito abolicionista; em seguida perguntar se a ausência de necessidade abolicionista na antiguidade não indica a presença de uma outra forma de escravidão.

Entretanto o problema que está em questão é o de saber dos motivos que levaram a escravidão a seu declínio. Muito foi dito sobre as influências negativas da escravidão na sociedade como do o papel saneador do cristianismo na sua extinção; como também, em termos econômicos, dos fracassos do trabalho escravo e das vantagens do trabalho livre; do mesmo modo que de uma estagnação técnica. Entretanto a escravidão tem sua própria história, independente dos que lutam pelo seu fim, em

---

<sup>149</sup> - Cf. Moses Finley (1991).

<sup>150</sup> Cf. H. Wallon, cit. in Finley, M. (1991).

suas variadas formas: (comportando inclusive os tipos servis, não fazendo muita diferença em distinguir o proprietário de um corpo, e às vezes de seus descendentes, se é um território, um senhor, e mesmo um patrão). O movimento abolicionista do século XIX, não põe em causa a escravidão antiga. E contrapondo a um pensamento do século XIX, pode se dizer que tudo o que os modernos disseram sobre a escravidão não pode ser aplicado ao universo grego. O processo de escravidão que se desenvolveu com as descobertas e colonização, principalmente a escravidão negra no Novo Mundo, não pode servir de paradigma para se pensar a escravidão de um modo geral, e muito menos a escravidão grega. O que se assiste aí, em meio as lutas que se travaram durante o período de colonização, é mais um processo de destruição e de pilhagem que de domínio.

## O vivo e a máquina

E do mesmo modo que houve mutações com relação à escravidão do homem, também se constata modificações quanto à escravidão de animais<sup>151</sup>. *Descartes faz com o animal o que Aristóteles havia feito com o escravo. Desvaloriza-o com o objetivo de justificar o homem que o utiliza como instrumento.* Leibniz, em contrapartida, faz ver no animal algo mais que uma máquina, e diz que é necessário fazer-se pitagórico e renunciar o domínio sobre o animal. Nesse momento o que está em causa é o problema que gira em torno da distinção entre o animal e o autômato. Ou, para repetir a frase já conhecida: "a mecanização da vida e a utilização técnica do animal são inseparáveis, na atitude típica do homem ocidental". E é por isto que se legitima a construção de um modelo mecânico do corpo vivo, compreendendo o corpo humano, pois que já em Descartes, o corpo humano, senão o homem, é uma máquina. *Este modelo mecânico Descartes o encontra, como se tem dito, nos autômatos, ou seja, nas máquinas em movimento.*<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> -O problema da subjugação dos animais e o regime de trabalho que a eles são impostos é um capítulo à parte dessa densa e recente história da riqueza do homem. Cf. G. Canguilhem (1971) especialmente a parte dedicada ao tema da *Maquina e Organismo*.

<sup>152</sup> - Tanto Leibniz quanto Descartes estão interessados pela invenção e construção de máquinas do mesmo modo que o problema dos "autômatas". Leibniz exalta a arte alemã, que tem se aplicado a fazer obras que se movem relógio de bolso, de torre, máquinas hidráulicas, etc.; e nota que a arte italiana está quase exclusivamente dedicada em fabricar objetos sem

Torna-se então necessário reconhecer uma ordem superior, onde a presença da Figura do Senhor desempenha função importante nesse mundo das três ordens - *Orar e Governar e Laborar* - estabelecendo uma diferença em termos de natureza - colocando uma barreira do mesmo modo que estabelecendo maneiras de aproximação. Os Senhores da Terra seriam os representantes ideais do Senhor do Mundo - Deus. O que veio a ser conhecido por ordem teocêntrica é a presença de uma ordem superior e os seus representantes imediatos. Do outro lado, aqueles que vivem nas bordas, os que estão quase *fora*, mas que ao mesmo tempo são necessários para garantir a presença do *centro*. Não existe o Senhor sem o seu Servo. Do mesmo modo que a Casa Grande não existiria sem a sua *Senzala*.

Nesse aspecto pode se dizer que se está imerso naquilo que foi denominado por *regime de lei*, um tipo de "poder suntuoso" que se move pelo modelo do *fausto*. Necessidade, para se manter, de uma aparição sempre marcante por demonstrações de força, reforçando as barreiras que separam e as alturas que diferenciam. Esse tipo de domínio cederá lugar, ou pelo menos deixará de ser hegemônico, a um outro tipo de mecanismo de exercício de poder: *regime da norma*.<sup>153</sup>

---

vida, imóveis e feitos para serem contemplados de fora. cit. Canguilhem G. (1971 nota 41).

<sup>153</sup> - Quanto a emergência do conceito de *norma* no interior das ciências humanas, como de sua origem no quadro da geometria, e de sua ramificação no campo da técnica, o texto de G.Canguilhem desperta bastante interesse. Primeiro devido a clareza de seus exemplos, depois pelas consequências epistemológicas de suas teses. O problema do *normal* inicialmente, não diz respeito nem ao funcionamento de um *organismo*, e

## O Trabalho e os Objetos.

Era necessário que alguns fizessem certos objetos para que outros usassem. E assim era ordem do *Fazer* e a do *Usar*. Essa era a grande barreira que separava dois mundos em situações e destinos diferentes. De um lado os objetos, fabricados sob encomenda, por um ser que se encontra numa região pouco privilegiada quando o que conta é o uso que se faz dos objetos. Os objetos, fora de qualquer relação de encomenda-fabricação, não podem existir. Não existindo uma forma mercado predominante - onde os objetos seriam igualados através do estabelecimento de um valor geral, identificado pelas unidades monetárias, e passíveis de serem intercambiáveis, sem a participação direta do produtor e do usuário - o trabalho permanece preso nessas formas de encomenda pessoal.<sup>154</sup> Entretanto, com a forma mercado, o objeto

---

muito menos ao comportamento de um indivíduo. Chegará o momento de contagiar esses territórios, mas, primeiramente, *normal* aponta para o funcionamento de dispositivos de mensuração como conta-gotas, na sua regularidade e exatidão; como também para as medidas fiéis das bitolas dos trilhos de ferro. Enquanto que a lei visa separar, estabelecer a diferença, a norma visa identificar, classificar, nivelar. Outros autores (como M. Foucault, Y. Schwartz, e outros), na mesma trilha de Canguilhem, estendem o problema para campos diversos. Um exemplo claro dessa mutação, no campo jurídico, é o aparecimento de da noção de sujeito. E então a pergunta que deve ser feita não é mais qual foi o crime cometido, onde a lei pune uma ação de ofensa, mas sim, quem o cometeu e em que circunstâncias, onde a norma busca identificar e conhecer o autor, classificar, endireitar, conduzir com retidão, punir-prevenir, etc.

<sup>154</sup> - Haveria muito o que dizer sobre esse aspecto importante do modo de produção artesanal: a atitude pessoal, tanto de quem participa com a "encomenda", tanto de quem "realiza a obra". Outros aspectos poderiam ser salientados. D. H. Lawrence, em um ensaio sobre a época moderna, falava já

tornou-se, para o espanto de uma época, mercadoria, passando a ser regido pelo princípio da oferta e da procura. Ele pode tanto mofar no fundo de uma loja, como ocupar a vitrine principal. O seu valor não se encontra nem através de quem o fabricou nem de quem vai usá-lo. O seu valor é *valor de mercado*. Se muito cobiçado o preço sobe, se desprezado o preço cai. Não se fala mais, em linguagem econômica, em *preço justo*, mas sim em *preço desejável*.

O pensamento que ao tentar analisar o estatuto do trabalho escravo nas Sociedades antigas e mesmo modernas, partir do pressuposto de que toda formação social é composta de classes - e que então, no caso, trataria de recompor o lugar das classes: classes de escravos e classes de homens livres, ou para usar termos mais modernos, classes dominantes e classes dominadas -, não teria muito a contribuir no caso de tentar compreender a trama que envolve a história do trabalho.

Não descartando a possibilidade da existência de uma *escravidão moderna em pleno regime de liberdade*, pode se falar nessa ruptura que foi estabelecida pelo surgimento do trabalho livre e pela conseqüente condenação do trabalho compulsório. Mas para que esta ruptura se tornasse possível foi preciso,

---

desse aspecto *massa* presente da sociedade industrial. Como exemplo ele toma pão, e pergunta, mas o que é o pão? Segundo o ponto de vista do sentido-massa, o pão é uma *substância*, composta de alguns elementos, que tem uma *forma*, e que serve para comer numa determinada hora. De acordo com a perspectiva do sentido-individual: de que pão se trata, do pão de ló, do pão de centeio, do pão de gran, do pão da ceia... ou do cheiro do pão saindo do forno. Essa mesma questão encontra-se desenvolvida por F. Nietzsche em *O livro do filósofo*.



primeiramente, retirar o trabalho desse lugar de pena e decaída que o acompanha desde há muito; em seguida reduzir as operações do trabalho em um fator globalizante sustentado no tempo de trabalho; e por fim retirá-lo desse lugar de um agrado pessoal e torná-lo utilidade social.

Aos poucos os passos foram dados: inicialmente romper com essa noção de trabalho enquanto pena, punição, algo penível; em seguida elevar o status do trabalho, dando a ele uma certa dignidade através do valor monetário estabelecido através do tempo de trabalho efetuado. O fato de se receber depois de trabalhar aos poucos vai sendo aceite. Só os artífices independentes podem exigir adiantamentos, ou mesmo o pagamento total, para iniciar uma obra. Nota-se que os valores monetários já são tomados como símbolos de liberdade. O que importava então era estar com o bolso cheio, e não se tinha trabalhado além do tempo regular, se tinha ultrapassado as barreiras do dia e rompido os mistérios noite. A luz artificial, depois do século XIII, faz-se notar, assustando esses homens presos ainda em seus ritmos naturais: tempo de plantio- tempo de colheita, a sombra e a luz.<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> - Pode-se falar dessas duas formas de atitude frente aos ritmos: ritmos naturais "... estar amolando sua enxada num dia chuvoso aguardando a estiada para iniciar o carpir..."; frente aos ritmos mecânicos: "... se encontrar colocado diante de sua máquina de trabalho, durante um período constante, numa temperatura e luminosidade constante, aguardando o apito para desligar o motor. Duas situações em que o tempo da espera se difere radicalmente. De um lado esse homem totalmente dependente das condições da natureza, entregue a elas e agindo com elas, tempo vivido; de outro um homem que tem todas as suas operações comandadas pelo tempo do relógio, tempo abstrato.

Poder-se-ia então inverter os problemas e demonstrar a existência do trabalho assalariado ( ou livre ) com seus traços de escravidão, e um o trabalho compulsório ( ou obrigatório ), com suas frestas de liberdade. *Historicamente falando, a instituição do trabalho assalariado é tardia e sofisticada. A própria idéia de trabalho assalariado requer dois passos conceituais difíceis. Requer primeiro, a abstração do trabalho do homem tanto da sua pessoa como do produto do seu trabalho. Como bem mostrou M. Finley, em sua obra clássica e paradoxal sobre a economia antiga.*<sup>136</sup> Quando se compra um objeto de um artífice independente, seja ele homem livre ou escravo com *peculium*, o que se compra não é o trabalho mas o objeto que ele produziu em seu próprio tempo e nas suas próprias condições de ocupação. Mas quando se trata de trabalho alugado, o que se compra é uma abstração, *força de trabalho*, que é utilizada pelo comprador, num tempo e em condições que são determinadas pelo comprador, e não pelo *proprietário da força de trabalho*. Do mesmo modo, para que pudesse haver efetivação do sistema de trabalho assalariado, foi necessário a instauração de um método para medir o trabalho comprado, para fins de pagamento, utilizando para isso uma segunda abstração: *o tempo de trabalho*.<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> - Paradoxal porque o título não combina com os resultados da pesquisa. Os antigos não possuíam um "sistema econômico", é a conclusão de A economia antiga.

<sup>137</sup> Sobre esse problema as análises de J. Le Goff se revelam de grande valia para a compreensão desse processo de unificação do tempo. A esse

Haveria muito o que dizer sobre essa fugacidade dos gestos como da permanência das obras: daí a necessidade de marcar as os detalhes, deixar nelas a inscrição de um tempo, um tempo que levando os gestos salvam as obras. Essa marca personalizada que ultrapassa a pessoa, durante muito tempo acompanhou o modo de produção artesanal.

Houve uma época em que o trabalho se realizava por ele mesmo. Ele era a extensão de um modo de vida. Na verdade ele nem era mesmo trabalho já que ainda não se opunha, como veio acontecer mais tarde, ao *repouso*<sup>158</sup>. Ele participava de uma forma ondulante conforme os próprios ritmos da vida. Estabelecia um tipo de movimento que obedecia aos ritmos circunstanciais, que iam se sucedendo conforme o tempo das estações; e não a partir desse ritmo seco (estabelecido por dispositivos mecânicos) unificado e prescrito, que veio efetuar a separação radical entre tempo de trabalho e tempo de repouso. Pelo menos uma coisa é definitiva, segundo L. Mumford, no que diz respeito ao modo de produção artesanal. A *possibilidade de parar e refletir se fosse necessário*. Não era simplesmente a adequação de uma matéria a uma forma. Haveria

---

respeito os textos mais importantes são, sem dúvida, os de sua *Civilização do Ocidente Medieval* com a dessacralização da natureza, em que se trata, antes de tudo, do processo de laicização do tempo, ou seja, da generalização do tempo abstrato fundamentado no relógio mecânico. Cf. Le Goff (1984 pp. 217-229).

<sup>158</sup> -Tendo como denominador comum um *tempo unificado*, que comporta tanto o tempo de trabalho x como tempo de repouso. Era mais um campo de ocupações, as mais diversas, ligadas a finalidades dierentes, que não chegava a formar uma unidade.

que considerar tanto as qualidades da matéria quanto as especificidades da forma<sup>159</sup> .

Enfim, no que se refere ao processo de produção artesanal pode-se dizer, que a função de planejamento e o plano de execução não estavam rigidamente separados. A separação se dava em outro nível. A grande separação se estabelecia entre o fazer e o usar. Haveria status diferentes para cada função. Elas não se encontravam em um mesmo plano na escala social, o que não quer dizer que de imediato se estabelecia um tipo de hierarquia piramidal.

---

<sup>159</sup> - Nesse aspecto a obra de G. Simondon (1964) pode ser lembrada.

## A condição do trabalho escravo

*Os escravos fugiam e eram  
espancados e marcados, mas  
também os animais o eram...<sup>160</sup>*

O que primeiro define a condição de escravo é ser propriedade de outro. Não lhe pertencer é primeiro sentimento que deve ser marcado. E a marca serve justamente para isso: indicar as insígnias de seu dono. O seu proprietário pode dele se dispor da maneira que melhor lhe convier. É claro que se estabelecia certas regras no que diz respeito aos modos de se relacionar com este mundo da senzala. E a casa-grande não existiria sem este outro mundo que a cerca. Mundo rebaixado sem dúvida e acima de tudo sem possibilidade de ascensão. Questão de raça, questão de sangue: vivendo para/pelo trabalho. Garantindo o seu sustento com as sobras de seu dono, inventando suas feijoadas, o escravo pelo menos poderia salvar sua alma, através de um processo de domesticação bem conduzida (se bem que colocavam a possibilidade do negro não ter alma, ou no máximo uma alma animal), já que seu corpo, pelos traços e as condições que o identificam, estafa fadado a ser posse de outro. Hoje tudo isso nos parece como

<sup>160</sup> - Mais detalhes sobre as marcas de escravos, cf. Marcas de escravos (lista de escravos emancipados vindo a bordo de navios negreiros 1839-1841). Arquivo Nacional- CNPQ, 1989.

oportunistas e aventuras na história das lutas e dominações culturais. O que houve em torno da escravidão moderna (a negra, a índia, e mesmo a branca), foi primeiramente, o não reconhecimento de um tipo de cultura, depois juntou-se com a vontade de dominação e destruição. Tomar e destruir, esse foi o lema que conduziu e animou o espírito dos homens das descobertas e das colonizações.

A imagem que foi passada acerca da escravidão, e principalmente e primeiramente a do escravo negro da América, movimento que perdurou tanto no ciclo da cana, como no ciclo do café como também no ciclo do algodão, etc., é marcada pela presença do chicote e do pelourinho. Com certeza que essa imagem não foi forjada do nada, como também que ela não encobriu todo o espaço da escravidão de uma mesma maneira e numa mesma intensidade. O uso adequado do chicote como de seus abusos, é um dos capítulos dessa sociedade que se reconhecia no direito e no dever de "dar a vida provocando a morte". Por outro lado, outras imagens começaram a aparecer. Outras histórias foram contadas. Pensar a chibata e o tronco não a partir do negativo que eles vieram a se tornar, mas segundo o seu *regime de positividade*)- que quer dizer, a partir das estratégias operadas e na eficácia de seus empreendimentos. Não um capítulo inferior na história do direito, mas uma forma específica de tipo de domínio.

Crueldade por crueldade nós também temos as nossas e, que com certeza, não ficam nada a dever.

## CONCLUSÃO

A tese então se constituiu a partir de três problemas:

### 1- *Acerca do trabalho escravo*

O que pode ser dito , a partir dos textos analisados, é que o instrumental teórico-científico até então utilizado não podia dar conta do que verdadeiramente se passou naquele momento da história do trabalho. A noção de classe social, tão cara a ciência econômica-política, ou seja a essa ciência do *gerenciamento e controle dos fluxos*, não encontra ressonância no quadro da sociedade grega do tempo da polis e mesmo no espaço da escravidão negra na era moderna. Depois dos estudos de Moses Finley não se pode mais falar em classes de escravos quando se trata de falar do trabalho compulsório. O escravo não pertencia a uma classe. Logo, não se colocava o problema da possibilidade da ascensão de classe.

Por outro lado, a existência da escravidão não se constituía como um tipo de diferença que levasse a efetivação de uma hierarquia social baseada na exclusão deste. Por isso a frase de Finley, de que "no mundo antigo a liberdade e a escravidão andaram de mãos dadas", ao ser levada a sério, abre um imenso campo de novos problemas: quais deslocamentos



serão produzidos a partir da constatação do estatuto do escravo nas sociedades antigas de um modo geral, e de algumas experiências de escravidão na era moderna, onde se constata esse "caminhar lado a lado" ?

Ao projetarmos no mundo antigo as concepções modernas da escravidão (seja a escravidão negra, seja a escravidão índia, e mesmo outras formas de escravidão baseada na extração de uma crueldade contínua e sempre presente, envolvendo problemas de raças e etnias - comportando o pelourinho, a chibata, o terçado... ), deixamos encoberto o essencial e próprio daquela sociedade. Primeiro o de não estar regida pelas "leis do mercado", mas sim pelas leis da "honra" e da "glória". Segundo porque a escravidão não era movida pela necessidade de aumento de produção, aberturas de novos territórios, mas sim pelas exigências efetivas na administração de um *Oikos*. Toda a tecnologia colocada em funcionamento estava longe de querer produzir um excedente, como vai acontecer na era industrial. Além do mais, tanto no que se refere à escravidão antiga quanto à moderna, não se manifestava essa descrença no trabalho escravo, próprio do regime industrial, muito pelo contrário, afirmavam com confiança: "O Brasil é o café; e o café é o negro"<sup>161</sup>. Portanto passa a soar falso quando se fala em estagnação técnica através do regime escravista. O problema do

---

<sup>161</sup> - " A identificação entre a prosperidade do Brasil e a escravidão foi sintetizada no conhecido aforismo de Silveira Martins [ parlamentar do Rio Grande do Sul ] - Diário do Brazil 10-02-1882".

trabalho escravo será retomado através do progressismo que assola o Ocidente a partir do séc. XVIII<sup>162</sup>, e que vai desembocar no séc. XIX<sup>163</sup> com toda força, através de uma determinada ótica: o abolicionismo da escravidão do homem negro da África levados para as colônias, para as lavouras de cana, algodão, café... E nesse momento a escravidão antiga será sempre lembrada, ora para justificar a escravidão moderna, ora para conjurá-la, tanto em seu presente quanto no seu passado.

Nossa tese pretendeu abordar o outro lado da escravidão, onde ela funcionou e foi eficaz naquilo que lhe competia: o seu lado de *positividade*. Dessa mesma maneira tratamos a noção de *liberdade*, e nesse aspecto, foi importante a forma de temporalidade afirmada nesse momento histórico através da noção de "tempo livre" ou de "ritmo natural". ( Porque o escravo, mesmo na condição de escravo, do mesmo modo que o artesão, podiam habitar um *tempo livre* e ter um significativo controle das atividades realizadas.)

---

<sup>162</sup> Na verdade, a partir da década de 1870, a consciência da singularidade do Brasil escravocrata no mundo moderno indicava aos defensores mais empedernidos da escravidão, que esta não se perpetuaria indefinidamente. Como bem mostrou Heloisa Toller Gomes, em *As marcas da escravidão*, o que os defensores da escravidão tentaram, portanto, "foi apenas prolongá-la o quanto possível". p. 98. UFRJ, 1994.

<sup>163</sup> -As *separate churches* existem nos E.U. desde a Independência, em 1776, mas foi durante Reconstrução do Sul derrotado pela guerra civil, 1865-1877, que surgiram uma rede de igrejas e *fraternal societies*, exclusivamente negras, e que tiveram muita importância na organização comunitária e na luta pela conquista dos direitos civis da população afro-americana.

## 2- Acerca da *trabalho livre*

O que se nota com os movimentos surgidos em vários pontos, a partir do século XVIII, e em especial, no século XIX, é que começa a se formar um tipo de ocupação totalmente nova. Surge o operário livre, "dono de seu corpo e de sua força de trabalho".

O regime das primeiras "fábricas prisões" aos poucos será substituído definitivamente. O trabalho do homem acorrentado não desaparecerá totalmente, mas deixará de ser a regra. Abrem-se os portões dessas fábricas-fechadas, misto de prisão e correção, e então, surge o operário livre, o "dono de si": tudo agora depende dele e de sua boa vontade para trabalhar. A fábrica e a prisão, inicialmente, estavam juntas. No entanto, depois de se separarem, mantiveram os mesmos princípios. E de certa forma é a presença desses princípios que alteram o resultado do jogo, e faz sobressair esses traços de prisão nos procedimentos realizados pelo trabalho livre. Mostrar a presença de uma boa dose de *escrasvidão* e *enclausuramento* em pleno regime do *trabalho livre* foi a outra face de nossa tese.

Tendo que se subjugar a um tempo medido e unificado, ele, o operário livre, deverá se submeter aos ritmos das *engrenagens* que não são mais a extensão de suas mãos e de seus braços; muito pelo contrário, às vezes desempenha um papel de oposição aos membros do corpo. Por outro lado, o

estabelecimento do salário, unificando o preço do trabalho das diversas ocupações, não corresponde mais às necessidades do corpo que produz, mas às exigências de um mercado consumidor que já visa o lucro e o acúmulo de dinheiro (enquanto capital). Logo, o operário livre, é prisioneiro e escravo de um tempo que se tornou dinheiro.

### 3- Acerca dos aspectos psicológicos do trabalho.

Gostaríamos de reapresentar, antes que defender, as teses de I. Meyerson, J-P Vernant como as de L. Mumford, no que diz respeito aos problemas psicológicos que se envolvem no trabalho. Não é nada surpreendente encontrarmos fora do campo da psicologia propriamente dito as melhores contribuições sobre este problema. Acreditamos que boa parte desse material que veio a tona na virada do século XX - principalmente em torno dos anos de 1940-1960, e aqui nos referimos especialmente sobre o ano de 1948, nas discussões que tomaram o trabalho e a técnica como objeto de estudo<sup>164</sup> -, ainda está por ser descoberto e aproveitado. Talvez se possa dizer que a nossa época está mais acomodada do que aquela que nos antecede no que diz respeito a função do trabalho, tanto com relação ao campo social, como no que diz respeito ao próprio indivíduo. Já está

---

<sup>164</sup> - Há um número do Journal de Psychologie dedicado a este encontro.

cristalizado que com relação ao campo social trata-se de uma utilidade; e no que concerne ao indivíduo fala-se de uma necessidade. A tarefa então apreendida pela "psicologia histórica" era de desmontar este pensamento. Fora da problemática da utilidade como da necessidade, o trabalho foi tomado como fato de "dimensões múltiplas".

Esta maneira de dispor o problema do trabalho trouxe algumas conseqüências. Não estando mais ligado a constituição de uma interioridade humana, sendo mais um "elemento do mundo" do que o fundamento da existência propriamente humana, o trabalho se encontrava em um outro lugar que não esse que nós já havíamos acostumados a reconhecer.

Ao mesmo tempo que abre a possibilidade de se pensar esses novos modos de subjetivação. Como se deu a formação desse novo modo de agir: não mais as ferramentas que eram a extensão do membros do corpo, mas a máquina, que vai domar as energias do corpo, impor-lhe um ritmo e uma exigência<sup>165</sup>? Tentamos captar esse detalhe no funcionamento das máquinas sociais e o efeito

---

<sup>165</sup> - Em termos etno-antropológicos, a técnica começou quando o homem usou pela primeira vez os dedos como tenazes ou uma pedra como projétil. Tal como a própria arte, ela radica-se na utilização que o homem faz de seu próprio corpo... mudo das técnicas em si tem de ser transformado: a salvação reside não na adaptação pragmática da personalidade humana à máquina, mas sim na readaptação da máquina, ela própria um produto das necessidades da vida em matéria de ordem e organização, à personalidade humana. Um padrão humano, uma medida humana, sobretudo um ritmo humano e um propósito humano devem transformar as atividades e processos da técnica, refreá-las sempre que se tornem perigosos para o desenvolvimento do homem, inclusivamente suprimi-los...

Mas aí nós teríamos que estar inseridos no movimento do trabalho enquanto arte e não do trabalho enquanto lucro. ( nesse aspecto há que ressaltar as contribuições dos autores do "movimento anti-utilitarista" ) .

que elas induzem na existência humana, como os impactos que elas provocam no corpo e na alma do indivíduo trabalhador.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- ANTUNES, R. Adeus ao proletariado? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas : Unicamp, 1995.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- AYMARD, A. L'idée de travail dans la Grèce archaïque. in Journal de psychologie. Paris : PUF, 1948.
- BEAUNE, J-C. Le vagabonde et la machine. Paris : Champ Vallon, 1983.
- BLOCH, M. Les inventions médiévales. in : Revue de synthèse historique, XLI, Paris, 1926.
- CANGUILHEM, G., La décadence de l'idée de progrès. In: Revue de Métaphysique et de morale, no 4, Paris, 1987.
- \_\_\_\_\_ Le connaissance de la vie. Paris : J. Vrin, 1971.
- \_\_\_\_\_ Le normal et le pathologique. Paris : PUF, 1966.

\_\_\_\_\_ Milieu et normes de l'homme au travail. in : Cahiers internationaux de sociologie, vol. III, 1947.

\_\_\_\_\_ Descartes et la technique. Paris : Herman, 1937.

CLASTRES, P. Arqueologia da violência. São Paulo : Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_ Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1978.

DARAKI-MALLET, M. A renovação da história antiga. In : Maganize Littéraire. No 123, Abr, Paris, 1977.

DEJOURS, C. Travail usure mentale. Paris : Bayard, 1993.

\_\_\_\_\_ A loucura do trabalho. Estudos de psicopatologia do trabalho. São Paulo : Cortez, 1992.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. L'anti-edipe. Paris : Minuit, 1972.

DOUDET, A. As cartas de meu moinho. Rio de Janeiro : Saraiva, 1966.

FEBVRE, L. Travail: le mot et l'idée. in Journal de psychologie : Paris, 1948.

FINLEY, M. I.



- \_\_\_\_\_ Economia e sociedade na Grécia antiga. São Paulo :  
Martins Fontes, 1989.
- \_\_\_\_\_ Ancient slavery and modern ideology. Londres :  
University Cambridge, 1980.
- \_\_\_\_\_ A economia antiga. Porto : Afrontamento, 1977.
- \_\_\_\_\_ The world of Odysseus. N. York : Viking Press, 1965.
- FOGEL, R. W. & Engerman. , S. L. Time on the cross. Boston,  
1974.
- FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. Paris : PUF, 1980.
- \_\_\_\_\_ As Palavras e as Coisas. Lisboa : Portugália, 1966.
- \_\_\_\_\_ A Vontade de Saber. Rio de Janeiro : Graal, 1977.
- GERNET, L. La notion mythique de la valeur en Grèce. in  
Journal de psychologie. Paris : Puf, 1946.
- GORZ, A. Adieux au prolétariat. Paris : Galilée, 1980.
- HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. México : Fundo de  
cultura econômica, 1966.
- HOBSBAWM, E.J. Mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e terra,  
1987.

KOYRÈ, A. Études d'histoire de la pensée scientifique. Paris : Gallimard, 1973.

\_\_\_\_\_ An Experiment in measurement. in Proceedings of the american philosophical society, vol. 97, n.2. N.York : 1953.

\_\_\_\_\_ Do mundo do "mais ou menos" ao universo da precisão. in : Critique, n.28, 1948.

LA BOÉTIE, E. Discurso da servidão voluntária. São Paulo : Brasiliense, 1982.

LE GOFF, J. A bolsa e a vida. A usura na idade média. São Paulo : Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_ A civilização do ocidente medieval. Vol I. Lisboa : Estampa, 1984.

\_\_\_\_\_ A civilização do ocidente medieval. Vol II. Lisboa : Estampa, 1984.

\_\_\_\_\_ Para um novo conceito de idade média. Lisboa : Estampa, 1982.

MARCUSE, H. Culture et société. Paris : Éditions Minuit, 1970.

MARGLIN, S. A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. in Crítica da divisão do trabalho. São Paulo : Martins fontes, 1989.

MARX, K. O capital. Livro 1. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_ O capital. Livro 2. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

MEYERSON, I. Le travail, fonction psychologique. in : Journal de psychologie, Paris, 1955.

\_\_\_\_ Le travail: une conduite. in : Journal de psychologie, Paris, 1948.

MICHELET, J. A agonia da idade média. São Paulo : Educ- PUC/SP, 1992

MUMFORD, L. Technique et civilisation. Paris : Seuil, 1950.

\_\_\_\_ Arte e técnica. Lisboa : Martins Fontes, 1986.

\_\_\_\_ A cidade na história. Suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte : Itatiaia, 1965.

NIETZSCHE, F. Aurora. Porto : RES Editora, 1977.

\_\_\_\_ O livro do filósofo. Porto : Rés, 1984.

ONFRAY, M. A escultura de si. Rio de Janeiro : Rocco, 1995.

SAHLINS, M. Stone age economics. Chicago : Aldine-Atherton, 1972.

SCHWARTZ, Y. Experience et connaissance du travail. Paris : Terrains- Éditions soiales, 1988.

\_\_\_\_ Travail et philosophie. Toulouse : Octares éditions, 1992.

SELIGMANN-SILVA, E. Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro : Cortez-UFRJ, 1994.

SIMONDON, G. L'individu et sa genèse phisico-biologique. Paris : PUF, 1964.

SPENGLER, O. A decadência do ocidente. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

VERNANT, J-P., L'individu dans la cité. in Sur l'individu : Seuil, Paris, 1967.

\_\_\_\_ Mythe et pensée chez les Grecs. Paris : Maspero La Découvert, 1985.

\_\_\_\_ A Bela morte e o acadáver ultrajado. in Cadernos de Filosofia n. 9. São Paulo : USP, 1972.

\_\_\_\_ Remarques sur les formes et les limites de la pensée technique chez les Grecs. in Revue d'Histoire des Sciences : Paris, 1957.

\_\_\_\_ Aspects psychologiques du travail dans la Grèce ancienne. in La Pensée n. 66 : Paris, 1956.

\_\_\_\_ Travail et nature dans la Grèce ancienne. in Journal de psychologie : Paris, 1955.

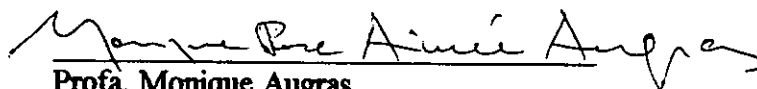
VERNANT, J-P. & VIDAL-NAQUET, P. Trabalho e escravidão na Grécia antiga. Campinas : Papirus, 1989.

WEBER, F. Le travail à-côté. Étude d'ethnographie ouvrière. Paris : Ehes, 1989.

WESTERMANN, W.L. The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity. 1955.

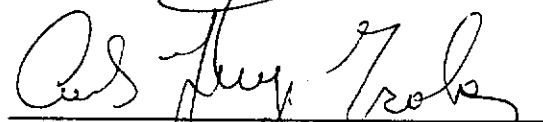
WOLFF, P. Automne du moyen age ou printemps des temps nouveaux? Paris : Aubier, 1986.

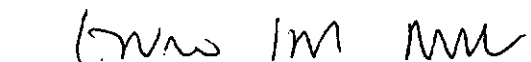
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pelo aluno João Batista Rezende, intitulada "Da servidão e da liberdade no trabalho", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:

  
Prof. Monique Augras  
Orientadora PUC/Rio


  
Prof. Esther Maria de Magalhães Arantes  
PUC/Rio

  
UFRJ Prof. Antonio Gomes Penna

  
Prof. Carlos Henrique Escobar  
ECO/UFRJ

  
Prof. Eduardo H. Passos Pereira  
UFF

Visto e permitida a impressão  
Rio de Janeiro, 06 de março de 1996.

  
Jurgen Heye  
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de  
Teologia e Ciências Humanas